

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA UFPR
SETOR LITORAL**

**CURITIBA
2015**

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA UFPR
SETOR LITORAL**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Políticas Públicas, no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Esteves

**CURITIBA
2015**

CATALOGAÇÃO NA FONTE

O482p Oliveira, Adriana Lucinda de.
O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral /
Adriana Lucinda de Oliveira; orientador Luiz Alberto Esteves. – Curitiba, 2015.

191 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese de Doutorado) – Universidade
Federal do Paraná.

1. Universidade. 2. Inserção profissional. 3. Egressos.
I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
II. Título. III. Esteves, Luiz Alberto. IV. Universidade Federal do Paraná.

CDD 378.05

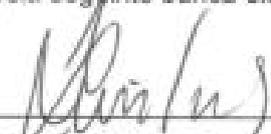
(Maikon Patrick Garcia, CRB 9/1681 – Universidade Federal do Paraná)

TERMO DE APROVAÇÃO

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

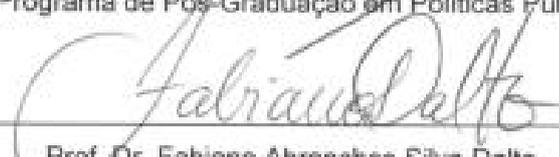
O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA UFPR SETOR LITORAL

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora.



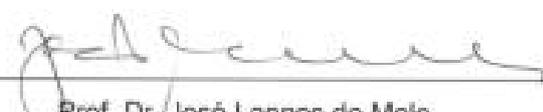
Prof. Dr. Luiz Alberto Esteves

Orientador – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR



Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR



Prof. Dr. José Lannes de Melo

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral



Dr. Claudio Esteves

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social



Profª Drª Mariéia Maria da Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC

Curitiba, 20 de julho de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a três pessoas que sonham comigo e que acreditam em mim, às vezes, mais do que eu mesma: Minha amada mãe, Zulmira, meu esposo, Luiz Everson, e meu filho e maior tesouro, Gabriel!

AGRADECIMENTOS

A finalização de um doutorado é repleta de marcas, pessoas, lembranças. São quatro anos! Muito tempo, muitas coisas aconteceram, muitos desafios. Minha trajetória foi bem diferente do que planejei, mas cheguei ao final e agradeço muito a Deus, que é mãe e pai, pela experiência de fortalecer a espiritualidade, principalmente diante dos vários desafios que cruzaram esse longo caminho. Uma série de outras pessoas esteve comigo nesse trajeto e aqui registro minha profunda gratidão.

Luiz Everson, meu esposo, amor meu! Nossa vida é cheia de música, contigo no violão, no piano, na gaita de boca, no acordeão, no cavaquinho. Adoro essa musicalidade, por isso escolhi quatro trechos para te homenagear. Te amo!

Eu te agradeço tanto! Por esse amor bonito ...

Meu riso é tão feliz contigo!

Por onde for, quero ser seu par!

Acordar com um beijo seu, ouvir de você bom dia!

Nossos 19 anos de amor diário têm sido repletos de projetos, partilhas, sonhos, desafios, bênçãos. Essa conquista é nossa, foi planejada, sonhada e trilhada contigo ao meu lado. Muito obrigada "Morinho"!

Gabriel, filho amado, obrigada pelos abraços, desenhos, fantasias, pela alegria, pelo amor puro e incondicional que renovas no meu coração a cada dia.

Zulmira, minha mãezinha! Obrigada pela cumplicidade, partilha, pelas orações, pelas bênçãos diárias, por me ensinar a buscar meus objetivos, por ser exemplo de mulher guerreira, terna, amorosa e forte. Te amo profundamente.

Laerte, meu paizão, meu herói, que cursou a Universidade da vida e com sua sabedoria e seu exemplo teceu em mim valores como respeito, humildade, solidariedade.

Ana Denise, minha irmã e comadre. Obrigada pela presença amiga, pelo carinho, compreensão e pelo apoio em vários momentos durante o doutorado e na vida.

Ângela, irmã querida. Suas risadas são sua marca preferida por mim. Obrigada pelo apoio e carinho.

Aos meus colegas da câmara de Serviço Social da UFPR Setor Litoral, que contribuíram para que eu acessasse o direito ao afastamento para estudos. Obrigada pelo apoio, pelo carinho e pela torcida.

Às amigas que a vida me presenteou, Edilane, Glaucia, Silvana Tumelero, Dalila, Taninha, Adrinha, Méri e Mariana. Obrigada pela partilha, cumplicidade, trocas e aprendizado. A vida é muito boa com vocês ao meu lado.

À “aaamiga”, Vera Herweg. Tu és um presente de Deus na minha vida. Agradeço muitíssimo por teu amor, por tuas orientações, preces, tua companhia e pela nossa amizade.

Ao “aaaamigo” Louis Roberto. Obrigada pela sua intensidade na amizade, na alegria, no amor, nas emoções!!!

À amiga e irmã recém-adotada, Andrea 4P “holofoteana”. Tu és um ser efetivamente de muita luz e alegria. Obrigada pela sua chegada em minha vida e por compartilhar sonhos, projetos e conquistas!

Amigos do doutorado, Wellington, Lenina, Livia, Wilson, Bruno e Diego. Nutro por vocês um profundo carinho, admiração e respeito.

Sandra Cervi e Sr. Wilson, obrigada por me acolherem em seus corações, pelo apoio e pelo carinho de sempre.

Carleno, Neilor Camargo, Lannes e Marcelo Rodrigues, agradeço profundamente pelo suporte e assessoria técnica, por partilharem comigo seus saberes e facilitarem o acesso às tecnologias que eu não dominava. Que a vida seja generosa com vocês, assim como vocês foram comigo. Abraços e a minha gratidão.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, pelo aprendizado e especialmente ao Professor e orientador Luiz Esteves, por me acolher e me acompanhar nessa trajetória.

À professora Dra. Maria Aparecida Bridi e ao Dr. Claudio Esteves, que compuseram a banca de qualificação. Agradeço as valiosas contribuições, pelo respeito e pelo carinho comigo.

À técnica do Ipardes M.Sc. Marisa Sugamoto, que gentilmente validou o formato e o encadeamento do formulário aplicado aos sujeitos da pesquisa.

À professora Mariana Gaio, da Universidade Nova de Lisboa, pela socialização da experiência do Observatório de Inserção Profissional da UniNova.

Maria Virgínia, minha filha do coração. Obrigada pela sua delicadeza, por seu carinho e pelo apoio.

Rosa e Ariani, pelo apoio nas coisas práticas da vida doméstica, pelo carinho e respeito pelo meu trabalho.

Aos egressos e egressas dos cursos de Gestão Ambiental, Fisioterapia, Serviço Social e Gestão e Empreendedorismo, que aceitaram participar dessa pesquisa e compartilharam comigo suas trajetórias, conquistas, desafios e projetos.

Aos colegas do Setor Litoral da UFPR, pela oportunidade do debate virtuoso, pelo aprendizado e pela construção de uma Universidade comprometida com o seu entorno, em especial aos colegas Liliane Tiepolo, Marcos Signorelli, Cristiane Rocha e Daniel Fleig, pelo apoio na mediação e contato com os ex-alunos/as.

Eu tropeço no possível, e não
desisto de fazer a descoberta do que
tem dentro da casca do impossível.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A presente tese mapeou e analisou o processo de inserção profissional dos egressos dos quatro primeiros cursos superiores da UFPR Setor Litoral, câmpus instalado no município de Matinhos, no Litoral do Paraná. As análises partiram de uma contextualização do estágio atual do capitalismo e seus reflexos na correlação educação, trabalho e juventude. O lócus da pesquisa foi a região do Litoral do Paraná, onde foi criado em 2004 um câmpus da UFPR, denominado de Setor Litoral, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região, dada suas particularidades marcadas pela concentração de uma área significativa de mata atlântica preservada, pelos baixos índices de desenvolvimento, pelo turismo de sol e mar e pela dependência econômica do principal porto graneleiro do país, localizado no município de Paranaguá. O Setor Litoral adotou um projeto político-pedagógico de intencionalidade emancipatória, distinguindo-se dos demais câmpus da UFPR, caracterizando-se pela sua forte atuação extensionista, pela discussão do papel social da Universidade e pela busca de um envolvimento com as demandas e necessidades do seu entorno. A pesquisa partiu da ausência de indicadores de monitoramento das contribuições da Universidade para a região e da defesa de que a voz dos egressos seria um importante indicativo para uma avaliação mais ampliada. Por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando como recursos a aplicação de um questionário *on-line* com os diplomados, entrevistas e da ferramenta de análise de correspondência múltipla, discutiu-se o processo de inserção profissional dos egressos desse Setor. Compreendeu-se inserção profissional como um processo que envolve a obtenção de um trabalho, que é acompanhado e influenciado por uma série de elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mercado de trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, bem como as instituições de Ensino Superior com as finalidades e modos de funcionamento que as distinguem, a trajetória educacional dos jovens, as experiências laborais, as habilidades desenvolvidas, a acessibilidade de familiares, a escolaridade e renda, e as oportunidades de formação complementar acessadas pelo estudante universitário, como estágios, projetos de pesquisa, de monitoria e de extensão. Os resultados apontaram para trajetórias de inserção profissional marcadas pela especificidade dos cursos, pela transitoriedade, flexibilidade, provisoriedade, ou seja, por trânsitos entre emprego, desemprego, migração, retorno aos estudos ou prolongamento desses. A análise dos dados apontou ainda como desafios e agenda de pesquisa: a necessidade de discussão constante, construção e defesa de ações que efetivem o papel social da Universidade na região; a importância de estabelecer uma dinâmica de sistematização, otimização e articulação das ações relacionadas às diferenciadas políticas públicas já em andamento no Setor Litoral; a definição de estratégias para a fixação dos egressos no litoral paranaense; a criação de um processo contínuo de monitoramento da trajetória dos estudantes e a implantação de um sistema de registro, acompanhamento e avaliação das ações da UFPR Setor Litoral.

Palavras-chave: Universidade. Inserção Profissional. Egresso.

ABSTRACT

This thesis has mapped and analyzed the professional insertion process of the graduates of the first four higher education from Coastal Sector of UFPR, a campus installed in the Matinhos, in the Coast of Paraná State. The analysis set out in a context of the current stage of capitalism and its effects on correlation education, labor and youth. The locus of the research was the Coastal Paraná region, which was created in 2004, a campus of UFPR, called Coastal Sector, aiming to contribute to the development of the region. This region cover a significant area of Atlantic rain forest preserved. The main characteristic is the: low level of development, sun and sea tourism and the economic dependence of the bulk carrier port, which is the main bulk port in Brazil, it is located in the Paranaguá. This University's Sector adopted a political-pedagogical project of emancipatory intent, distinguishing itself from other UFPR campus. It is characterized by its strong extension activities as well as discussion of the social role of the university and the search for an engagement with the demands and needs of its surroundings. The research started from the absence of monitoring indicators of the University's contributions to the region and the defense that the voice of the graduates would be an important indicator for a broader assessment. In this context we have discussed the professional insertion process of the graduates of this Sector. The methodology is based on a qualitative approach by using an online questionnaire with the graduates, interviews and multiple correspondence analysis tool. The main results are: the professional integration is characterized as a process that involves obtaining a job, which is accompanied and influenced by a number of factors, such as, social, political and economic of the region, the demands of the labor market, the joint initiatives of education policy, youth and work, as well as higher education institutions with the purposes and modes of operation that distinguish the educational trajectories of young people, work experience, developed skills, accessibility of family, education and income, and additional training opportunities accessed by the college student, such as internships, research projects, monitoring and extension. The results have shown professional insertion is marked by the specificity of the courses, the transience, flexibility, provisional, that is, for transits between employment, unemployment, migration, return to or extension of these studies. Besides, data analysis also indicated as challenges and research agenda: the need for constant discussion, construction and defense actions to give effect to the University social role in the region; the importance of establishing a dynamic of systematization, optimization and coordination of actions related to differentiated public policies already underway in the Coastal Sector; defining strategies for fixing the graduates in Paraná coast; creating a continuous process of monitoring the trajectory of the students and the implementation of a registration system, monitoring and evaluation of the actions of the UFPR Coast sector.

Palavras-chave: University. Professional Integration. Former Inmate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de correspondência para as características sociodemográficas..	128
Figura 2 – Mapa de correspondência para as características sociofamiliares.....	130
Figura 3 – Mapa de correspondência para as características da trajetória acadêmica.....	131
Figura 4 – Mapa de correspondência para análise dos diferentes momentos de inserção profissional.....	132
Figura 5 – Mapa de correspondência para as características da inserção profissional.....	134
Figura 6 – Mapa de correspondência para análise do prolongamento dos estudos	135
Figura 7 – Mapa de correspondência para análise da mobilidade dos egressos	137
Gráfico 1– Concluintes em cursos de graduação presenciais, por ano e categoria administrativa, das IES pública e privada.....	50
Gráfico 2 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais, por ano e sexo.....	88
Gráfico 3 – Participação dos egressos em projetos de extensão, pesquisa e monitoria.....	95
Gráfico 4 – Setor de atividade da instituição/empresa na qual os egressos atuam	119
Gráfico 5 – Distribuição do emprego por setor, até junho de 2014.....	119
Gráfico 6 – Discriminação das esferas das organizações de direito público	120
Gráfico 7 – Renda em salários	122
Quadro 1 – Resumo das principais atividades econômicas do litoral do Paraná – 2010.....	64
Quadro 2 – Distribuição de jovens ocupados nos municípios do litoral paranaense..	66
Quadro 3 – Áreas de atuação dos egressos que não estão atuando na área de formação	113
Quadro 4 – Áreas de graduação acessadas pelos egressos após a diplomação na UFPR, Setor Litoral.	124
Quadro 5 - Levantamento e descrição dos empreendimentos no Litoral do Paraná.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais, por ano e categoria administrativa, das IES no Brasil	49
Tabela 2 – Dados sinopse da Educação Superior – Graduação.....	51
Tabela 3 – População censitária dos municípios do litoral do Paraná	61
Tabela 4 – Rendimento nominal mensal	63
Tabela 5 – Número da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), da População Ocupada (PO), da previdência social e o número de empregados, para os municípios do litoral do Paraná	64
Tabela 6 – População jovem residente no Brasil, sul do país, estado do Paraná, região metropolitana de Curitiba e litoral do Paraná – amostra – características gerais da população	66
Tabela 7 – Escolaridade da população jovem do litoral do Paraná, 2010	67
Tabela 8 – Universo da pesquisa e amostra	79
Tabela 9 – Número de questionários respondidos por curso e sexo dos egressos ..	88
Tabela 10 – Idade dos egressos	89
Tabela 11 – Local de residência antes de ingressar no curso e no momento atual.	90
Tabela 12 – Local no qual os egressos cursaram o Ensino Fundamental e Médio...	91
Tabela 13 – Egressos que residiam no litoral do Paraná antes de acessarem o Ensino Superior quanto ao Ensino Fundamental e Ensino Médio.....	92
Tabela 14 – Escolaridade dos pais e mães dos egressos que responderam ao questionário.....	93
Tabela 15 – Participação dos egressos nos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.....	97
Tabela 16 – Situação dos egressos no último ano do curso em relação ao mercado de trabalho	106
Tabela 17 – População jovem que frequenta curso superior na rede pública e particular nos municípios do litoral paranaense em 2010	107
Tabela 18 – Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro trabalho	108
Tabela 19 – Tipo de vínculo empregatício do primeiro trabalho na área de formação	110
Tabela 20 – Situação profissional no momento atual.....	112
Tabela 21 – Tempo de desemprego.....	115

Tabela 22 – Tipo de contrato de trabalho dos egressos que estão atuando na área de formação	118
Tabela 23 – Formação de âmbito acadêmico, acessada pelos egressos após conclusão do curso de graduação na UFPR, Setor Litoral.....	124
Tabela 24 – Série histórica das micro e pequenas empresas no litoral do Paraná.....	151
Tabela 25 – Micro e pequenas empresas no litoral do Paraná 2007-2014 – Evolução base 100.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS –	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BIRD –	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEFET –	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEPAL –	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CNE –	Conselho Nacional de Educação
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIA –	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER – PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPO –	Escritório Europeu de Patentes
EaD –	Educação a Distância
FAFIPAR –	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
FIES –	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB –	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Superior
IAP –	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR Paranaguá	Instituto Federal do Paraná – Câmpus Paranaguá
INEP –	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES –	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC –	Ministério da Educação
MEI –	Microempreendedor Individual

OCDE –	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC –	Plano de Aceleração do Crescimento
PEA –	População Economicamente Ativa
PIA –	População em Idade Ativa
PIB –	Produto Interno Bruto
PlanSeQ –	Plano Setorial de Qualificação
PlanTeQ –	Plano Territorial de Qualificação
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNQ –	Plano Nacional de Qualificação
PO –	População Ocupada
PPC –	Projeto Pedagógico do Curso
PPP –	Projeto Político-Pedagógico
PRONATEC –	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROJOVEM –	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI –	Programa Universidade para Todos
REUNI –	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIMA –	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN –	Reservas Particulares de Patrimônio Natural
SEBRAE –	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINAES –	Sistema Nacional de Avaliação da Educação
SUS –	Sistema Único de Saúde
TCP –	Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná
UAB –	Universidade Aberta do Brasil
UFPR –	Universidade Federal do Paraná
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPMS –	Universidade Popular dos Movimentos Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ENSINO SUPERIOR E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: OS DESDOBRAMENTOS DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO NO PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DIPLOMADOS.....	22
2.1 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO ATUAL ESTÁGIO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	30
2.2 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
3 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE: APROXIMAÇÕES DO LITORAL DO PARANÁ E DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO SETOR LITORAL DA UFPR	55
3.1 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE	55
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL PARANANENSE	60
3.3 A UFPR SETOR LITORAL	68
4 O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EGRESSOS DA UFPR SETOR LITORAL.....	78
4.1 CURSOS AMOSTRADOS.....	81
4.1.1 Gestão Ambiental.....	82
4.1.2 Fisioterapia.....	83
4.1.3 Gestão e Empreendedorismo.....	85
4.1.4 Serviço Social.....	86
4.2 O PERFIL DOS EGRESSOS E OS PERCURSOS DA FORMAÇÃO	87
4.3 SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	98
4.4 TRAJETÓRIA NO MERCADO DE TRABALHO: PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	106
4.5 DISCUSSÕES A PARTIR DA ANÁLISE MULTIVARIADA – CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS.....	160
ANEXO I – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS EGRESSOS.....	177
ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	186
ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	187
ANEXO IV – SÉRIE HISTÓRICA.....	189

1 INTRODUÇÃO

As transformações em curso no mundo do trabalho nas últimas décadas são decorrentes das novas exigências da ordem capitalista contemporânea. Tais transformações afetam diretamente as relações, as formas de organização dos trabalhadores e, ainda, alteram significativamente as chamadas especializações do trabalho.

A conjuntura marcada por essas transformações no mundo do trabalho, trazidas por conta da reestruturação produtiva, pela internacionalização da economia, pela minimização do Estado, pela flexibilização dos direitos sociais, entre outros, constituem elementos centrais do atual estágio do capitalismo.

Nesse contexto, a Universidade apresenta-se como importante ator social, à medida que tem a capacidade de identificar potencialidades, gerar oportunidades, resgatar e visibilizar heranças culturais da região e do seu entorno, articular o saber científico com os saberes histórica e culturalmente construídos e fomentar a crítica, a dúvida, a investigação, elementos essenciais para a sistematização e a produção de conhecimento a serviço da sociedade. Além desses fatores, estão nas Universidades, em sua grande maioria, os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, dos quais se esperam contribuições para o enfrentamento dos desafios postos na realidade social.

Nessa perspectiva, os estudos que relacionam educação, trabalho e emprego ganham relevância à medida que as transformações em voga traçam uma reconfiguração das dinâmicas de inter-relação entre essas esferas. Uma das mudanças trazidas é que o diploma perdeu o *status* de passaporte para o mercado de trabalho. Outra expressa-se nas exigências de habilidades comportamentais que agregam valor ao perfil do jovem ao disputar uma vaga no mercado de trabalho.

O desenvolvimento de atividades laborais requer preparação, qualificação, formação, treinamento e vários outros termos com sentidos e significados díspares para denominar uma preparação para o trabalho, que na contemporaneidade tem demandado habilidades e competências técnicas, políticas, comportamentais, psicológicas e culturais. Desse debate surge uma importante discussão sobre a correlação educação/qualificação e trabalho, que atravessa essa análise.

Nessa perspectiva, a presente tese teve como objeto de estudo o processo de inserção profissional de egressos da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

O Setor Litoral da UFPR foi criado há 10 anos, com um projeto político-pedagógico diferenciado dos demais setores da Universidade, com intencionalidade emancipatória e objetivando contribuir para o desenvolvimento da região. Concomitante a esse movimento da Universidade, a região tem sido alvo dos investimentos do pré-sal, dada a sua localização geográfica, bem como de ações relacionadas à reserva de carbono, já que se caracteriza pela maior reserva de mata atlântica da Região Sul do Brasil.

O Setor Litoral da UFPR, ao longo de sua primeira década de atividade, destacou-se pela sua forte atuação extensionista e por possibilitar a entrada, na Universidade, de estudantes oriundos da região. No entanto, não estabeleceu uma sistemática de monitoramento e avaliação de suas ações.

Nesse ponto, a presente tese encontra sua relevância e ineditismo haja vista a inexistência de estudos com egressos e sobre inserção profissional a partir dessa região, bem como pela ausência de estudos sobre essa temática a partir de Universidades que possuem uma proposta pedagógica diferenciada. Acredita-se que a voz dos egressos seja um indicativo para o processo de análise das contribuições para o desenvolvimento da região, advindas da presença da Universidade nesse território.

Dessa forma, a investigação teve os seguintes objetivos:

- Analisar e mapear o processo de inserção profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral, nos anos de 2009 e 2010.
- Identificar e analisar as especificidades do mercado de trabalho no litoral do Paraná e seus rebatimentos no processo de inserção profissional dos jovens egressos do ensino superior da UFPR Setor Litoral.
- Apreender as características do processo de inserção profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral.
- Identificar e analisar os elementos que constituem diferenciais no percurso do Ensino Superior para a inserção profissional.

Na tentativa de estabelecer um diálogo constante entre a bibliografia e os dados empíricos, foram construídas duas hipóteses, que subjacentes à discussão, foram ao longo do texto sendo confirmadas ou refutadas.

Hipótese 1: O processo de Inserção Profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral é determinado pelas especificidades do processo de acumulação capitalista do litoral paranaense, que se expressa contraditoriamente pela migração, sobrequalificação (*overeducation*), desemprego, permanência no emprego, podendo significar um retardamento do período de estabilização no mercado de trabalho.

Hipótese 2: O processo de inserção profissional é influenciado pelas características do sujeito (gênero, trajetória escolar até o ensino superior, escolaridade dos genitores) e pelo percurso de formação (participação em projetos extraclasse, frequência em estágios, acesso a atividades extracurriculares).

O universo da pesquisa compreendeu 109 egressos dos quatro primeiros cursos superiores implantados, quais sejam: Gestão Ambiental, Fisioterapia, Serviço Social e Gestão e Empreendedorismo. A investigação utilizou a pesquisa qualitativa, recorrendo a dados quantitativos com vistas a construir uma análise relacional e de complementaridade. Foram empregados como recursos metodológicos: um questionário *on-line* utilizando o *software* livre *Lime Survey*, entrevistas semiestruturadas e a técnica de análise de correspondência múltipla.

Além dessa introdução, que corresponde ao primeiro capítulo, a tese está estruturada em outros quatro capítulos.

O segundo capítulo aborda as configurações do capitalismo na contemporaneidade e seus reflexos no mundo do trabalho. Traz uma discussão sobre o processo de qualificação e os projetos de educação em disputa, evidencia a responsabilização do indivíduo pela empregabilidade e a dissimulação que a construção social da qualificação tem recebido, bem como ressalta a dimensão efêmera, fugaz e individualista do processo educativo e laboral. Considerando que a tese perpassa as políticas públicas para a juventude, educação superior e trabalho/emprego, são apresentadas as principais ações nessas áreas nos últimos anos no Brasil.

O terceiro capítulo é dedicado ao debate sobre a Universidade, instituição historicamente contraditória, marcada por seu caráter elitista, classista e meritocrático, mas também pela potencialidade de emergir do seu interior grupos alinhados com a defesa e construção do papel social da Universidade, colocando-a a serviço da sociedade. Nessa perspectiva, apresenta-se o *locus* da presente investigação por meio da caracterização do litoral paranaense com suas

especificidades e da UFPR Setor Litoral, com seu projeto político-pedagógico com intencionalidade emancipatória.

O quarto capítulo aborda primeiramente as opções metodológicas adotadas e o caminho de pesquisa trilhado. Na sequência, o objeto de análise é desvelado a partir da sistematização dos dados empíricos e do diálogo com a bibliografia. A processualidade da inserção profissional é mapeada, descrita e analisada, ressaltando a complexidade e multicausalidade do fenômeno estudado.

A discussão do processo de inserção profissional dos egressos do Setor Litoral conduziu o debate novamente às demandas, avanços, conquistas desse câmpus nessa região. Nessa perspectiva, são apresentados, nas considerações finais, alguns desafios e proposições ao Setor Litoral da UFPR, identificadas ao longo da elaboração da tese, as principais constatações do estudo por meio da retomada das hipóteses anteriormente enunciadas, bem como são reafirmados as convicções e os compromissos analisados durante a trajetória do doutoramento.

2 ENSINO SUPERIOR E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: OS DESDOBRAMENTOS DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO NO PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DIPLOMADOS

A educação é apenas a resposta de uma necessidade social, construída historicamente. Portanto, não é boa ou má, suficiente ou insuficiente. Sob as determinantes do **modelo de acumulação vigente**, talvez possamos afirmar que não temos a educação que gostaríamos, ou melhor, que mereceríamos. Temos, sim, aquela que determinadas condições históricas forjam.

(Valéria Mattos & Lucídio Bianchetti)

A epígrafe auxilia a contextualização do debate sobre educação, trabalho e juventudes, que perpassa o objeto e os sujeitos dessa investigação. Analisar o processo de inserção profissional de egressos do ensino superior requer correlacionar essas grandes temáticas numa relação de interdependência e multicausalidades. Para tanto, situa-se nessa parte da tese o processo de acumulação capitalista na contemporaneidade, a centralidade do trabalho na vida daqueles que “vivem-do-trabalho” (ANTUNES, 2000), os projetos de educação em disputa, o debate sobre qualificação e as políticas públicas relacionadas, com foco nos últimos anos na realidade brasileira.

O processo de acumulação capitalista caracteriza-se pela produção e reprodução social por meio de ciclos de crises econômicas que são inerentes ao processo capitalista. Karl Marx analisou no capítulo XXIII, do *Capital*, a lei geral de acumulação capitalista, evidenciando que essa consiste no uso ampliado dos meios de produção e da força de trabalho, enquanto elementos que constituem a esfera de produção de mercadorias. O valor de uma mercadoria e o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção está relacionado ao valor de qualquer outra mercadoria e o respectivo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. A produtividade do trabalho é determinada por um conjunto de circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1968). Assim, é no aumento da quantidade de mercadorias que um trabalhador é capaz de processar no mesmo espaço de tempo que reside a lógica da produção capitalista. Como a mais-valia é o excedente de trabalho não pago pelo

comprador da força de trabalho; diminuir o valor do capital variável, aumentar a massa de trabalho não pago e aplicar produtivamente esse mais-valor é o que garante ao sistema a reprodução ampliada, a acumulação. Marx (2008), ao abordar a lei da acumulação capitalista, afirmou que essa é mistificada em lei natural, sendo que exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda a elevação do preço do trabalho que possam interferir ou comprometer a reprodução intermitente do capital, na qual os trabalhadores existem para atender às necessidades de expansão da riqueza material e não o inverso. Essa é a lógica do modo de produção capitalista.

De acordo com Mészáros (2002), a partir de 1970 o sistema do capital passa a viver uma nova fase, denominada de crise estrutural do capital. O sistema capitalista, depois de viver um longo período dominado por períodos de expansão e crise, passa a exibir características de uma nova forma de crise. Nessa nova fase não acontecem os espaços cíclicos entre expansão e recessão, mas a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas.

A crise afeta, pela primeira vez na história, a totalidade da humanidade, mostrando-se longa e duradoura, sistêmica e estrutural. Enquanto as crises periódicas ou conjunturais do capitalismo desdobram-se e resolvem-se com maior ou menor êxito no interior de uma dada estrutura política, a crise estrutural afeta a própria estrutura política como um todo e apresenta as seguintes características: i) o seu caráter é universal, o que significa que a crise não afeta apenas este ou aquele ramo particular de produção ou este e não aquele tipo de trabalho; ii) tem um alcance global, portanto atinge a todos os países e não um conjunto particular de países, como foram as crises cíclicas; iii) sua escala de tempo é contínua e permanente em vez de limitada e cíclica, como as crises anteriores; iv) seu modo de evolução é rastejante, em contraste com as erupções e os colapsos espetaculares e dramáticos no passado. Todas essas características da natureza da crise estrutural do capital levam Mészáros a argumentar que “[...] a crise não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global” (2002, p. 797).

Nesse sentido, o autor diz que os limites do capital “[...] não podem ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

Em sua análise do capitalismo contemporâneo, Mészáros (2002) recupera o termo metabolismo utilizado por Marx, que compreendeu esse como conjunto complexo, dinâmico e interdependente das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo (FOSTER, 2005). Mészáros (2002) refere-se ao sociometabolismo do capital, que pode ser traduzido como a lógica inerente do capital, que tem no seu núcleo três dimensões fundamentais do sistema: capital, trabalho e Estado, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto de elementos que compreende esse sistema. O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação e esta pode ser assegurada de muitas formas.

Diariamente, a crise é presenciada por meio da barbárie expressa na destruição, na degradação do meio ambiente e na fome. “Essas contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete” (MÉSZÁROS, 2002, p. 39). Há uma separação esquizofrênica entre causas e efeitos, sendo que as ações concentram-se nos efeitos, sem sequer a causa (metabolismo do capital) ser colocada em pauta.

O capital é incontrolável, predatório, sua lógica é essencialmente destrutiva. Essa lógica acentuou-se no capitalismo contemporâneo, em que o capital não trata valor de uso e valor de troca como separados, mas de um modo que subordina o primeiro ao último.

Assim, a orientação de um sistema produtivo baseado no valor de troca faz com que as necessidades materiais tornem ilimitadas as práticas de consumo, estimulando, portanto, a criação de necessidades. Nesse sentido, Mészáros (2002) desenvolveu a tese da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. Essa taxa pode ser compreendida da seguinte forma: a intensa concentração da produção sob fusões empresariais e concentração de países em blocos econômicos torna os mercados consumidores mais compactos e, como consequência, hoje não há mais onde conquistar mercados novos. Resta, então, que nesses mercados, as mercadorias sejam continuamente renovadas.

Ao reduzir a vida útil das mercadorias, acelera-se o ciclo reprodutivo e o capital manifesta novamente seu metabolismo.

Para manter esse metabolismo na atual onda recessiva, o capital tem utilizado três estratégias articuladamente, quais sejam: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

A ideologia neoliberal¹ compreende um conjunto de estratégias e concepções que fundamentam a desregulamentação das atividades econômicas e concebem o homem/mulher como ser atomisticamente possessivo, competitivo e calculista, naturalizam as desigualdades, adotando uma concepção minimalista de liberdade e reduzindo-a à égide mercadológica.

Fundamentam-se, nessa ideologia, ainda medidas como a contenção dos gastos sociais do Estado, a supressão das garantias de emprego, a privatização das empresas estatais e uma série de estratégias de desregulamentação do mercado de trabalho.

A financeirização² pode ser compreendida como o modo de funcionamento do capitalismo na contemporaneidade, que tem na especulação dos mercados de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* e outros ativos sua lógica. A financeirização³ é um processo sistêmico, atravessado pelos fluxos de capitais e pelo crescimento do capital fictício. Entende-se por capital fictício as ações, as obrigações e outros títulos de valor que possuem valor em si mesmo.

Já a reestruturação produtiva⁴ pode ser compreendida como um conjunto de mudanças na organização da produção material, das modalidades de gestão e do consumo da força de trabalho, traduzindo outra lógica e configuração do capital. Harvey (2007) denomina esse processo de regime de acumulação flexível, que se expressa na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Traz consigo o surgimento de novos setores de

¹Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade, sustentando a necessidade de diminuir o Estado e cortar as suas gorduras, e justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Na verdade, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227).

²A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é, as operações situadas na esfera de circulação) tornaram-se, sob todos os sentidos, hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas. Os rentistas e os possuidores do capital fictício extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários (PARANHOS, 2010, p. 232).

³Paulani (2012) apresenta um resgate histórico do processo de inserção da economia brasileira no movimento de acumulação capitalista em nível mundial. Para a autora, o Brasil possui na atualidade uma economia financeirizada, com um acelerado processo de centralização de capitais e completamente integrada ao capitalismo rentista dominante, sendo o Estado a instituição que patrocina a distribuição de recursos dos trabalhadores para viabilizar a formação do grande capital, com a consequente geração de capital fictício.

⁴Segundo Antunes (2006), o início das mudanças organizacionais e tecnológicas do processo produtivo e de serviços no Brasil foram vivenciadas em meados da década de 1980, num ritmo muito mais lento do que os vividos nos países centrais, que viveram intensamente a reestruturação produtiva e seu corolário ideopolítico neoliberal.

produção, novas estratégias de fornecimento de serviços, novos mercados e caracteriza-se pelas taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Vive-se um cenário de mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas, com a aparente autonomização da economia. Essa dimensão fetichista substitui as relações humanas por relações entre coisas (a começar pela reificação do próprio capital ou de sua acumulação), buscando submeter à sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado.

Essa discussão possibilita desvelar o contexto das transformações do mundo do trabalho, proveniente do regime de acumulação flexível, o viés individualista presente no processo de inserção profissional, as novas exigências postas ao trabalhador, bem como a retórica que anuncia o domínio do mercado como “ente” superior tanto no debate sobre educação, como no da categoria trabalho.

Assim, o trabalhador não vive do trabalho, mas vive para o trabalho, sendo este o eixo estruturador da existência humana e mediador primordial da relação com o mundo e com os outros. Assim, o trabalho ocupa a centralidade da vida e é ele quem dá significado e identidade à pessoa. É por meio do trabalho que os homens e mulheres apreendem, compreendem e transformam a realidade. Ao produzirem suas existências, testam seus limites, relacionam-se com os outros e com a natureza, produzem conhecimento e educam-se (SILVA, 2005).

O trabalho é muito mais que vender a força de trabalho, é um processo de identificação social expressa na possibilidade de manter contato com outras pessoas, de ocupar-se, de reconhecer-se como parte de um grupo e da sociedade, de autorrealização, de desenvolvimento de potencialidades e de vivências com experiências psicossociais.

No entanto, essas relações que permeiam a dinâmica do trabalho têm sofrido um intenso, sucessivo e predador processo de mercantilização e mercadorização do(a) trabalhador(a). Esse processo foi denominado por Marx de alienação, que significa o estranhamento do trabalhador frente ao produto de seu trabalho, em relação às coisas, em relação a si mesmo, em relação a sua própria vida, sendo que só existe para o capital. A alienação é produzida pela dinâmica da própria sociedade capitalista como um mecanismo de autopreservação, pois penetra na consciência das pessoas, levando-as a não mais se reconhecerem nos resultados ou produtos

de sua atividade, a se tornarem alheias, estranhas, alienadas até mesmo à realidade na qual vivem.

A alienação multifacetada reforça o processo de despolitização desenvolvido pelas relações capitalistas. No entanto, o próprio Marx analisou as possibilidades de transformação, de revolução, de mudança, de ruptura com esse processo. Para o referido autor, a transformação ocorre por meio das contradições, dos antagonismos, do movimento e da ação dos próprios homens no curso da trajetória histórica e das condições sociais, políticas e materiais, econômicas de cada realidade. “A sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processo de transformação” (MARX, 1987, p. 7). Com relação aos homens e às mulheres, sujeitos dessa possibilidade de transformação, o autor afirma: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1977, p. 17).

Por isso, a categoria historicidade tem tanta relevância na obra marxiana, pois compreender determinada realidade requer identificar, numa perspectiva histórica, as múltiplas determinações que a constituíram, as mediações, as condições objetivas, a ação dos sujeitos por meio de um movimento sincrônico e diacrônico, não etapista e evolucionista, e sim dinâmico e complexo.

Tendo presente a historicidade do processo, romper com a intensa alienação gerada pelas relações capitalistas requer a tomada de consciência, o desvelar dessa construção histórica com suas nuances. No entanto, a evolução do capitalismo tem demonstrado novas formas de rearticulação, de manutenção e de respostas, dificultando a reação dos sujeitos e intensificando o processo alienante.

Os reflexos desse processo na vida cotidiana das pessoas caracteriza-se pelo desemprego, subemprego, pelo empobrecimento, pela dificuldade de acessar a satisfação das necessidades básicas, pela exclusão no usufruto da riqueza socialmente produzida, pela exclusão no acesso às informações, pela flexibilização dos direitos sociais e pela pobreza política.

Antunes (2011) destaca a superfluidade e a destrutividade como traços do trabalho na atualidade. A destrutividade expressa-se pelos trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou pelo desemprego. A superfluidade é caracterizada pela necessidade cada vez maior do sistema de metabolismo social do capital das

formas de trabalho parciais e terceirizadas, dos trabalhadores hifenizados, do proletariado da era *cyber*, que paulatinamente e de maneira explosiva expande-se no mundo produtivo e de serviços, ocupando o lugar do trabalho estável. Essa dinâmica expulsa da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes e descartáveis.

O cenário visualizado é marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela concentração exacerbada da riqueza e do poder, refletidas na complexificação das expressões da questão social, na insustentabilidade ambiental, na insegurança generalizada diante da vida⁵, no individualismo exacerbado, na dificuldade de visualização da intensidade das mudanças que afetam diretamente o conjunto dos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Para os(as) trabalhadores(as), passa-se uma imagem de superação do trabalho coletivo e que agora é o momento de cuidar da vida cotidiana, dos interesses imediatos e corporativos. Esses discursos deixam de lado o aspecto da dinâmica “[...] estrutural do mercado de trabalho, a qual, em última análise, é responsável pelas possibilidades concretas de inserção profissional e de condições de trabalho passíveis de serem escolhidas pelos trabalhadores” (COGO, 2011, p. 467).

Essa posição é fundamental para o capital, à medida que se retrai o âmbito da luta para esse universo e não se vislumbra nada além da imediatividade, para além do capital, o questionamento essencial fica muito difícil.

Fica evidenciado o viés individualista que o trabalho adquiriu na contemporaneidade, dificultando a análise crítica das transformações ocorridas na esfera laboral.

Assumindo a realidade brasileira como expressão singular desse debate, tem-se um mercado de trabalho heterogêneo, hierarquizado, segmentado, permeado pela precarização e pelo “[...] processo de pauperização que funciona como mecanismo ideológico de exploração da força de trabalho” (MUELLER; FERRAZ, 2012, p.97).

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) caracterizou o mercado de trabalho brasileiro como pouco

⁵Marx (1983) previu esse processo há mais de um século, quando afirmou que o capital só poderia desenvolver-se (e desenvolver as forças produtivas) saqueando simultaneamente as fontes da riqueza humana, da terra e do trabalho.

estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado, etc.), no qual:

- apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho, no entanto, a grande maioria está submetida à alta rotatividade, aos baixos salários e às jornadas de trabalho extensas;
- o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho-padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos;
- os mecanismos de proteção aos desempregados são muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido, ademais, a proporção de trabalhadores que pode requerer o seguro-desemprego é relativamente pequena;
- os parâmetros que orientam os contratos de trabalho foram definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão de obra.

Maia e Garcia (2011) reiteram essa caracterização do mercado de trabalho brasileiro, correlacionando-a ao desenvolvimento capitalista brasileiro e à estrutura produtiva com gritantes disparidades nos níveis de rendimentos e produtividade. Evidenciam, ainda, os diferentes níveis de acesso aos mercados e às tecnologias.

A trajetória de debate percorrida até aqui possibilita visualizar o contexto macroeconômico, político, cultural do atual estágio de acumulação capitalista. Essa conjuntura permite o processo de identificação e de aproximação sucessiva das implicações, reflexos, determinações e multicausalidades expressas na relação trabalho – educação/qualificação e juventudes, temas fundamentais para a análise do processo de inserção profissional de egressos do Ensino Superior, objeto de estudo da presente tese.

Para tanto, no próximo item, coloca-se luz sobre a discussão educação/qualificação, com ênfase na educação superior.

2.1 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO ATUAL ESTÁGIO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Cabe destacar, em particular, o papel atribuído à educação na formação do trabalhador nessa nova fase do capitalismo. Para entender a relação entre educação, qualificação e reestruturação produtiva, é necessário partir de uma perspectiva histórica, pois este movimento é reflexo do processo de acumulação capitalista e a dinâmica que se estabelece entre as relações de trabalho e capital é que proporciona estas modificações. Por sua vez, a relação tecnologia, trabalho e educação não é linear e sim dinâmica, pois trata-se de uma relação social.

(Remi Castioni)

Os contornos da acumulação capitalista contemporânea para além de todas as mudanças trazidas no mundo do trabalho, nas relações políticas, econômicas e sociais, têm demandado a formação de trabalhadores considerados isoladamente, portadores de valor de uso. Castioni (2010) denomina esse processo de nova ideologia no campo educacional, em que os indivíduos impõem-se no mercado de trabalho como sujeitos autônomos e isolados. As relações sociais são despolitizadas e os indivíduos são responsabilizados pelo sucesso ou fracasso de suas trajetórias no mercado de trabalho.

Esse processo esvazia a dimensão coletiva da educação, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pelo seu processo formativo, bem como reiterando a ideia de que a empregabilidade depende do próprio sujeito, da sua qualificação e da sua capacidade de manter-se empregado. Orienta-se por uma concepção de sociedade que ignora as relações assimétricas de poder, que reduz o sujeito a um indivíduo racional, que faz escolhas independentemente de sua classe social, do grupo cultural a que pertence e de sua condição sócio-histórica. É uma concepção de educação que não se relaciona ao desenvolvimento de todas as dimensões da vida humana, mas vincula-se à esfera das necessidades do mercado e do lucro.

Essa perspectiva contribui para a aceitação acrítica de uma reinvenção do conceito de meritocracia, que vincula a resolução dos problemas sociais à mobilização das vontades individuais e estas à posse de competências adequadas que a escola é chamada a transmitir. Esses discursos revestem-se de uma natureza redutora, escamoteando os fatores sociais, organizacionais, estruturais e contextuais que articulam educação e emprego (ALVES, 2012).

Castioni (2010) afirma que a partir de 1990 ocorre o processo de deslizamento ou dissimulação do conceito de qualificação para o de competência, com ênfase nas novas noções do mundo do trabalho: empregabilidade, laborabilidade, trabalhabilidade, ou seja, a difusão de que é por meio da educação que o trabalhador alcançaria uma posição no mercado de trabalho. A noção de competência compreende as exigências de um modelo de trabalhador ideal, que surge com a reestruturação produtiva, por meio da otimização dos recursos humanos e da adaptabilidade aos ritmos e às exigências da produção e da redução dos custos salariais.

Esse modelo de trabalhador passa a exigir do indivíduo, além do “saber fazer”, o “saber ser” e o “saber agir” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 385), outros atributos, como proatividade, criatividade e capacidade de administrar conflitos. A responsabilização do indivíduo em garantir sua empregabilidade e as competências requeridas pelo mercado de trabalho subjugam a incapacidade do modelo econômico de dar respostas às crises do capital.

Verás de Oliveira (2013, 2006) aborda a qualificação como construção social, produto das disputas nas relações entre capital e trabalho e das valorações que perpassam as classificações sociais sobre o trabalho. Compreende os saberes construídos, disputados, apropriados e segmentados historicamente sob a lógica da estratificação social do trabalho.

Constata-se a polissemia e a imprecisão do termo qualificação, afirmando que é o tempo ou a duração da aprendizagem, equivalente à formação do trabalhador, que define a qualificação, especificando que essa é uma combinação de tempo e educação (CASTIONI, 2010).

A ênfase nas competências, dissimulando a construção social da qualificação⁶, expressa a dimensão efêmera, fugaz e individualista que o processo educativo e laboral tem recebido no atual estágio da acumulação capitalista.

Essa discussão ganha significado, apoiadores e robustez na defesa e viabilidade da construção de um capitalismo mais “humanizado”, capaz de sofismar o perverso e incorrigível metabolismo do capital, escamoteando a precarização do

⁶Já não é a sociedade, a integração a um conjunto de direitos sociais como o emprego, saúde e educação, moradia, transporte, a cultura, etc., que são a referência, mas a luta do indivíduo sem proteção. É desta tessitura de relações de produção e de relações sociais que emergem as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e empreendedorismo e capital social (FRIGOTTO, 2011, p. 9).

trabalho e enaltecendo a igualdade de oportunidades entre os indivíduos via educação. Intelectuais representantes dessa perspectiva teórica apoiam-se

[...] nas crescentes tendências de substituição do capital vivo pelo capital morto e nas transformações tecnológicas e organizacionais dos processos de trabalho para afirmar a perda da centralidade do trabalho como fundamento estruturante da sociedade, o desaparecimento do proletariado e a emergência do cognitariado, o fim do trabalho abstrato e das classes sociais, como elementos de uma nova sociedade e uma nova cultura. (PARANHOS, 2010, p. 47).

Mota et al. (2012) denominam esse argumento retórico de “novo mito” (p. 162), que alimenta a hipótese de criação de um modelo de desenvolvimento nacional (leia-se, crescimento econômico) articulado a políticas sociais compensatórias, “conciliando” crescimento econômico com equidade social, sustentabilidade ambiental⁷, enfrentamento das desigualdades sociais, “conceitos incompatíveis na lógica do capital” (p. 160).

Esse modelo denominado de novo desenvolvimentismo⁸ acopla uma agenda social à ideologia neoliberal, promovendo o sincretismo de medidas de estímulo a intervenções pontuais e focalizadas do Estado e do Terceiro Setor nas expressões mais agudas da questão social⁹, reconhecendo as falhas do mercado, sem, no entanto, discutir ou tocar nos fundamentos da vida mercantil generalizada no capitalismo ou no metabolismo do capital.

⁷Sustentabilidade ambiental diz respeito à diminuição dos impactos entrópicos da ação humana, com vistas à garantia da vida planetária. No próximo capítulo, as contradições entre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento são evidenciadas na região do Litoral do Paraná, que se caracteriza por uma concentração de 82% de área de mata atlântica e convive com a disputa do espaço por inúmeros empreendimentos advindos da ampliação do Porto de Paranaguá e da criação do Porto de Pontal do Paraná.

⁸O novo desenvolvimentismo é uma corrente contemporânea do pensamento brasileiro que nasce na esteira do nacional-desenvolvimentismo que orientou a economia dos países subdesenvolvidos, no período de 1940-1970 sob a orientação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Tinha como características: (1) defesa da autonomia e da soberania nacionais; (2) a industrialização como meio necessário para a superação dos entraves ao desenvolvimento da periferia; (3) o Estado entendido como um agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar social; e (4) a participação ativa de uma *intelligentsia* culta e bem formada na gerência de postos-chave do Estado (CASTELO, 2009, p. 73).

⁹A questão social diz respeito às expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contrapondo a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias a sua realização, assim como dos seus frutos. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (IAMAMOTO, 2001). O novo desenvolvimentismo tem analisado a questão social dissociada da contradição capital/trabalho, como problema externo das relações sociais capitalistas, de caráter natural e individual, sem a crítica da desregulamentação do trabalho e dos efeitos da acumulação capitalista na contemporaneidade. Uma discussão ampliada dessa questão está em (OLIVEIRA, 2010)

Esse modelo fundamenta-se nas diretrizes dos organismos internacionais como: FMI, OCDE, Unesco, Banco Mundial, Bird e na Cepal. Compreende um pacote de medidas, tais como: intervenção estatal na economia e na questão social para estimular crescimento e distribuição de renda, política externa mais ativa, investimentos em infraestrutura, redução gradual dos juros, aumento do crédito ao consumidor e do salário-mínimo, desonerações fiscais e tributárias e financiamento do capital monopolista nacional via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CASTELO, 2013).

Ideológica e politicamente, o novo desenvolvimentismo tem como estratégia a pedagogia da hegemonia, que busca assegurar que a dominação de classes viabilize-se por meio de processos educativos “positivos”, enaltecendo a importância da participação de cada cidadão na mudança política e na definição de formas alternativas de ação social, com vistas à coesão social. Caracteriza-se por um realinhamento ideológico, teórico e político na construção de consenso, repolitização da política com predomínio da pequena política em detrimento da grande política (COUTINHO, 2010), ou seja, pela emergência de questões específicas (micro) no lugar de análises ampliadas (macro).

Assim, esse padrão de acumulação capitalista vem sendo aprofundado com alto grau de consentimento popular, a despeito da persistência de selvagens desigualdades, de diferenciadas formas de violência, da expropriação de terras e direitos sociais e da erosão das políticas universalistas (LEHER, 2010, p. 12).

Os defensores do novo desenvolvimentismo atribuem à pobreza e às desigualdades sociais, às falhas do mercado e a não dotação de certos ativos por parte dos pobres. Já para os pesquisadores alinhados à perspectiva crítica marxista, essas expressões da questão social são atribuídas à dinâmica da acumulação capitalista no Brasil.

Evidencia-se a desistorização, responsabilização, naturalização e individualização das desigualdades sociais, sendo as diferenças entre os indivíduos a principal unidade de medida de análise e a promoção da igualdade entre os indivíduos via acesso à educação a estratégia descontextualizada de alinhar a formação dos sujeitos às habilidades e aos atributos requeridos pelo capital.

Nessa perspectiva, a educação está entre os ativos com maior retorno, entendida como um ativo do portfólio de investimentos de um determinado indivíduo,

equiparado a uma ação de empresa, a um meio de produção ou qualquer ativo que gere renda para o seu proprietário.

Conceber a educação como um ativo significa percebê-la no processo de mercantilização, que se expressa no crescimento das universidades privadas e dos cursos de ensino a distância, que tem ressignificado o papel social da Universidade Pública. Segundo Pereira (2008), esse processo inicia-se na década de 1970, demarcado por mais uma crise cíclica do processo de acumulação e da necessidade expansionista do capital. Assim, a transmutação da educação de um direito para um serviço – portanto, vendável –, abre mais um leque de fundamental importância para os interesses capitalistas.

Bowles e Gintis (2002), em uma análise da realidade econômica dos Estados Unidos e as contribuições da educação para o crescimento econômico, contribuem para esse debate ao demonstrarem que a meritocracia é apenas uma forma de mistificar o acesso ao mercado de trabalho. Afirmam que anos de escolaridade, graus e credenciais não explicam efetivamente a ascensão econômica. Demonstram que o papel das instituições de educação não é ensinar o conteúdo, mas moldar os estudantes de acordo com os nichos de mercado demandantes. Assim, a escola não é somente uma instituição meritocrática, mas uma ferramenta para produzir mentalidades para fins capitalistas (CORBETT, 2013). Nessa perspectiva, a educação tem como finalidades:

a) garantir a unidade nacional e legitimar o sistema; b) contribuir com a coesão e o controle social; c) reproduzir a sociedade e manter a divisão social; d) promover a democracia da representação; e) contribuir com a mobilidade e a ascensão social; f) apoiar o processo de acumulação; g) habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores para servir ao mundo do trabalho; h) compor a força de trabalho, preparando, qualificando, formando e desenvolvendo competências para o trabalho; i) proporcionar uma força de trabalho capacitada e flexível para o crescimento econômico. (OLIVEIRA, 2009, p. 238).

Observa-se a ênfase na educação para o trabalho, permeada pela meritocracia, marcada pela divisão de classes, voltada para o desenvolvimento econômico-capitalista e para a possibilidade de melhoria de vida para os grupos vulneráveis economicamente ou discriminados por gênero, etnia ou raça.

Dado que as desigualdades sociais são construídas historicamente e determinadas por uma variedade de fatores de ordem econômica, cultural, territorial,

geracional, étnica, de classe e de gênero, a educação pode ser considerada fator fundamental para o enfrentamento das desigualdades, mas não solução para sua superação¹⁰ e para o acesso à justiça social, já que esta é uma condição e, ao mesmo tempo, uma consequência da educação.

Dessa forma, a educação, mesmo sendo um direito social, constitui-se em um ativo, uma estratégia de acesso a poder, a posições sociais, decisões políticas e econômicas. Essa concepção reatualiza a teoria do capital humano, proposta por Theodore Schultz (1973). O referido autor desenvolveu o conceito de “capital humano” para explicar a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. Schultz identificou que, nos Estados Unidos, o forte investimento das pessoas nelas mesmas desencadeava um significativo crescimento econômico. Esse investimento, denominado de capital humano, constituía-se basicamente de investimento em educação, além do investimento em saúde (FRIGOTTO, 2009).

Schultz (1973) dedicou-se sistematicamente à construção desse conceito, tendo como premissa que o componente da produção que decorre da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras, semelhante a qualquer outro investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros. A concepção de capital humano trouxe a Schultz o prêmio Nobel de Economia em 1979, expressando o reconhecimento dessa visão para explicar a desigualdade social entre os países e também entre os indivíduos (FRIGOTTO, 2009). Nessa acepção, a posse do conhecimento estabelece o patamar de igualdade e de oportunidade entre os desiguais, mediadas pelos méritos, esforços, talentos e aptidões.

A perspectiva do capital humano reduz a educação às necessidades mercadológicas como um fator de produção que ajuda a compreender a visão dominante da qualificação profissional como determinante para o sucesso profissional. Concomitantemente, constrói o fetiche da educação como fator capaz de promover a igualdade nos marcos do capitalismo.

Em sintonia com essa perspectiva, o investimento em educação tem sido tema recorrente principalmente nos países dependentes, que ao acatarem as

¹⁰Tonet (2014), ao discorrer sobre o papel da educação para a transformação social, reitera essa afirmação ao considerar que caso a educação por si só garantisse a emancipação e outra sociabilidade, a classe trabalhadora dos países desenvolvidos já teriam uma consciência e atuação revolucionárias. No entanto, na opinião do autor, está bem longe de isso acontecer.

cartilhas de organismos internacionais, desenvolvem uma série de estratégias para a ampliação da escolaridade da população, com ênfase na eliminação do analfabetismo e no crescimento dos índices de acesso ao ensino superior.

Na perspectiva de visualizarem-se outras concepções sobre a correlação educação-trabalho/emprego, recupera-se a compreensão da Teoria do Filtro, da Teoria da Reprodução e da Teoria da Segmentação.

A teoria do filtro pode ser considerada como complementar à teoria do capital humano. Foi desenvolvida por Kenneth Arrow (1973), que argumenta que o sistema escolar serve, quase que exclusivamente, para filtrar os indivíduos que estudam para adquirir as “características” necessárias a fim de conseguir se inserir e se posicionar no mercado de trabalho de forma vantajosa. Dessa forma, o sistema escolar serve como credencial eficiente para revelar aos empregadores certas características inatas e adquiridas por parte do indivíduo e, dessa forma, aumentar as chances de inserção profissional.

O economista Rabah Arrache (2002), ao sistematizar as principais teorias econômicas sobre a relação entre a formação e o emprego, afirmou que para os defensores da escola do filtro, a população é heterogênea, mesmo antes de acessar a escolaridade. Eles explicam essa afirmativa por meio da análise do custo da formação por diferentes indivíduos. Esses custos seriam mais baixos para os mais inteligentes. Dessa forma, o nível de educação (por meio de grau) é uma ferramenta usada pelos candidatos a emprego e empregadores. Assim, o grau age como um sinal revelador das capacidades potenciais e como um filtro para identificar as pessoas mais adequadas de recrutamento para empregos disponíveis. O que motiva a procura por escolaridade não é o aumento de competências, mas as vantagens que o diploma poderá trazer, caracterizando-se como filtro no mercado de trabalho, independente das suas contribuições nos planos cognitivo e formativo (ALVES, 2003).

Já a teoria da reprodução tem como autores Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982), que ao escreverem o livro *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, em 1970, a partir de uma análise do sistema educacional francês, defendem que as instituições de ensino reproduzem as desigualdades sociais e transferem capitais de geração para geração. Dessa forma, o sistema de ensino perpetua o privilégio, apesar de dissimular uma aparente neutralidade e igualdade de oportunidades. O acesso ao Ensino Superior é o

resultado de um processo de seleção escolar que ocorre ao longo do percurso escolar, diretamente influenciado pela origem social do sujeito.

Pochmann (2007) também aborda essa teoria ao analisar o processo de inserção profissional de jovens e considera que segundo essa perspectiva, as possibilidades de acesso ao emprego tendem a refletir mais as origens do indivíduo do que sua escolaridade, expressando a permanência de discriminação e preconceito no funcionamento do mercado de trabalho e do acesso à educação na realidade brasileira.

Já a teoria da segmentação coloca luz na análise do mercado, definindo-o a partir da sua dualidade: mercado primário e secundário. O mercado primário compreende as vagas que exigem habilidade técnica, domínio tecnológico, salários melhores e melhores condições de trabalho. Já o mercado secundário, contraditoriamente, exige pouca habilidade, oferece salários baixos, “baixa segurança no trabalho, grande rotatividade, carência de oportunidade ascensional e menor remuneração e *status* ocupacional” (POCHMANN, 1995, p. 6). A teoria da segmentação do mercado de trabalho ganha expressão na realidade brasileira ao serem visualizadas as diferenciadas desigualdades de rendimentos, de regularidade do trabalho, de jornada de trabalho ou mesmo do usufruto dos direitos trabalhistas (IPEA, 2012).

Costa, Araújo e Curado (2013), ao discutirem e questionarem a afirmação da existência de pleno emprego nos últimos anos no Brasil, reiteram a pertinência da teoria de segmentação para analisar o mercado de trabalho brasileiro. Segundo esses autores, o pleno emprego serve de cortina de fumaça para encobrir uma persistente fragilização do mercado formal de trabalho¹¹, expressa no elevado grau de segmentação, que pode ser visualizado por meio de elevadas taxas de rotatividade, do baixo grau de proteção social, da inserção inadequada dos

¹¹Antunes (2015), ao analisar o mercado de trabalho brasileiro, afirma que na década de 2000 houve um crescimento forte de emprego, na casa de 20 milhões de empregos. Contudo, esses empregos foram predominantemente no setor de serviços, nos quais a rotatividade e as precárias condições de trabalho eram muito acentuadas. Basta dizer que a grande maioria desses empregos encontra-se na faixa de um salário e um salário-mínimo e meio. O crescimento do mercado interno brasileiro foi motivado principalmente pela política de valorização do salário-mínimo, aumento do crédito e pelas políticas de caráter compensatórias (COSTA; ARAÚJO; CURADO, 2013). Entre 2003 e 2010, o salário-mínimo elevou-se em 53%, o que impactou o sistema previdenciário e de pagamento de benefícios pelo governo, possibilitando a 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda um crescimento real de seus rendimentos na ordem de 50% (PAULANI, 2012).

trabalhadores, dos baixos níveis de rendimento e produtividade, do fechamento de postos de trabalho com maiores níveis de rendimento e de instrução.

Os referidos autores complementam a análise ao relacionarem a segmentação do mercado de trabalho à heterogeneidade estrutural da economia brasileira, que se traduz no convívio de atividades formais com ocupações precárias e no crescimento do setor de serviços.

Para Harvey (2010), há uma segmentação do mercado de trabalho bem definida. Nas posições centrais estão uma minoria de empregados com contratos de trabalho mais favoráveis e estáveis. Nas extremidades, há dois subgrupos: um formado por empregados com contratos integrais, com qualificações facilmente disponíveis no mercado, menos acesso a oportunidades de carreira e alta rotatividade. O outro grupo é composto por trabalhadores sem contratos¹², com trabalhos temporários, informais, subcontratados, treinandos com subsídios públicos, que apresentam flexibilidade numérica e altos níveis de precariedade. “Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos” (HARVEY, 2010, p. 144).

Essas características resultam de um efeito combinado de vários fatores que constituem a herança¹³ do trabalho no Brasil: alta concentração da propriedade fundiária, agricultura voltada à exportação de alguns poucos bens, baixos níveis de industrialização, elevadas taxas de migração campo-cidade, baixo investimento em educação, incapacidade de geração de empregos suficientes para os migrantes, ausência de políticas de proteção social (CARDOSO, 2013).

A análise das teorias do capital humano, do filtro, da reprodução e da segmentação possibilita identificar que dependendo da perspectiva, enfatiza-se mais o aspecto econômico (educação como ativo) ou mais as determinações sociais e históricas, sendo que a escolaridade ganha evidência diferenciada. O acesso à

¹² Nesse subgrupo estão os denominados por Antunes (2011) de sobrantes, aqueles que não conseguem corresponder às exigências do mercado de trabalho e que expandem o bolsão de desempregados. Sanson (2014) também apresenta três categorias de trabalhadores: os integrados, os semi-integrados e os excluídos. Os integrados são aqueles que ocupam a posição central na opinião de Harvey, os semi-integrados são os que se encontram em situação de risco, os que trabalham precariamente de forma intermitente e o terceiro grupo são os excluídos que estão na informalidade e dependentes das políticas de mitigação da miséria.

¹³ Cardoso (2013) denomina esse processo de “custo do passado” ou de “gerações perdidas”. Nos últimos anos, o Brasil, por meio da definição de políticas de transferência de renda e do aumento do salário-mínimo conseguiu enfrentar a fome, a exclusão social, aumentando a escolaridade e o consumo. Contudo, há ausência de um lastro de ações restauradoras, inclusivas. Construir essas mudanças requer gerações, mudanças estruturais, culturais, de acesso à informação, formação, escolaridade, qualificação, criticidade, cidadania.

educação permanece na retórica como condicionalidade para a mobilidade social, para a inserção profissional qualificada.

Em contrapartida, no contexto de crítica ao atual processo de acumulação capitalista e seu respectivo metabolismo estão os debates, as proposições e as experiências que defendem a superação do modo capitalista, a tessitura de uma sociabilidade para além do capital e, por conseguinte, uma educação para além do capital.

A educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não é só factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito. (MÉSZÁROS, 2008, p. 71).

Para tanto, fazem-se necessárias ações estratégicas no plano da imediatez, considerando que para romper com as amarras do sociometabolismo do capital, é preciso “[...] a universalização da educação e universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65), o que compreende a articulação e a integração entre trabalho manual e trabalho intelectual, impossível nos marcos do capitalismo, já que este baseia-se na oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A educação por si só não garante a transformação social, pois conforme já exposto, a própria educação é fruto e está a serviço do modo de produção capitalista. Além disso, o acesso ao conhecimento sistematizado não é condição suficiente para alcançar a transformação social. A luta social é o elemento-chave para a formação da consciência transformadora e revolucionária. É no processo de luta social que os sujeitos vão ressignificando suas práticas, desvelando as determinações e contradições sociais, políticas, econômicas e culturais historicamente construídas.

Tonet (2014) aponta para a importância de atividades educativas emancipatórias de caráter revolucionário, que possibilitem a compreensão de qualquer objeto como resultado de um processo histórico e social, com múltiplas

determinações, ou seja, implica em desvelar a origem, a natureza e o tempo histórico como um momento do processo de construção da totalidade do ser social.

Assim, o referido autor aponta quatro características particulares para denominar as atividades educativas de emancipadoras e com caráter revolucionário.

Primeiramente, Tonet (2014) reforça a premência da dimensão histórica da realidade social, trilhada e construída por homens e mulheres nas condições e “[...] circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1977, p. 17). Em segundo lugar, o referido autor aponta para a necessidade de as atividades educativas propiciarem a compreensão da “[...] origem e natureza da sociabilidade capitalista, da lógica de reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa” (TONET, 2014, p. 19), objetivando, com isso, caracterizar e apreender as causas e consequências da crise do capital e, por conseguinte, as possibilidades, os caminhos e as necessidades de superação dessa forma de sociabilidade. Para tanto, aponta em terceiro lugar a importância de que as atividades possibilitem a construção de uma sociedade socialista. Assim, requer uma sólida construção de valores, convicções, fundamento teórico-prático, tomando como ponto de partida a categoria trabalho e a compreensão de que todas as outras dimensões da vida social originam-se do trabalho. Dessa forma, necessita ainda visualizar que um processo revolucionário e transformador parte da mudança na forma de trabalho, erradicando o trabalho assalariado e substituindo-o pelo trabalho associado. Por fim, Tonet afirma que são atividades educativas aquelas que permitem “[...] compreender a natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, suas possibilidades e limites. Esta compreensão evitará a supervalorização da educação, como responsável fundamental pelo progresso” (TONET, 2014, p. 21).

Tonet (2014), bem como os defensores – para citar alguns, Mészáros, Freire, Frigotto – da viabilidade da construção de outra ordem societária, de outra forma de sociabilidade, de projeto de educação, são unânimes na defesa e na adequação da obra marxiana como fundamento filosófico, teórico e metodológico para a consecução desse horizonte. Coloca-se como desafio o aprofundamento da formação teórica numa perspectiva histórico-dialética, ampliação e solidificação das organizações científicas, sindicais, políticas e culturais e a construção de uma subjetividade com determinação para alterar a atual ordem social que dilacera a vida (FRIGOTTO, 2013).

Explicita-se que o desafio é tanto no plano individual, subjetivo quanto coletivo, tanto nas particularidades, quanto nas generalidades. Assim, as lutas sociais, gerais ou particulares que compartilhem da construção de uma sociabilidade para além do capital requerem auto-organização da classe trabalhadora, clareza de projeto político, engajamento, militância, práxis revolucionária, articulação política e orgânica. Dada à complexidade e ao adensamento da ordem vigente, bem como aos equívocos na leitura marxiana e aos projetos de intencionalidade socialista, o caminho a ser percorrido é longo, contudo, os primeiros passos são justamente a formação de uma consciência e subjetividade para além do capital e, nesse sentido, a clareza de um projeto de educação é fundamental.

Evidenciam-se a existência de dois projetos de educação, que coexistem contraditória e dialeticamente. Um alinhado às determinações, às demandas e à lógica do capital, com diferenciadas variações e roupagens. Outro, em contraposição, que busca uma educação e uma sociabilidade para além do capital.

A clareza e o discernimento das propostas demandam construção, desenvolvimento da capacidade de análise crítica da realidade e opção por um projeto de sociedade. Aqui a disputa e luta de ideias e projetos ganha centralidade, principalmente em um contexto em que o conformismo, a despolitização, o individualismo, sob a batuta do sociometabolismo do capital, reafirmam sistematicamente a impossibilidade da mudança, a vitória do capital.

Diante desse cenário, Frigotto (2014) aponta que o desafio maior está no terreno da práxis, na ação política. Ao mesmo tempo, alerta que na produção teórica, há que se fazer o caminho todo, mas na prática trilhar um passo de cada vez.

Essa conjuntura desafia a todos, com intensidade maior para a população jovem, de quem se espera respostas, alternativas e para quem não há garantias, mas muitas inseguranças, instabilidades e incertezas.

Considerando a população foco dessa investigação, o próximo item aborda a categoria juventudes e as políticas públicas direcionadas a esse segmento, com destaque para a Educação superior e trabalho/emprego.

2.2 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

O crescimento econômico relativamente alto do Brasil na última década significou aumento do número de postos de trabalho. No entanto, permanece a dificuldade de inserção profissional juvenil. As oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando a eles o desenvolvimento profissional, a inserção e a permanência no mercado de trabalho.

A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD, 2009) mostra que o desemprego juvenil é quase três vezes maior que a taxa de desemprego adulto, o que significa que, embora seja condição necessária, o crescimento econômico não resolve inteiramente o problema do desemprego entre os jovens, particularmente aqueles de mais baixa renda e baixa escolaridade, as mulheres, os negros e os moradores de áreas urbanas metropolitanas, para os quais as taxas de desemprego são mais elevadas, assim como as de informalidade e precariedade no trabalho (BRASIL, 2013).

Aquino (2009), com base em estudos do Ipea, afirma que mudanças estruturais na distribuição etária da população em todo o mundo são resultantes do crescimento excepcional do grupo jovem. Denominada de “onda jovem”, expressa o aumento relativo da população em idade ativa, o que pode ter efeito positivo sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e, por isso, tem sido qualificado como bônus demográfico.

Entretanto, o aproveitamento do bônus demográfico tem sido ameaçado por outro fenômeno em escala mundial mais ou menos simultâneo: a “crise do emprego”, que abateu as economias desenvolvidas na década de 1980 e atingiu o Brasil nos anos 1990, ameaçando a incorporação ao mercado de trabalho de grandes contingentes de jovens saídos da escola (AQUINO, 2009, p. 27).

O número de postos fixos de trabalho diminuiu, atingindo não somente os trabalhadores desqualificados, mas os que têm educação superior. O diploma universitário certamente garantia emprego para a realidade de 20 anos atrás, mas atualmente não representa passaporte seguro para a entrada no mercado de trabalho (ARAGÃO, 2008, p. 114).

Nesse debate, destacam-se os estudos de Esteves (2009) e Wendhausen (2009) acerca da correlação entre a escolaridade dos(as) trabalhadores(as) e

educação requerida pelo mercado de trabalho, no contexto da reestruturação produtiva, que tem produzido uma massa de trabalhadores polarizados entre desqualificados e superqualificados. As relações de trabalho e as relações educativas foram reordenadas a partir de uma

[...] suposta complexificação dos postos de trabalho... embora estes requisitos profissionais representem as exigências de um núcleo de ocupações superiores e estáveis que decai progressivamente, o avanço tecnológico não implica necessariamente a maior complexidade dos postos de trabalho, pelo contrário, para a imensa maioria dos empregos criados nas últimas décadas a qualificação não se coloca como problema. (PARANHOS, 2010, p. 40).

Dessa forma, mesmo com crescimento econômico brasileiro e com o incremento do processo de escolarização e qualificação, parte significativa da população juvenil encontra-se em condição de vulnerabilidade. Os estudos de Castel (2008) sobre a vulnerabilidade de massas partem do princípio de que um dos eixos das relações sociais é o trabalho. É nessa relação que se manifestam as formas de vinculação social decorrentes da precária/instável ou estável relação com o trabalho. Ao se deter sobre os vínculos estabelecidos nas relações familiares, com o trabalho e o papel do Estado, estabelece-se uma correlação estreita entre o lugar ocupado na divisão sociotécnica do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência.

Já Oliveira (1995) assegura que a vulnerabilidade social juvenil está profundamente vinculada ao desemprego e ou ao baixíssimo salário dos pais, à intensa desconstrução/construção das famílias, devido a uma elevada urbanização, ao modelo econômico concentracionista e à péssima distribuição de renda no país.

Pochmann (2007) contribui com essa discussão ao considerar que o acesso ao mercado de trabalho reproduz a desigualdade observada na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho, à medida que os jovens das famílias de baixa renda ingressam muito cedo no mercado de trabalho e os jovens de famílias com melhor renda têm a inatividade financeira garantida privadamente e podem postergar o ingresso no mercado de trabalho para após a obtenção do diploma de ensino superior ou de pós-graduação. O referido autor considera ainda que a crescente vulnerabilidade na transição para a fase adulta exige um olhar que contemple dois enfoques: biopsicológico e sociocultural. O enfoque biopsicológico compreende o estado de transitoriedade, incerteza e instabilidade própria do ser

jovem. Já o enfoque sociocultural considera a natureza das formas de ser jovem, influenciado pelos seus gostos, preferências, hábitos, relacionamentos, primeiras experiências laborais. Nesse sentido, não se pode falar em juventude, mas em “juventudes”, como uma categoria com compreensões diferenciadas e tangenciada por uma série de elementos sociais, políticos, culturais e territoriais.

Krauskopf (2003) contribui com a reflexão ao sistematizar quatro concepções sobre a juventude:

A – Juventude como período preparatório. Essa perspectiva considera a juventude como uma etapa preparatória para a fase adulta. Tem a política de educação como central, tendo em vista que é por meio do processo educativo que os jovens preparam-se para a fase adulta. Essa concepção assume um olhar homogêneo diante dos jovens, colocando-se em um mesmo patamar como meros receptores, omitindo, portanto, as desigualdades presentes no universo e na condição juvenil.

B – Juventude como etapa problemática. Nessa abordagem, o jovem é visto a partir dos problemas que o circundam, que ameaçam a ordem e requerem um enfrentamento na perspectiva do ajustamento, do controle e de políticas compensatórias e assistencialistas. Fica evidente o estigma e a centralização das causas dos problemas no sujeito, despolitizando todas as outras determinações familiares, sociais, políticas, econômicas, culturais, demográficas que constituem a realidade social.

Os setores que mais desenvolveram ações sob esse paradigma são os de saúde e justiça, frente a situações de gravidez na adolescência, violência, drogadição e criminalidade.

C – Jovem como ator estratégico do desenvolvimento. Se a concepção anterior centrava-se no jovem problema, nessa o jovem passa a ser a solução. A visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar as diferentes formas de exclusão. Nessa perspectiva, o jovem é visto pela sua capacidade proativa, entusiasta, criativa, bem como pela sua facilidade de absorver e adaptar-se frente às inovações tecnológicas e às transformações produtivas. Evidencia-se o protagonismo juvenil por meio do engajamento nas comunidades, da realização de trabalhos voluntários e do comprometimento com a melhoria da qualidade de vida da população, com vistas ao desenvolvimento social. Essa concepção, apesar de enaltecer as potencialidades

dos jovens, coloca-os na condição de super-heróis, ignorando suas demandas específicas, as desigualdades que os assolam e suas necessidades subjacentes. Não problematiza ainda os diferentes modelos e concepções acerca do desenvolvimento.

D – Juventude cidadã como sujeito de direitos. Essa perspectiva, ainda em construção, recebeu influências da trajetória de debates no âmbito das políticas para as mulheres, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Tem como centralidade a noção de cidadania, concebendo os jovens como sujeitos integrais, e defendem a necessidade de políticas intersetoriais. Na realidade brasileira, os avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram significativos para concretizar a concepção do que vem a ser “sujeito de direitos”.

O debate focado nas “juventudes” na realidade brasileira tem como marco o ano de 2005, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, que passou a estabelecer programas específicos para os jovens, na perspectiva de unificação e intervenção intersetorial, perpassando às políticas de educação, trabalho e assistência social e seus respectivos ministérios. Desde então, vem sendo estruturada uma série de ações destinadas à população juvenil, compreendida como todas as pessoas entre 15 a 29 anos.

Segundo a Política Nacional da Juventude (BRASIL, 2013), este é um padrão internacional que passou a ser utilizado no Brasil. Nesse caso, podem ser considerados jovens os jovens-adolescentes (cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos), os jovens-jovens (com idade entre os 18 e 24 anos) e os jovens adultos (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa etária dos 25 aos 29 anos). Segundo a cartilha de políticas públicas de juventude, mesmo com distinção de faixa etária e considerando as especificidades das diferentes regiões de um país continental como o Brasil, três demandas são comuns: “[...] acesso ao sistema educativo, oportunidades de emprego e ocupações produtivas e combate às distintas formas de violência física e simbólica” (BRASIL, 2013, p. 13).

Na política de trabalho e renda, os programas direcionados à juventude expressam-se no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), articulado a partir do Fundo de Amparo ao Trabalhador, com vistas ao incremento da qualificação para o acesso ao mercado de trabalho; política de incentivo à contratação, que consiste na redução do custo de contratação dos mais jovens; programa nacional de incentivo ao primeiro emprego; incentivo à montagem de negócios próprios, individualmente ou

em cooperativas (GONZALEZ, 2009). Essas ações são desenvolvidas em consonância às estratégias da política de Assistência Social de caráter preventivo e promocional.

O PNQ está estruturado por meio de ações territoriais e por demandas setoriais, estando voltado diretamente para a força de trabalho em exercício ou em busca de emprego, ou seja, para a PEA. Apesar desse aparente foco genérico, o Plano está, de fato, voltado a trabalhadores que desenvolverão as atividades mais simples (LESSA, 2011).

Dentro do PNQ destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), criado em 2005 e reestruturado em 2008, quando passa a ser denominado de Projovem Integrado. É uma extensão da Política Nacional de Juventude e divide-se em quatro modalidades (adolescente, urbano, campo e trabalhador), voltada aos jovens com diferentes perfis.

O Projovem Adolescente é destinado aos jovens de 15 a 17 anos e oferece oportunidades socioeducativas para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. É gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Projovem Urbano destina-se a jovens de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental. O Programa prevê a articulação de três dimensões: a formação básica no Ensino Fundamental por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; a qualificação profissional inicial composta de formação técnica geral e de formação técnica específica; e a formação para a participação cidadã. É coordenado pelo Ministério da Educação (MEC).

O Projovem Campo “Saberes da Terra” integra as políticas de educação do campo e de juventude, desenvolvidas pelo MEC. Dá a oportunidade a jovens agricultores, excluídos do sistema formal de ensino, de concluírem o Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional.

O Projovem Trabalhador prepara os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Podem participar jovens de 18 a 29 anos, que sejam membros de família com renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo, nos termos do regulamento. O jovem tem de estar cursando ou ter finalizado o Ensino Fundamental ou Médio. O Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pela gestão dessa modalidade.

Destaca-se ainda o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que foi criado em outubro de 2011, objetivando expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional, e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional.

Observa-se que o desenho das políticas¹⁴ direcionadas à juventude aponta para a população jovem com diferenciados níveis de escolaridade, com ênfase para os jovens que não acessaram níveis mais elevados de escolaridade.

As ações desencadeadas no Brasil, na última década, referente à Educação Superior, são: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o incentivo à educação a distância, que em sua complementariedade compõem o processo de expansão do atendimento às demandas de matrícula, coordenado pelo MEC.

O Reuni foi instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007 e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação. Tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior, por meio de uma série de medidas visando a retomada do crescimento do Ensino Superior público, por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de Educação Superior. Segundo Koike (2009), o Reuni redefine o perfil das universidades federais no país. Objetiva, em cinco anos, de 2008 a 2012, dobrar o número de vagas e matrículas na graduação e atingir a meta de “90% na taxa de sucesso”, ou seja, de aprovação.

Já o Prouni foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n.º 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. As instituições de Ensino Superior que aderem ao programa recebem, em contrapartida, isenção de tributos. O programa é dirigido aos estudantes egressos do Ensino Médio da rede

¹⁴Silva (2014, p. 178) afirma que “[...] percebe-se um direcionamento de políticas sociais destinadas aos jovens particularmente para aqueles considerados em situação de risco e vulnerabilidade social”.

pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos.

O Fundo de Financiamento Estudantil é um programa do Ministério da Educação, destinado a financiar a graduação na Educação Superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

O Ensino Superior a distância tem seu marco no Decreto n.º 5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituindo a educação a distancia (EaD). Segundo Koike (2009), o ensino a distância na graduação apresenta-se por meio do discurso da democratização do acesso, contudo tem favorecido a expansão desordenada e de baixo custo do Ensino Superior.

Ao analisar essas quatro frentes de ação, pode-se concluir que o governo federal imprimiu uma política fragmentada, alinhada ao modelo de Universidade do Tratado de Bolonha, aos princípios emanados da Conferência Mundial sobre Educação Superior e da Organização Mundial do Comércio¹⁵ (SOUZA, 2011), ou seja, apesar dos avanços no que diz respeito à acessibilidade, permanece uma orientação mercadológica na Educação Superior. Exemplo disso é o crescimento significativo do Ensino Superior nas instituições privadas (vide tabela 1) nos últimos anos.

¹⁵ Trata-se, de fato, de uma orientação internacional que procura imprimir à lógica mercantil a Educação Superior, fenômeno que tem sido observado a partir de meados da década de 1990, coincidindo com a LDB de 1996 e com as demais políticas liberalizantes daquele período. Em função disso, a sociedade brasileira está submetida a uma situação de ampla privatização de sua educação superior (SOUZA, 2011).

Tabela 1 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais, por ano e categoria administrativa, das IES no Brasil.

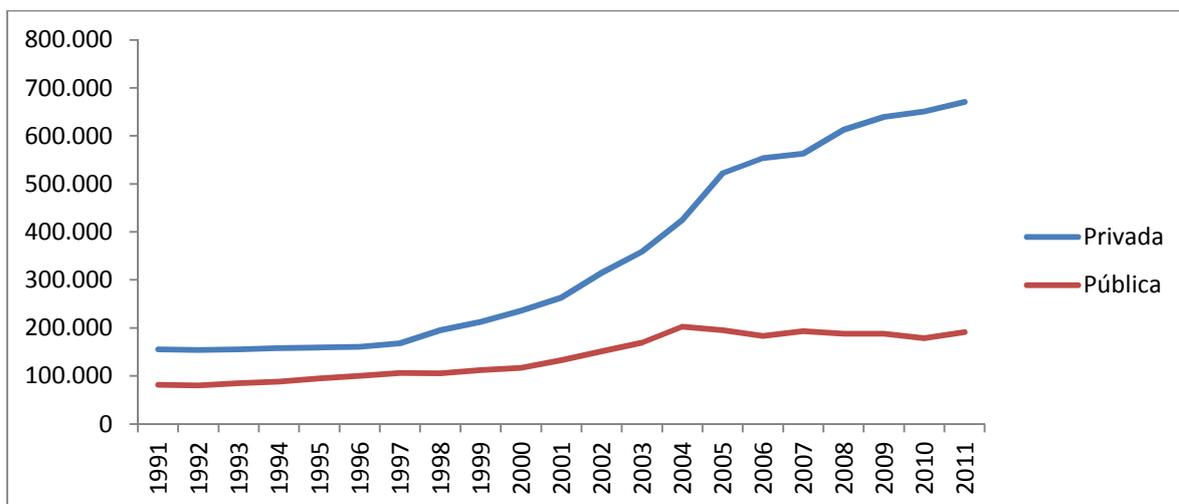
ANOS	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1991	236.410	38.634	28.064	14.606	155.106
1992	234.288	39.133	26.955	14.123	154.077
1993	234.288	41.420	29.219	14.243	155.387
1994	245.887	42.753	31.138	13.971	158.025
1995	254.401	46.187	33.714	15.050	159.450
1996	260.224	49.667	34.693	15.460	160.404
1997	274.384	51.419	38.731	15.932	168.302
1998	300.761	52.787	40.725	11.848	195.401
1999	324.734	59.098	43.757	9.596	212.283
2000	352.305	58.726	46.584	11.331	235.664
2001	395.988	65.571	54.914	12.131	263.372
2002	466.260	71.285	63.917	15.899	315.159
2003	528.223	84.341	65.375	19.443	359.064
2004	626.617	88.098	93.152	21.012	424.355
2005	717.858	86.011	87.676	21.867	522.304
2006	736.829	83.686	76.516	22.883	553.744
2007	756.799	89.257	80.014	24.260	563.268
2008	800.318	84.036	78.879	24.843	612.560
2009	826.928	91.576	75.910	20.318	639.124
2010	829.286	93.442	66.843	18.122	650.879
2011	865.161	94.666	76.980	19.303	670.495

Fonte: Sinopses estatísticas da Educação Superior – graduação do Inep – a autora, 2014.

A tabela anterior aponta a predominância das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Mesmo somando as três instâncias estatais (federal, estadual e municipal), a prevalência das instituições de caráter privado¹⁶ mantém-se, apontando para a verificação empírica de que a educação passou a ser um investimento privado lucrativo, conforme gráfico a seguir.

¹⁶Segundo Leher (2014), mais de 75% dos estudantes da Educação Superior estão no amplo aparato educativo privado.

Gráfico 1– Concluintes em cursos de graduação presenciais, por ano e categoria administrativa, das IES pública e privada.



Fonte: Sinopses estatísticas da Educação Superior – graduação do Inep – a autora, 2014.

Os concluintes de IES federais¹⁷ passaram de 16% em 1991 a 11% em 2011, mesmo que tenha crescido 2,45 vezes. Os concluintes das IES privadas cresceram no mesmo período 4,32 vezes, com o que sua participação no total de concluintes passou de 65% a 77% no mesmo período.

Entretanto, outros dados na comparação entre Instituições de Ensino Superior federais e privadas ao serem agrupados indicam um crescimento *pari passu* das IES federais e das IES privadas. A relação IES privadas/IES públicas praticamente se manteve entre 2002 e 2013 relativamente ao número de Instituições e às matrículas; aumentou a relação referente às vagas e aos concluintes; e diminuiu a relação referente a docentes, números de cursos e ingressos (vide tabela 2).

¹⁷ Outro dado importante trata-se da taxa de sucesso das Instituições de Ensino Superior. Segundo dados do INEP (2015), considerando os ingressantes nas Instituições Federais de Ensino Superior em 2010 (269.216) e os concluintes em 2013 (115.336), a taxa de sucesso foi de 43%. Nas instituições privadas, registrou-se um total de 1.366.191 ingressantes no ano de 2010 e de 761.732 de concluintes em 2013, compreendendo uma taxa de sucesso de 56%. Na comparação, constata-se que o total de alunos matriculados nas federais cresceu menos que nas privadas e os concluintes muito menos, ou seja, as instituições federais de ensino superior possuem maior evasão e menor taxa de sucesso.

Tabela 2 – Dados sinopse da Educação Superior – Graduação

Variável	2002	2013	Variação
IES federais	73	106	45%
IES privadas	1.442	2.090	45%
Docentes federais	51.020	101.376	99%
Docentes privados	150.260	217.387	45%
Cursos presenciais federais	2.316	5.968	158%
Cursos presenciais privados	9.147	21.199	132%
Ingressos federais	142.585	325.267	128%
Ingressos privados	1.090.584	2.211.104	103%
Vagas federais	124.196	321.398	159%
Vagas privadas	1.477.733	4.490.168	204%
Matrícula presencial federal	531.634	1.137.851	114%
Matrícula presencial privada	2.428.258	5.373.450	121%
Concluente presencial federal	71.285	115.336	62%
Concluente presencial privado	315.159	761.732	142%

Fonte: A autora (2015), com base nas sinopses estatísticas da Educação Superior – Graduação, do Inep.

A tabela anterior evidencia o investimento nas instituições públicas federais. Entretanto, mantém-se a prevalência de instituições privadas.

Ribeiro e Chaves (2011), ao analisarem o processo de reforma universitária no Brasil, apontam que o modelo de instituição universitária vem sofrendo um processo de transformação manifestada na modernização e na modelação organizacional, especialmente por meio do enxugamento da estrutura acadêmica e da implantação de sistemas gerenciais (apuração de custos, alocação de vagas, controle acadêmico), que objetivam ampliar a eficiência na gestão e estimular a produtividade. Essa transformação tem gerado um descomprometimento com a formação dos sujeitos, acarretando um perfil de formação para a não criticidade e, sobretudo, para o adestramento e a preparação de pessoas para o mercado cada vez mais competitivo e inseguro.

Nessa perspectiva, presencia-se, no Brasil, nas duas últimas décadas, o aumento dos índices de escolarização, os investimentos na ampliação do acesso ao Ensino Superior, bem como o incentivo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, por meio da criação dos Institutos Federais Tecnológicos, dos Núcleos de Inovação Tecnológica das Universidades Brasileiras, que têm atuado na orientação dos processos referentes à Propriedade Intelectual, visando a “proteção dos conhecimentos” e respectiva transferência ao setor produtivo. Contudo, esse processo ainda é muito lento se comparado a outros países, como China e Estados

Unidos. Carleial (2012) exemplifica essa lentidão brasileira ao reportar-se ao “[...] crescimento de patentes brasileiras depositadas no Escritório Europeu de Patentes (EPO) que quase triplicou entre 2001 e 2011. Esse número passou de 73 para 208, no período. No entanto, a China depositou 2049 patentes no EPO, só no ano de 2010”. Ou seja, há avanços no acesso à escolaridade, à qualificação, contudo esses não correspondem na mesma intensidade a redução da pobreza¹⁸, a diminuição da concentração de renda¹⁹ e ao acesso a melhores condições no mercado de trabalho.

Segundo a CEPAL²⁰ (2011) essas disparidades também são observadas na apropriação da renda, mediante a heterogeneidade estrutural da América latina expressa na existência de três estratos de produtividade (alto, médio e baixo). O primeiro refere-se a empresas com grande escala de operação, com atividades de exportação e alta tecnologia. Essas empregam mais de 200 trabalhadores, geram 66,9% da produção (PIB), contudo, retêm apenas 19,8% do emprego total. Os estratos médios compreendem as pequenas e médias empresas, geram 22,5% do produto e representam 30% da ocupação total da força de trabalho. A maior

¹⁸A população abaixo da linha de pobreza na América Latina em 1980 equivalia a 40% da população total; em 1990, havia saltado para 48%; e em 2002, atingia 44%. Apenas a partir de 2005, inicia-se a trajetória de redução significativa deste indicador, quando este tem queda de 39,8% para 30,4%, em 2011. Em período similar, o número de anos de estudo da população maior de 15 anos eleva-se significativamente nos principais países latino-americanos, em proporção mais expressiva que a queda da pobreza na região. No Brasil, aumenta de 5,8 a 8,6 anos, entre 1979 e 2007; na Argentina, de 7,4 a 11 anos, entre 1980 e 2006; no México, de 8,0 a 10,0 anos, de 1989 a 2006; na Colômbia, de 7,1 a 9,9 anos, entre 1980 e 2005; e no Chile, de 9,9 a 11,3 anos, entre 1987 e 2006. Tais indicadores apontam para a velocidade de expansão da qualificação muito superior à de redução da pobreza. Enquanto a pobreza diminuiu na velocidade de 0,95% ao ano (a.a.) na América Latina, entre 1980 e 2011, a qualificação da força de trabalho expande-se no Brasil em 1,5% a.a. (MARTINS, 2013).

¹⁹Dedecca (2015) em texto para debate sobre desigualdade social promovido pelo IPEA afirma que os indicadores de mercado de trabalho e renda permitem uma melhor avaliação da extensão da desigualdade socioeconômica ainda prevaiente. Os dados analisados tiveram como base os índices brasileiros de 1999 a 2011. Demonstram que a maioria dos indicadores de condições de vida e consumo, demografia e discriminação apresentam redução do grau de desigualdade, porém o movimento não foi suficiente para uma modificação estrutural do fosso existente entre a população em extrema pobreza e os 10% mais ricos no país. Os indicadores elaborados apontam que o acesso a educação foi o índice que apresentou maior redução da desigualdade. Mesmo assim, uma em cada seis pessoas das famílias em extrema pobreza era analfabeta, enquanto uma para 150 das famílias do estrato superior se encontrava nesta situação em 2011.

²⁰Sampaio Junior (1999) em análise sobre o desenvolvimento na América Latina esclarece que o livro: *Dependência e Desenvolvimento*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, marca uma inflexão no pensamento da Cepal (CARDOSO; FALETTO, 1975). No plano teórico, o dinamismo da economia periférica passou a ser visto como produto de processos condicionados, em primeira instância, por forças internas, e, em última, por forças externas. No plano histórico, chegou-se à conclusão de que dependência e desenvolvimento poderiam marchar paralelos. Eliminada a urgência de superar a dependência externa, o destino das sociedades periféricas passava a depender de estratégias de associação com o capital internacional que estimulasse a entrada de investimentos estrangeiros, na suposição de que o avanço da acumulação capitalista asseguraria o sucesso da industrialização e de que a industrialização era o próprio desenvolvimento.

concentração encontra-se nos estratos baixos, associados ao setor informal, que representam 50,2% dos trabalhadores e apenas 10,6% do PIB.

O cenário apresentado é marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela concentração exacerbada da riqueza e do poder, refletidas na complexificação das expressões da questão social, na insustentabilidade ambiental e na insegurança generalizada diante da vida.

Todas as ações interferem na chegada ou não dos jovens ao Ensino Superior, sendo importante a visualização do panorama de ações direcionadas a essa população que dê a sustentação necessária ao percurso até a Universidade, bem como a sua trajetória²¹ durante o Ensino Superior.

O desenho das políticas (para juventude, de trabalho e de Educação Superior) refletem as configurações do atual estágio da acumulação capitalista. Entre elas, destacam-se: a responsabilização do indivíduo pela sua formação e empregabilidade, a valorização da educação como ativo na relação com o trabalho e a ampliação do acesso ao Ensino Superior, com ênfase na preparação para o mercado.

Esse processo recebe influências globais, conjunturais e ao mesmo tempo é também determinado pelos aspectos territoriais, regionais e locais. Essa inter-relação contínua e, por vezes, contraditória, desafia a construção de análises, tendo como partida a complexidade e multideterminações da realidade.

Frente às discussões apresentadas, no diálogo com diferentes autores, instiga-se a identificação de possibilidades de enfrentamento e desvelamento da realidade na sua complexidade. Quais as alternativas a serem construídas? Em que medida a Universidade, enquanto espaço contraditório e privilegiado de produção de conhecimento, tem potencialidade de ser geradora de mudanças? Até que ponto no espaço da Universidade, que historicamente tem sido elitizada e meritocrática, podem-se efetivamente desenvolver atividades educativas alinhadas ao projeto de educação para além do capital?

Nessa perspectiva, coloca-se em pauta a viabilidade e a factibilidade do papel social da Universidade, da concepção ampliada de educação, da defesa da

²¹ Compreende-se trajetória como o caminho percorrido por cada sujeito. As trajetórias não são lineares, mas, sim, marcadas e construídas socialmente, influenciadas pelo contexto, pelas dimensões culturais, sociais, políticas, econômicas, demográficas, temporais, étnico-raciais, de gênero, de classe, pelo devir, pelas rupturas, pelos grupos, redes e tecidas de forma singular por cada sujeito. Cada sujeito atribui significado, apreende e narra seu percurso. O percurso marca e constitui a trajetória.

produção de tecnologia articulada aos interesses e necessidades da sociedade e da construção de um desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade nas suas diferenciadas dimensões, em um processo de ruptura da dependência e geração de autonomia e soberania.

Essa discussão ganha corpo no próximo capítulo, no qual é debatido o papel social da Universidade e no qual são apresentados a região do litoral do Paraná e o câmpus da UFPR, denominado de Setor Litoral. O referido setor tem como fundamento uma proposta pedagógica diferenciada dos demais câmpus da UFPR, com uma intencionalidade emancipatória e com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região.

3 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE: APROXIMAÇÕES DO LITORAL DO PARANÁ E DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO SETOR LITORAL DA UFPR

A conexão indissociável entre desenvolvimento capitalista global, cujas formas determinadas conformam dinâmicas particulares nas distintas formações sociais não centrais (ou periféricas), e desenvolvimento educacional em todos os níveis é essencial para compreender a educação superior brasileira, bem como para compreender as visões que dela foram feitas. É o método da investigação dos objetos no interior de seu próprio movimento real e dinâmico, que é sempre síntese de múltiplas determinações.

(Lalo Minto)

3.1 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE

No atual estágio de acumulação capitalista, a Universidade apresenta-se como importante instituição, à medida que tem a capacidade de identificar potencialidades, gerar oportunidades, resgatar e visibilizar heranças culturais da região e do seu entorno, articular o saber científico com os saberes histórica e culturalmente construídos e fomentar a crítica, a dúvida, a investigação, elementos essenciais para a sistematização e produção de conhecimento a serviço da sociedade. Além desses fatores, estão nas Universidades, em sua grande maioria, os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, dos quais se esperam contribuições para o enfrentamento dos desafios postos na realidade social. Assumir o papel de instituição social pode fazer com que as políticas e ações das Instituições de Ensino Superior traduzam-se em:

a) promoção da democracia, da justiça social, da solidariedade e da cidadania por meio da sua atuação na comunidade; b) inserção no processo de **desenvolvimento das comunidades de seu entorno**, por meio da articulação com os demais atores sociais; c) **confecção de projetos de pesquisa em ciência e tecnologia que atendam aos interesses regionais**; d) **criação de cursos de graduação e pós-graduação e realização de atividades de extensão voltados ao atendimento das demandas locais**; e) criação de um ambiente acadêmico, onde a produção do conhecimento esteja, prioritariamente, alicerçada na realidade, com vistas à sua transformação. (SCHAFASCHEK, 2008, p. 85 – grifos nossos).

Consonante a esse enfoque, está a adoção de uma concepção de ciência e tecnologia (C&T) subordinada às necessidades e aos interesses da comunidade, descaracterizando a neutralidade que permeia o discurso C&T²².

Essa concepção de tecnologia compreende um conjunto de técnicas e processos associados a formas de organização coletiva e estratégias de desenvolvimento capazes de produzir soluções que podem ser reaplicadas, em escala, e que contribuem para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (SCHAFASCHEK, 2008).

A produção de tecnologia e de inovações impacta diretamente no desenvolvimento da região, tanto que os debates sobre essa temática geraram o conceito de Sistema Regional de Inovação, fruto dos avanços nas teorias de desenvolvimento regional e nos estudos sobre inovação tecnológica. Assim, um Sistema Regional de Inovação requer um aparato financeiro, um conjunto articulado de organizações, um sistema de aprendizado e cultura produtiva, expressa no envolvimento dos atores da região (ROLIM; SERRA, 2010).

O objetivo principal da política de inovação deve ser contribuir para a capacitação de empresas, de instituições voltadas para o conhecimento e da população em geral. Aqui apontamos para o aprimoramento humano, novas formas de organização empresarial, constituição de redes e o novo papel para as empresas de serviços e **universidades no seu papel de promotoras do aprendizado**. (LUNDVAL, 2001, p. 1 – grifos nossos).

Rolim e Serra (2010) reiteram o debate ao afirmarem que a Educação Superior vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões²³.

²² Ao abordar a pretensa neutralidade do discurso da ciência e tecnologia, evidencia-se que historicamente os avanços nessa área não têm sido social e equitativamente acessados. Caso isso tivesse ocorrido, não haveria a existência de populações totalmente excluídas, expressando índices de desigualdade social alarmantes. Schafaschek (2008) esclarece que a concepção clássica das relações entre ciência e a tecnologia com a sociedade é uma concepção essencialista e triunfalista, que pode resumir-se em uma simples equação, chamada “modelo linear de desenvolvimento + ciência = + tecnologia = + riqueza = + bem-estar social”, como se fosse uma simples soma de componentes.

²³ Ao longo da tese, utilizam-se os termos região e território para referir-se ao Litoral do Paraná. Compreende-se região como a área geográfica definida no interior do país, que se distingue do seu entorno por alguma característica própria; um território em permanente construção, produto de uma dinâmica social composta de diferentes interesses, com uma formação econômica, natural, geográfica construída, constituída e identificada a partir das interações sociais e da capacidade interna de cada localidade. Nesse sentido, a região comporta o território, pois tem como referência a delimitação física, geomorfológica e natural do território. Saquet (2011) auxilia na compreensão da

As Instituições de Ensino Superior constroem o capital humano e ampliam o ambiente social e cultural que permite a inovação. Essa tarefa, além do ensino e da pesquisa, tem sido denominada do *terceiro papel* das universidades e tem uma amplitude mais abrangente que o antigo conceito de extensão. Há também um reconhecimento cada vez maior que **esse potencial é mais fácil de ser mobilizado no contexto regional**. (ROLIM; SERRA, 2010, p. 2 – grifos nossos).

Apesar desse indicativo, o estudo de Mora-Ruiz et al. (2009) aponta que no tocante ao Brasil, as Universidades apresentam um limitado envolvimento com as questões relacionadas ao desenvolvimento regional. No caso concreto do Ensino Superior, há um crescente volume de estudos sobre o papel das Universidades, considerando, por exemplo, os efeitos diretos da presença de uma instituição de Ensino Superior sobre a geração de emprego e a economia do seu entorno, os efeitos da geração de parques de ciência e tecnologia associados ao ensino superior e as consequências sobre o “stock” de capital humano em uma dada região. Constata-se que não há consenso entre os pesquisadores sobre a correlação entre Universidade e desenvolvimento regional. Alguns defendem que as universidades são essenciais para a prosperidade nacional e que as economias em crescimento precisam investir no desenvolvimento do Ensino Superior, enquanto há outros que, analisando o caso dos países do Sudeste Asiático, consideram que foi o rápido desenvolvimento econômico que permitiu o crescimento e o desenvolvimento das universidades e não o inverso (ALVES, 2003).

Assim, pensar em uma universidade voltada para a região implica, portanto, pensá-la desde a sua concepção, ou seja, concepção e missão andam juntas, são inseparáveis. Olhar a universidade na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável significa materializá-la enquanto instituição social e não como uma mera organização voltada ao mercado (CHAUÍ, 1999).

Sachs contribui com o debate ao conceber a Universidade como um ator de relevância na ação conjunta com o Estado, com as empresas e com a sociedade civil. Entretanto, ressalta que para desempenhar esse papel, deverá transcender a sua condição de “torre de marfim” (afastada dos problemas sociais, ambientais,

categoria território ao concebê-la como apropriação social de uma porção do espaço geográfico, produto das relações sociais, das redes, nas quais ocorrem os processos de comunicação, cooperação, troca, enfim, a socialização que possui elementos concretos e abstratos. A construção do espaço é dinâmica e histórica, mediada pelas dimensões econômica, política, cultural, social na relação com a natureza.

políticos, culturais) e de “[...] fábrica de diplomas, inscrevendo entre as funções aquela de recurso para o desenvolvimento local” (SACHS, 1993, p. 39).

Há que se considerar que o processo de conhecimento e a produção de tecnologia e inovação também são construções sociais, complexas e permeadas por diferentes interesses e mediações. Ou seja, não são autônomos, nem neutros, mas constituem-se na interação ação-reflexão-ação de práticas, saberes e conhecimentos. São, portanto, trabalho e relações sociais objetivadas. Esses processos requerem opção política, institucional e pessoal dos sujeitos envolvidos. Além disso, a Universidade historicamente constituiu-se como espaço elitizado, meritocrático, comprometido com as demandas do mercado e dos detentores do capital.

Por isso, a Universidade, ao orientar-se para uma região, deve projetar estratégias e ações direcionadas às necessidades e às especificidades daquela ocupação geográfica, por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologia voltada ao desenvolvimento (BOTOMÉ, 2003).

Rolim e Serra (2010), ao discutirem o impacto das instituições de ensino superior nas regiões em que estão inseridas, diferenciam as Universidades que *estão* na região das Universidades que *são* da região. As primeiras estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando alunos para o mercado nacional. Já as universidades que *são* da região, além de tratar das questões universais e nacionais, também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, também formam alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais.

A fixação de pessoas e de mão de obra qualificada depende muito da instalação de equipamentos sociais, da definição de estratégias de permanência na região e da cooperação entre os atores sociais que ali estão, gerando um círculo virtuoso capaz de criar condições de permanência de pessoas nessas localidades.

A instalação da Universidade em uma região, por si só, já gera um impacto econômico sobre os fluxos de renda locais, ou seja, demandam trabalho e uma circulação de renda e serviços proveniente dos

[...] gastos realizados pelas universidades com o pagamento de professores²⁴ e funcionários, as compras de material e toda a sorte de pagamentos realizados por elas sobre a economia da região em que estão instaladas. Para melhor visualização desses impactos é possível subdividi-los da seguinte forma: impactos sobre as famílias (acréscimos de rendas em decorrência de pagamentos diversos e dos efeitos multiplicadores decorrentes); impacto sobre os governos locais (aumento da arrecadação, mas também maior demanda sobre bens públicos de infraestrutura); impacto sobre as empresas locais (aumento da demanda mas também concorrência no mercado de compra de fatores de produção). (ROLIM; SERRA, 2010, p. 5).

Para além desses impactos acima descritos, interessa identificar as possibilidades de a Universidade efetivamente contribuir, subsidiar e interferir no seu entorno. Parte-se do princípio de que a Universidade como instituição é um espaço contraditório, de disputa por projetos de educação e de sociedade. Nessa perspectiva, nessas disputas podem emergir grupos alinhados com a construção de atividades educativas emancipatórias, com as demandas da população historicamente excluída do usufruto da riqueza socialmente produzida, com a valorização dos saberes locais e com a produção de conhecimento a serviço da sociedade.

O debate sobre o processo de acumulação capitalista no capítulo anterior possibilita visualizar a conjuntura na qual estamos inseridos. As injunções, reflexos e expressões desse processo não ocorrem de forma homogênea e literal, mas contraditoriamente, na inter-relação com as especificidades, movimentos, resistências, interferências culturais, geopolíticas e econômicas de cada região, com destaque para os atores que dão vida a esse território.

Nessa perspectiva, traz-se para o debate, no próximo item, uma caracterização do litoral paranaense e da UFPR Setor Litoral, com suas particularidades, lócus da pesquisa da presente tese.

²⁴Um exemplo é a soma dos salários do ano de 2014 dos 110 docentes do Setor Litoral da UFPR, que compreendeu o montante de R\$ 13.785.094,86 (BRASIL, 2015), que corresponde a 8,23% do orçamento do município para esse ano, que foi de R\$ 113.495.309,89, conforme Lei n.º 1670/2013 (MATINHOS, 2013).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL PARANANENSE

O litoral paranaense é composto de sete municípios: Antonina (968,9771 km²), Guaraqueçaba (2.159,3374 km²), Guaratuba (1.326,8811 km²), Matinhos (111,5637 km²), Morretes (686,5942 km²), Paranaguá (665,8309 km²) e Pontal do Paraná (216,2945 km²). A área total, que corresponde a 3% do território paranaense, limita-se ao Norte com o Estado de São Paulo, no qual se localiza a Vila de Ararapira, ao Sul com o Estado de Santa Catarina, no curso do Rio Sahi-Guaçu, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com a denominada Serra do Mar.

Atualmente, tem 82% de sua área voltada à conservação, pois possui a maior área contínua de floresta pluvial atlântica preservada (PIERRI et al., 2006, p. 150). De acordo com as tipologias propostas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, são cinco Unidades de Conservação de Uso Sustentável (uma federal e quatro estaduais), representando 63% da área total do litoral, e 14 Unidades de Conservação de Proteção Integral (cinco federais, oito estaduais e uma municipal). Além disso, a região conta com treze Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), sendo oito estaduais e cinco federais (GÓES, 2014). As RPPN são áreas de reserva ambiental, conhecidas como área de reserva de carbono, um dos mecanismos de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Apesar da riqueza natural e cultural existente no mosaico de unidades de conservação que permeia esse território, o litoral norte do Estado configura-se como uma das regiões mais pobres do Paraná, marcada pela sazonalidade e por um desenvolvimento lento e dependente da atividade portuária, agrícola e de serviços (turismo).

A sazonalidade é demarcada pela instalação das segundas residências²⁵ e de estabelecimentos destinados ao turismo. Durante a temporada, as condições de infraestrutura de serviços básicos que são precários deterioram-se ainda mais, como transporte, saúde, saneamento básico e abastecimento. Somam-se ainda impactos, como o ambiental, o aumento dos preços, o trânsito caótico, a violência e o barulho.

²⁵Segunda residência pode ser definida como um alojamento particular, com fins associados ao lazer e ao descanso, usados de forma temporária por pessoas que possuem residência fixa em outro lugar. Registra-se que o IBGE, nos censos de 1991, 2000, 2010, classificou as segundas residências para fim de tipificar os domicílios brasileiros em “domicílios particulares de uso ocasional” (ESTEVES, 2011, p. 68).

Passada a temporada de verão, a região sofre uma depressão de suas atividades econômicas e parte de toda a estrutura de segundas residências fica subutilizada.

O turismo de verão provocou ainda o processo de especulação imobiliária²⁶, funcional ao sistema capitalista. O diferencial é o próprio litoral, a paisagem, a proximidade ao mar, as possibilidades de lazer.

O desenvolvimento lento e dependente expressa-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entre os municípios que compõem o Litoral, Guaraqueçaba apresenta o menor indicador em 2010, com 0,587, enquanto Paranaguá distancia-se significativamente no mesmo ano, com 0,750, registrando uma variação expressiva entre os municípios que compõem a região.

A região conta com 265.392 habitantes, segundo censo do IBGE de 2010, tendo a maior concentração populacional no município de Paranaguá. A tabela 3 detalha a população censitária do litoral do Paraná (2010) e o Produto Interno Bruto *per capita* (2011), evidenciando a importância de Paranaguá para a região.

Tabela 3 – População censitária dos municípios do litoral do Paraná

Município	População Censitária – Total - 2010	PIB per capita - 2011
Antonina	18.891	12.404
Guaratuba	32.095	10.429
Guaraqueçaba	7.871	8.810
Matinhos	29.428	11.782
Morretes	15.718	8.755
Paranaguá	140.469	63.281
Pontal do Paraná	20.920	10.949

Fonte: IBGE, 2010.

²⁶ A especulação imobiliária é entendida como o ato de operar no mercado de terras e imóveis “jogando” na alta ou na baixa dos preços, visando a valorização imobiliária. A valorização da terra não é decorrente apenas da produção de moradias em si, mas também da própria alteração do uso do solo que ocorre em uma determinada área. O uso balneário dos espaços litorâneos produz um tipo de ocupação que se caracteriza por assentamentos nos quais predominam segundas residências e que ocupam faixas próximas à orla, configurando manchas urbanas estreitas e alongadas. No Litoral do Paraná observam-se essas características junto aos 42,6 km da orla entre as baías de Paranaguá e de Guaratuba (planície de Praia de Leste), nos 13,6 km de praias ao sul da Baía de Guaratuba (planície do Saí) e na Ilha do Mel (ESTEVEZ, 2011, p.101).

Paranaguá é considerado o município referência do litoral paranaense, dado seu diferencial econômico, demarcado pela presença do maior porto marítimo do Paraná, tendo como característica o transporte graneleiro, que atende ao comércio internacional, com ênfase aos setores produtivos exportadores. Essa importância expressa-se no Produto Interno Bruto (PIB) do município em relação à região, conforme tabela 3.

No que se refere à participação de Paranaguá no PIB estadual, o município ocupa a terceira posição, contribuindo com 4,0% do PIB do Paraná, atrás de Londrina, com 4,5% e da Região Metropolitana de Curitiba, 41%. Ainda assim, Abrahão (2011) afirma que “[...] a capacidade de retenção da riqueza em Paranaguá demonstra-se menos efetiva que nos outros municípios listados, tendo em vista a concentração espacial do capital e da tecnologia nos mesmos” (ABRAHÃO, 2011, p. 34).

O PIB é um indicador utilizado para mensurar a atividade econômica, representando a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB *per capita* não é uma medida de renda pessoal, sendo que não traduz a desigualdade de renda presente na localidade analisada. A tabela 3 demonstra disparidades e destaca o diferencial de Paranaguá, em comparação aos demais municípios da região. Para visualizar a desigualdade de renda, a tabela 4 demonstra a distribuição de renda nominal mensal nos municípios.

Tabela 4 – Rendimento nominal mensal

Classe de rendimentos	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total	(%) 1	(%) 2
Sem rend.	5.777	2.056	8.907	7.199	4.450	41.336	5.080	74.805	34,00	28,19
Até 1/4 de SM	933	888	1.210	679	515	3.580	710	8.515	3,87	3,21
1/4 a 1/2 SM	577	791	784	785	374	2.912	565	6.788	3,08	2,56
1/2 a 1 SM	3.187	1.612	4.338	4.353	2.560	15.643	2.974	31.480	14,31	11,86
1 a 2 SM	3.105	770	6.257	6.307	3.154	26.185	4.226	50.004	22,72	18,84
2 a 3 SM	819	183	2.635	2.332	928	10.834	1.800	19.531	8,88	7,36
3 a 5 SM	823	171	1.508	1.903	708	8.937	1.288	15.338	6,97	5,78
5 a 10 SM	515	59	910	1.367	509	5.857	917	10.134	4,61	3,82
10 a 15 SM	46	5	213	268	51	967	166	1.716	0,78	0,65
15 a 20 SM	45	0	122	90	27	418	79	781	0,35	0,29
20 a 30 SM	8	4	34	73	23	264	39	445	0,20	0,17
Mais de 30 SM	48	0	61	44	25	324	5	507	0,23	0,19
Total	15.883	6.539	26.979	25.400	13.324	117.257	17.849	220.044	100,00	82,91
População	18.891	7.871	32.095	29.428	15.718	140.469	20.920	265.392	120,61	100,00
<i>Diferença</i>	<i>3.008</i>	<i>1.332</i>	<i>5.116</i>	<i>4.028</i>	<i>2.394</i>	<i>23.212</i>	<i>3.071</i>	<i>45.348</i>	<i>20,61</i>	<i>17,09</i>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

A vulnerabilidade econômica é explicitada na tabela 4, pois à medida que se soma a população do litoral que recebe até um salário-mínimo, obtém-se o total de 45% da população. Esse percentual na cidade de Paranaguá é de 54%, ou seja, presencia-se na região uma disparidade de distribuição de renda.

Outro dado que explicita a realidade econômica da região refere-se aos indicadores de: População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (PO) (Tabela 5). Segundo Jannuzzi (2009), a PIA é composta por pessoas potencialmente aptas para o exercício da atividade econômica produtiva e PEA são os indivíduos da PIA que estão efetivamente disponíveis para o exercício de atividades econômicas, seja trabalhando ou procurando emprego, sendo que as donas de casa, estudantes, aposentados e inválidos não fazem parte desse grupo. Já a PO é composta por indivíduos da PEA que estão efetivamente no mundo do trabalho formal ou informal.

Considerando a População Ocupada no Litoral do Paraná, é possível estimar a população vinculada ao trabalho informal da Região. Em 2010, a PO do Litoral era de 115.811 pessoas, o número de contribuintes da previdência social, no mesmo período, era de 72.093 e o número de empregados pela Relação Anual de Informações Sociais, 54.291 para o ano de 2011, o que leva a uma taxa de informalidade de aproximadamente 37,7% pela Previdência. Trabalhadores que, segundo Felisbino, Alves e Sulzbach (2011), ocupam postos de trabalho que se caracterizam como precários, decorrentes dos baixos rendimentos, sazonalidade, altas jornadas de trabalho, ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista, ambientes físicos insalubres.

Tabela 5 – Número da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), da População Ocupada (PO), da previdência social e o número de empregados, para os municípios do litoral do Paraná

Municípios	PIA	PEA	PO	Contribuintes da Previdência Social	Empregados
Antonina	15.944	7.584	6.876	4.245	2.686
Guaraqueçaba	6.538	3.517	3.397	1.975	675
Guaratuba	26.982	14.520	13.885	7.654	5.539
Matinhos	25.400	15.009	14.107	8.094	6.347
Morretes	13.324	7.644	7.172	3.490	2.224
Paranaguá	117.257	66.849	60.828	42.148	33.578
Pontal do Paraná	17.850	10.140	9.545	4.487	3.242
Total	223.295	125.263	115.811	72.093	54.291

Fonte: IpardeS, 2013.

Nota: Os dados da PIA, PEA, PO, da previdência social são referentes a 2010 e de empregados de 2011.

O quadro 1 demonstra as principais atividades econômicas da região litorânea.

Quadro 1 – Resumo das principais atividades econômicas do litoral do Paraná – 2010

Município	Principais atividades econômicas
Antonina	Porto, Turismo, Agricultura, Pecuária, Marinocultura e Pesca.
Guaraqueçaba	Pesca, Marinocultura, Turismo, Agricultura e Pecuária.
Guaratuba	Turismo, Construção civil, Agricultura, Marinocultura e Pesca.
Matinhos	Turismo, Construção civil, Pesca.
Morretes	Turismo, Agricultura.
Paranaguá	Porto, Comércio, Turismo, Indústria, Agricultura, Marinocultura e Pesca.
Pontal do Paraná	Turismo, Construção civil, Indústria e Pesca.

Fonte: IpardeS/BDE (2011), elaborado por Esteves, 2011, p. 100.

A vulnerabilidade econômica da população expressa o contraditório e excludente processo de acumulação capitalista no litoral do Paraná, haja vista sua riqueza natural, a diversidade cultural dada pela presença de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pequenos agricultores e ainda pelo fato de ter em seu território, desde 1935, um dos principais portos do país, pelo qual escoava a suntuosa produção do agronegócio do país.

Por muito tempo, o papel do litoral ficou praticamente reduzido a sua função portuária, servindo para escoar os produtos criados nas regiões privilegiadas pelo capital para o exterior. Paralelamente, constitui-se o uso pesqueiro, mas esse uso sempre foi secundário em relação ao portuário e nunca teve relevância para o desenvolvimento econômico do Estado. Só nas últimas décadas do século XX o litoral constituiu-se, também, num espaço de investimento turístico, oferecendo oportunidades de descanso e lazer, majoritariamente a curitibanos de classe média e, em menor grau, a pessoas do interior do Estado, da mesma condição social. Esse perfil turístico configurou o uso balneário dos municípios praianos. Finalmente, a grande extensão de natureza preservada do litoral paranaense, de valor ambiental mais que econômico, propiciou, no contexto político contemporâneo de preocupação pela proteção da natureza e da biodiversidade, que se tenha constituído a maior parte de seu território em área de conservação (PIERRI et al., 2006, p. 137 a 167).

A realidade da região complexificou-se nos últimos anos, dada à necessidade de ampliação da distribuição de mercadorias via porto e da identificação, por parte das grandes empresas, da localização privilegiada do litoral. Esse processo tem sido fruto de vários embates entre ambientalistas e representantes do grande capital em torno de várias obras, como a ampliação do porto de Paranaguá, a criação do porto de Pontal do Paraná²⁷, construção de polduto, criação da ferrovia, ampliação da malha ferroviária e rodoviária e do desenvolvimento de uma série de grandes empreendimentos de infraestrutura.

Presencia-se na região uma contradição constante marcada por interesses do grande capital que, historicamente, demarcam uma relação utilitária com esse território e as demandas e necessidades da população local, que vive os impactos do atual estágio da acumulação capitalista, expressos nas ameaças ambientais, na

²⁷Segundo Goés (2014), Pontal do Paraná está numa localização estratégica, chamando a atenção de grandes empreendedores, pois possui um calado natural por estar localizado na entrada da Baía de Paranaguá, permitindo a atracagem de navios de maior porte.

desregulamentação dos direitos trabalhistas, na sazonalidade do mercado de trabalho, no turismo predatório, na histórica cultura política clientelista e patrimonialista da região.

Considerando os sujeitos da presente investigação, passa-se a sistematizar alguns dados da população jovem na região. Segundo os dados do IBGE, do total da população (265.392), 18,96% são jovens, conforme Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – População jovem residente no Brasil, sul do país, estado do Paraná, região metropolitana de Curitiba e litoral do Paraná – amostra – características gerais da população

Região	População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Brasil	26.049.358	31.990.771	37.212.684	40.976.704	21,89	21,79	21,91	21,48
Sul	4.316.959	4.899.680	5.198.135	5.603.115	22,68	22,14	20,70	20,46
Paraná	1.667.874	1.921.991	2.050.707	2.142.962	21,86	22,75	21,44	20,52
Metropolitana de Curitiba – PR	-	539.524	700.922	748.917	-	23,26	22,95	21,44
Litoral do Paraná	-	38.204	49.300	50.309	-	21,84	20,90	18,96

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Nota 1 – Dados da Amostra. 2 – Até o ano de 1991, os grupos de idade vão até 80 anos ou mais; a partir de 2000, vão até 100 anos ou mais.

Obs.: O percentual demonstrado nas cinco últimas colunas diz respeito ao grupo etário específico em relação ao total da população de cada região, sendo possível obter o percentual do grupo etário específico em relação à mesorregião, Estado, sul do país bem como do país.

Da população ocupada (115.811), demonstrada na tabela 5, 27,15% (31.438) são jovens, distribuídos nas cidades, conforme Quadro 2. Desses, 66% (20.771) contribuem com a previdência.

Quadro 2 – Distribuição de jovens ocupados nos municípios do litoral paranaense

Antonina	1.628
Guaraqueçaba	874
Guaratuba	3.765
Matinhos	3.489
Morretes	1.666
Paranaguá	17.654
Pontal do Paraná	2.402

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Quanto à escolaridade da população jovem, a Tabela 7 demonstra que o acesso às oportunidades de educação formal na região ainda é precário.

Tabela 7 – Escolaridade da população jovem do litoral do Paraná, 2010

Nível de instrução	Grupos de idade = 18 a 29 anos	%
Total	50.309	100
Sem instrução e Fundamental incompleto	13.544	26,9
Fundamental completo e Médio incompleto	13.183	26,2
Médio completo e Superior incompleto	20.539	40,8
Superior completo	2.748	5,4
Não determinado	295	0,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Outra fonte de informação sobre o acesso ao ensino superior é o Inep/MEC, que tomam como referência a sede da Instituição e não seus câmpus. Contudo, com o processo de interiorização do Ensino Superior, faz-se importante registrar os câmpus que atendem à população que antes precisava deslocar-se para os centros maiores para acessarem o Ensino Superior. Esse é o caso do litoral do Paraná, que possui três câmpus de instituições federais de Ensino Superior, quais sejam: o câmpus de Paranaguá, do Instituto Federal do Paraná; o Centro de Estudos do Mar, da UFPR; e o Setor Litoral, também da UFPR.

Para além desses câmpus, o Inep registra uma instituição de ensino estadual no município de Paranaguá (UNESPAR) e três instituições particulares, sendo uma em Paranaguá e duas em Guaratuba.

Considerando o total de jovens com Ensino Superior completo (2.748, conforme tabela 7) e a população realizando os estudos, que compreende 4.801 (IBGE, 2010), tem-se 7.549, ou seja, 15% do total da população jovem frequentando ou que já frequentou uma instituição de Ensino Superior na região do litoral paranaense.

Esses dados reafirmam um número significativo de jovens em idade de cursar o Ensino Superior fora das instituições formadoras, evidenciando que apesar do crescimento dos índices no Ensino Superior no Brasil, permanece um déficit, principalmente nas regiões menos desenvolvidas economicamente.

Esse cenário compõe a justificativa para a criação do Setor Litoral da UFPR, assunto abordado no próximo item.

3.3 A UFPR SETOR LITORAL

A implantação do Setor Litoral da UFPR, no ano de 2004, foi fruto da negociação entre a Universidade Federal do Paraná, governo do Estado do Paraná, Prefeitura de Matinhos, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR - UNESPAR), que em 2001 firmaram um termo de cooperação para a implantação de ações para ampliação do acesso à educação na região.

A conjuntura política da época também interferiu para a concretização de ações de ampliação do Ensino Superior. Em 2002, ocorreu a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Ambos tinham em suas plataformas de governo o compromisso com a ampliação do acesso ao Ensino Superior, com ênfase nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Da mesma forma a gestão 2002-2006 da UFPR teve a expansão como um de seus objetivos.

A proposta de criação de uma expansão da UFPR no litoral do Paraná esteve, desde o princípio, muito vinculada ao debate sobre o desenvolvimento da região, dado seus baixos índices de IDH, a sazonalidade e a sua riqueza ambiental.

Frente a essa conjuntura, os idealizadores propuseram um projeto político-pedagógico (PPP) diferente dos demais setores da UFPR²⁸, caracterizado pelo seu desenho curricular, formas de avaliação, estratégia de gestão, fundamento teórico-filosófico e relação com estudantes e comunidade. A concepção político-pedagógica explicitada no PPP da UFPR Litoral assume o desafio de exercitar seu papel social de agente de transformação, de questionador crítico e fomentador de conhecimentos que dialoguem e interfiram na realidade social. Assume uma concepção ampliada de educação como um processo de socialização, aprendizado, que perpassa todas as dimensões da vida, que conduz a experiências, exercício e vivência de libertação,

²⁸No debate em virtude da qualificação do doutorado, a banca comparou o processo de expansão da UFPR para o litoral paranaense à expansão ocorrida na USP, com a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), popularmente conhecida como USP-Leste. Prates e Silva (2014) afirmam que a USP-Leste possui uma orientação explícita para a criação de capital cultural, no estilo mais convencional das universidades de elite, a partir de um novo modelo pedagógico voltado à melhoria da capacidade cognitiva dos alunos, resultando em um hibridismo entre estar voltada à inclusão social e a sua forte identidade como universidade típica de pesquisa.

humanização, conscientização, delineando outro *modus operandi*, que potencializa a capacidade de ser no mundo, que valoriza a criatividade, a autonomia, a dimensão coletiva e humana.

Foram concebidos 15 cursos²⁹, de acordo com as características da região: na área ambiental: Gestão Ambiental e Tecnologia em Agroecologia. Na área de saúde e social: Fisioterapia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Tecnologia em Orientação Comunitária e Informática e Cidadania. Na área do turismo e Lazer: Tecnologia em Turismo, Gestão e Empreendedorismo e Gestão do Esporte e Lazer. Foram ainda criadas três licenciaturas: em Artes, Ciências e Linguagens e Comunicação. Já cursos como Bacharelado em Gestão Pública e Tecnologia em Gestão Imobiliária relaciona-se à área de gestão do território e de políticas públicas.

Destaca-se que os cursos escolhidos tiveram como critério a não existência destes em outro câmpus da UFPR e uma relação com as demandas da região, objetivando atrair, ao máximo, estudantes provenientes do litoral. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) fundamenta-se em três princípios: a) *comprometimento da Universidade com os interesses coletivos*; b) *educação como totalidade*; c) *formação discente pautada na crítica, na investigação, na proatividade e na ética, capaz de transformar a realidade* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008, p. 11).

O *comprometimento da Universidade com os interesses coletivos* parte do pressuposto de que o serviço público só tem razão de existir se estiver a serviço da população. Portanto, a Universidade como instituição pública e gratuita tem o compromisso de direcionar suas ações com vistas à transformação das condições de vida da população brasileira, principalmente àqueles que historicamente têm sido excluídos do acesso à qualidade de vida, dignidade, cidadania e justiça social. Ao assumir esse princípio, assume uma concepção de educação alicerçada numa perspectiva filosófica histórico-crítica, com direção social definida, articulada política, histórica e socialmente com o seu entorno, na correlação de forças com os interesses do capital.

Evidentemente, não se trata de uma tarefa salvacionista, mas da assunção de sua vocação política e científica na perspectiva de apontar caminhos e

²⁹Informações sobre todos os demais cursos e sobre o projeto político-pedagógico estão disponíveis na *homepage* da UFPR Setor Litoral. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

possibilidades, para, juntamente com a sociedade, desenvolver ações e novas reflexões. O constructo de novas relações sociais nesse entendimento, passa pela construção de uma nova democracia, que não seja mais privilégio apenas de uma minoria, mas onde os interesses vitais, materiais e culturais, do povo trabalhador sejam predominantes e decisivos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008, p. 11).

Nessa perspectiva, a UFPR Setor Litoral defende um PPP de intencionalidade emancipatória e inovadora, inserido e comprometido com a realidade regional do litoral paranaense e do Vale do Ribeira, para desenvolver, com essas comunidades, um projeto que tem como pressuposto a ação coletiva e o protagonismo dos sujeitos, construído na interação com os espaços da educação pública em todos os seus níveis e a comunidade litorânea, objetivando a construção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável dessa região (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008).

O segundo princípio norteador do PPP é a concepção de educação como totalidade, que implica a compreensão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista vigente e a lógica mercantil e meritocrática que permeia a educação.

Portanto, a formação assumida como totalidade concreta no PPP desse Setor dar-se-á no tensionamento com a proposta instituída pelo capitalismo. “A intenção do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008).

A concepção do processo educativo fundado na realidade social provoca a organização de um currículo flexível, de forma articulada e com múltiplas relações. Rompe com a concepção disciplinar e fragmentada para trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta em que estão inseridos.

Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teórico-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo expande-se ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresentam como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008).

Dessa forma, conceber a educação como totalidade requer a interação com os diversos níveis educacionais (Educação Infantil, Fundamental e Médio), a adoção de uma perspectiva ampliada de educação e uma organização curricular flexível, em consonância com a realidade social e tecida por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

O terceiro princípio que fundamenta o PPP é a formação discente, pautada na crítica, na investigação, na proatividade e na ética, capaz de transformar a realidade. Construir um processo pedagógico visando uma ação transformadora, crítica e propositiva requer a capacidade de desvelar a realidade, na sua complexidade multifacetária, compreende a defesa e a valorização do coletivo, o respeito pelo individual e subjetivo e a interiorização de um projeto de educação e de sociedade comprometido com o enfrentamento das desigualdades sociais.

Não basta uma filosofia de vida ou uma teoria diferente para transformar a realidade. É preciso que exista uma forma de pensar o real que seja um meio de expressão mais adequado da realidade concreta em que se vai atuar. A educação ajuda a elaborar essa forma de pensar que, convertida em mediadora, torna-se valioso instrumento de apoio na transformação social. (CURY, 1989, p. 67).

Para tal, é necessário que os envolvidos (estudantes, discentes, técnicos, comunidade) assumam a condição de sujeitos, apropriando-se das discussões a partir de suas realidades concretas, no contexto da comunidade escolar e extraescolar.

A proposição da UFPR Setor Litoral apresenta-se questionando a lógica disciplinar, hierárquica e endógena que caracteriza o Ensino Superior. Defende

[...] a construção coletiva de um projeto político-emancipatório com a centralidade no combate a resignação e naturalização do sofrimento e exclusão social, a partir da leitura crítica da realidade que se constitui como o ponto de partida e de retorno para a construção e reconstrução do conhecimento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008, p. 8).

Dessa forma, os estudantes, desde o primeiro semestre, são incentivados a desvelar criticamente a realidade e a partir dela construir/tecer a aprendizagem, mediada por *três processos: conhecer e compreender*, que objetiva que o(a) estudante faça um reconhecimento e uma leitura da realidade; *compreender e propor*, que prevê o aprofundamento metodológico e científico, que subsidia a

construção de diagnóstico e de planejamento da ação e *propor e agir*, que se caracteriza pela intervenção na realidade.

Essas três fases não ocorrem de maneira etapista, mas são construídas ao longo da formação e são articuladas a três espaços curriculares de aprendizagem que organizam, sistematizam e estruturam todos os cursos, quais sejam: Projetos de Aprendizagem (PA's), Fundamentos Teórico-Práticos e Interações Culturais e Humanísticas (ICH's).

Os fundamentos teórico-práticos compreendem os saberes específicos e transversais necessários à formação profissional e ao desenvolvimento dos projetos de aprendizagem. Equivalem às disciplinas dos currículos "ditos tradicionais". Já as ICH's e os PA's são eixos curriculares que diferenciam o projeto político-pedagógico do Setor Litoral.

As Interações Culturais e Humanísticas correspondem a 20% da carga horária do currículo de todos os cursos do Setor Litoral. Caracterizam-se em um espaço generalista e plural, no qual os(as) estudantes, docentes e comunidade são convidados a debater, compreender, experienciar e refletir interdisciplinarmente a complexidade cultural e humanística da contemporaneidade. Esse processo ocorre mediante diversas oficinas, debates, vivências e saídas de campo, de acordo com os interesses dos sujeitos participantes.

São atividades construídas simétrica e dialogicamente, que acontecem semanalmente durante toda a formação, promovendo a interação vertical e horizontal dos estudantes, ou seja, comporta discentes em distintas fases dos cursos e de diferentes cursos. A ênfase está na valorização dos saberes científicos, culturais, artísticos, populares e pessoais que constituem a vida social, bem como no fortalecimento de compromissos éticos e políticos, visando o adensamento das relações e a perspectiva da interdisciplinaridade.

As opiniões dos 16 entrevistados³⁰ sobre esse eixo curricular são díspares, prevalecendo os aspectos positivos trazidos pela experiência de terem acessado conteúdos complementares às suas áreas, com destaque ao aprimoramento das relações interpessoais, ao convívio com outras áreas de formação, ao desenvolvimento da capacidade propositiva, à valorização da dimensão cultural e à formação cidadã.

³⁰ Foram realizadas 16 entrevistas com os egressos que compuseram o universo da pesquisa. No início do capítulo 4 são detalhadas as estratégias metodológicas utilizadas.

Todos os entrevistados afirmaram que optaram por oficinas que tinham alguma relação com sua área de formação, no sentido de acessarem conteúdos complementares. Considerando os depoimentos, pode-se afirmar que o eixo curricular das Interações Culturais e Humanísticas (ICH's) possibilita uma sofisticação cognitiva proporcionada pela ampliação da capacidade de proposição, de relacionar-se e de administrar conflitos, bem como pela vivência multidisciplinar e pela aproximação com a realidade social e com a comunidade.

Segundo Neves e Anhaia (2014, p. 379), “[...] indivíduos que ampliam sua rede de relacionamentos adquirem maior influência e informação indispensáveis para a sua inserção, permanência e sucesso na vida universitária e, futuramente, no mercado de trabalho”.

Em contrapartida, os entrevistados também ponderaram a utilização de uma carga horária excessiva nesse eixo curricular, prejudicando, dessa forma o eixo dos fundamentos teórico-práticos específicos de cada curso. Consideraram ainda problemas na organização e na coordenação dessas atividades, gerando uma permissividade e mau uso da carga horária.

Os depoimentos apontaram, ainda, para a necessidade de compatibilizar as exigências teórico-práticas da formação, a administração do tempo e a maturidade para lidar com a liberdade de opção. Destacam-se as falas dos fisioterapeutas, que percebiam a pressão de um domínio teórico-prático eminente proveniente das experiências de estágio e não visualizavam significado nas oficinas.

Considera-se aqui que um dos desafios de um projeto político-pedagógico diferenciado está em justamente incorporar conteúdos e experiências que ampliem a formação para dimensões culturais, artísticas, de relação e de envolvimento com a comunidade e garantir a quantidade e qualidade dos conteúdos tradicionalmente debatidos em sala de aula. É uma contabilidade difícil de ser ajustada, atendendo todas as demandas, até mesmo porque o aprendizado é processo, é vivência, significado, troca, arte, relação e reflexão.

Essas críticas, questionamentos, elogios e conquistas têm sido objeto de intensa discussão, disputas e proposições no Setor Litoral. Várias mudanças ocorreram desde a vivência desses egressos, gerando ajustes, maior rigor nas proposições e nos registros acadêmicos.

Ainda sobre os eixos curriculares, os projetos de aprendizagem desenvolvem-se mediante a articulação do ensino, pesquisa e extensão, enfatizando o

protagonismo discente em seu desenvolvimento profissional e pessoal. Cada estudante constrói seu Projeto de Aprendizagem (PA), ao longo de todos os semestres, com carga horária para tal e sob a mediação de um docente. Os PA's objetivam que o discente construa seu processo de conhecimento e alie o aporte teórico-metodológico e científico à preparação para o exercício profissional, desenvolvendo habilidades de auto-organização e produtividade (UFPR, 2015).

À medida que os estudantes exercitam a autoria, são motivados(as) a valorizarem a experiência vivenciada nas trajetórias pessoais, tendo o desenvolvimento da pesquisa como princípio da aprendizagem e da construção do conhecimento. O diálogo e a análise crítica da realidade de origem, articulados à realidade global, possibilitam a construção de uma postura proativa e comprometida com a busca de mudanças sustentáveis (FAGUNDES, 2009).

Os entrevistados atribuíram à vivência dos projetos de aprendizagem como muito positiva no processo de formação. Enaltecem a autonomia na definição do tema a ser objeto de estudo, a dedicação de um tempo maior para aprofundar teórica e metodologicamente uma área de interesse e a construção do aprendizado como um processo relacional, mas também individual, pois cada pessoa tem um ritmo próprio, percepção e entendimentos singulares. Para Maseto, esse processo se expressa na

[...] capacidade do aprendiz de refletir sobre sua própria experiência de aprender, identificar os procedimentos necessários para aprender, suas melhores opções, suas potencialidades e suas limitações, e, então, a partir daí, desenvolver o próprio processo e a própria aprendizagem, no ritmo próprio, de forma contínua, sempre explorando as próprias competências. (MASETO, 2001, p. 89).

Os sujeitos das entrevistas ponderaram a necessidade de maior organização acadêmica desse processo. Referiram-se também à relação da experiência do PA e à trajetória subsequente à formatura. Há que se destacar que esse eixo curricular reflete a intencionalidade da construção da autonomia do discente, do contato com a realidade social e o desenvolvimento de uma práxis investigativa. Pretende-se uma formação acadêmica que resulte no encontro com uma atuação profissional. Assim, a responsabilidade na formação de sujeitos com autodisciplina e, portanto, comprometidos socialmente para o bem comum torna-se um imperativo. Porém, sem a constituição de práticas pedagógicas capazes de reconhecer e interagir com o

mundo interno dos estudantes, a ponto de desafiá-los à construção do conhecimento, as práticas efetivamente emancipatórias não serão tecidas. Em consequência, a autonomia, tão presente nos discursos pedagógicos, invalida-se (ALENCASTRO, 2009).

A autonomia é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade de tomar as decisões que a afetam, construindo suas próprias regras, refletindo sobre as consequências de suas ações, assumindo responsabilidades. Ora, não há outra maneira de tornar-se autônomo que não pela experiência própria da democracia. O estudante (independente da idade que tenha) só pode alcançar a autonomia se pouco a pouco ele tiver a oportunidade de tomar as decisões que o afetam. Os jovens e adultos têm condições de participar da gestão escolar e de construir seus próprios planos de estudo, organizando o tempo dedicado a cada assunto e orientando-se para os seus temas preferidos, sempre na relação com os educadores. A autonomia dos estudantes só é possível se os educadores não apenas a tem por objetivo, como eles próprios a vivenciam na organização teórica e prática da sua concepção pedagógica e do seu trabalho (KELIAN, 2005).

Diante disso, a concretude do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Setor Litoral da UFPR requer preparo teórico, epistemológico e metodológico; demanda retaguarda administrativa, pedagógica e logística. Carvalho (2010) faz uma análise do PPP apontando seus méritos, principalmente quanto ao papel social da Universidade, mas demonstra também as inadequações da proposta pedagógica que, na opinião da autora, está permeada de pragmatismo, hibridismo entre correntes teóricas de esquerda e pós-modernas, espontaneísmo, ativismo pedagógico, individualismo pedagógico e despreço com o conhecimento teórico. Uma das principais críticas dá-se na distância entre a proposta pedagógica anunciada e a vivenciada, sendo um desafio tecer cotidianamente um processo formativo efetivamente emancipatório.

As contradições, os avanços, as disputas e as conquistas do desenvolvimento da proposta pedagógica e do próprio Setor Litoral foram ao longo da primeira década sendo apontadas por meio de relatório de gestão, de conflitos internos, de greves com suas pautas locais, de debates, de reivindicações junto à direção e junto

aos conselhos superiores e pró-reitorias. Acrescentam-se ainda os vários estudos³¹ de dissertações e teses, que com diferentes enfoques, trazem elementos de análise da proposta pedagógica, das contribuições do Setor Litoral para a região, da relação da Universidade com os outros níveis de ensino, bem como a correlação com a formação e o mundo do trabalho, as demandas sociais e políticas, entre outros.

Considerando que o Setor Litoral foi criado com a intencionalidade explícita de impactar e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, os entrevistados foram questionados sobre suas impressões diante desse propósito do Setor Litoral.

As avaliações dos diplomados apontam para um incremento no mercado imobiliário, no comércio local, no acesso à formação, à informação e à cultura. Todavia, ponderam que mudanças de maior impacto na economia, na cultura política e no mercado de trabalho requerem um tempo maior. Todos visualizam em médio prazo avanços nesse sentido. Como estavam na implantação do setor na região, avaliam que as expectativas não foram bem mensuradas, haja vista que se esperavam mudanças mais rápidas.

Os entrevistados são residentes do Litoral, ou diplomados que, após a formatura, permaneceram na região por um tempo. Nesse sentido, as falas apontam para a importância da formação em nível superior em uma Universidade Federal na região e as potencialidades trazidas por essa instituição, referente ao aporte tecnológico, à produção de conhecimento e à disseminação de uma cultura política mais crítica frente aos desafios regionais.

Os depoimentos expressam também uma vinculação e valorização do território por parte de alguns egressos, bem como da expectativa de uma atuação ativa da Universidade no enfrentamento das necessidades de maior fixação dos egressos na região, geração de novos postos de trabalho, mapeamento, estímulo e incremento da cadeia produtiva da região e formação continuada.

³¹Entre as teses e dissertações realizadas a partir do Setor Litoral da UFPR, destacam-se: Franco (2008), que aborda o currículo por projetos; Fagundes (2009), que discute o projeto político-pedagógico; Carvalho (2010), que analisa o processo de formação de professores e a função da Universidade; Wanzinack (2011), que correlaciona a expansão do Ensino Superior e o debate sobre o desenvolvimento regional a partir da UFPR Setor Litoral; Hamermüller (2011), que aborda os projetos de aprendizagem como um dos eixos curriculares; Couto (2013), que discute a construção da identidade docente; Franco (2014), que trata da inovação curricular nos cursos de licenciatura do Setor Litoral da UFPR.

Na perspectiva de contribuir e trazer outros subsídios para esse debate, a presente tese teve como foco de investigação a trajetória dos egressos do Setor Litoral e o processo de inserção profissional deles. Nesse sentido, fez-se necessária a contextualização do processo de formação, principalmente pela importância da correlação entre formação e mundo do trabalho.

Segundo Pochmann (2012), são necessárias a monitoração e a observação da correlação formação profissional e desafios recentes da economia brasileira, bem como o envolvimento dos setores empresariais, governamental e dos trabalhadores no desenho de um modelo de formação que possibilite uma melhor transição do sistema de ensino para o setor produtivo. Sem um programa de geração de trabalho e renda sintonizado a um projeto de desenvolvimento sustentado, os esforços da formação profissional tendem a perder eficácia e eficiência.

Assim, a proposta pedagógica da UFPR Setor Litoral carece de uma dinâmica de monitoramento e avaliação das ações do Setor na região, bem como de uma maior articulação com os demais atores na região. Nesse sentido, reafirma-se que dar voz aos egressos desse setor pode significar o início de uma análise crítica entre o que se almeja, idealiza e o que se vivencia. Essa é a discussão do próximo capítulo.

4 O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EGRESSOS DA UFPR SETOR LITORAL

O presente capítulo apresenta a sistematização dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa com os egressos da UFPR Setor Litoral. As seguintes questões nortearam o processo de investigação e a sistematização dos dados:

- Quais as características desses estudantes? Eles se inserem profissionalmente com a diplomação? De que forma? Permanecem na região ou migraram para acessarem a melhores postos de trabalho?
- Em que medida a trajetória do estudante condiciona e ou determina seu acesso a postos de trabalho melhores? Que elementos caracterizam a trajetória? Como se processou a inserção profissional? Quantos estão inseridos na área de formação? Os egressos acessaram alguma outra formação posteriormente?

A partir da mediação dessas questões, a pesquisa foi desenvolvida, tendo como foco o processo de inserção profissional dos egressos dos anos 2009 e 2010 do Setor Litoral dos cursos Gestão Ambiental, Fisioterapia, Serviço Social e Gestão e Empreendedorismo.

Duas hipóteses acompanharam o processo e são aqui retomadas, quais sejam:

Hipótese 1: O processo de Inserção Profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral é determinado pelas especificidades do processo de acumulação capitalista do Litoral paranaense, que se expressa contraditoriamente pela migração, sobrequalificação (*overeducation*), desemprego, permanência no emprego, podendo significar um retardamento do período de estabilização no mercado de trabalho.

Hipótese 2: O processo de inserção profissional é influenciado pelas características do sujeito (gênero, trajetória escolar até o Ensino Superior, escolaridade dos genitores) e pelo percurso de formação (participação em projetos extraclasse, frequência em estágios, acesso a atividades extracurriculares).

A investigação foi desenvolvida tendo como recurso a pesquisa qualitativa, utilizando dados quantitativos na perspectiva de construir uma análise relacional e de complementaridade.

Segundo os dados do registro acadêmico da UFPR Setor Litoral, o universo compreendeu 115 pessoas, que concluíram a graduação nos anos 2009 e 2010, nos

curso de Gestão Ambiental, Fisioterapia, Gestão em Empreendedorismo e Serviço Social. Os cursos de Gestão Ambiental e Fisioterapia foram os primeiros cursos superiores do Setor Litoral e tiveram início no ano de 2005, sendo que compuseram o universo duas turmas de formados dos respectivos cursos. Já os cursos de Serviço Social e de Gestão e Empreendedorismo iniciaram suas atividades no ano de 2006 e integraram o universo com uma turma de formados de cada curso. A Tabela 8 a seguir especifica dados do universo, constando o número de ingressantes no vestibular, os formados e os egressos que responderam ao questionário.

Tabela 8 – Universo da pesquisa e amostra

ANO DE INGRESSO	GA	FISIO	GE	SS	Total	%
2005	MATRIC.: 30	MATRIC: 30			MATRIC: 60	
	FORM.: 23	FORM.:22			FORM.: 45	75
	RESPOND.: 20	RESPOND.: 17			RESPOND.: 37	61,6
2006	MATRIC: 30	MATRIC: 30	MATRIC: 30	MATRIC: 30	MATRIC: 120	
	FORM.: 17	FORM.: 20	FORM.: 16	FORM.: 17	FORM.: 70	58,3
	RESPOND.: 10	RESPOND.: 14	RESPOND.: 14	RESPOND.: 12	RESPOND.: 50	
2005 e 2006					MATRIC.: 180	100
					FORM.: 115	63,8
					RESPOND.: 87	48,3

Fonte: A autora, 2014.

NOTA: Quanto aos cursos: FISIO (Fisioterapia), GA (Gestão Ambiental), GE (Gestão e Empreendedorismo) e SS (Serviço Social). Quanto à situação do sujeito: MATRIC. (matriculados), FORM. (Formados), RESPOND. (Responderam ao questionário *on-line* - amostra).

A pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário (Anexo I), utilizando o *software* livre *Lime Survey*, com perguntas fechadas ou de múltipla escolha, que foi respondido *on-line*. Esse recurso metodológico, além de suprimir a necessidade de digitação dos dados coletados, permitiu a sistematização e o tratamento dos dados (caracterização dos egressos, inserção no mercado de trabalho, acesso à formação continuada), com a emissão de relatórios estatísticos.

A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (WITTE, 2006).

O questionário foi construído de forma encadeada, possibilitando que o respondente visualizasse apenas as questões relativas a sua situação.

O questionário foi enviado para 109 egressos, dos 115 egressos da UFPR Setor Litoral, que ingressaram nas primeiras turmas dos cursos de Fisioterapia, Serviço Social, Gestão Ambiental e Gestão e Empreendedorismo. O total de formados é de 115, contudo seis sujeitos da pesquisa não foram localizados. A estratégia de contato utilizada foi *Facebook*, *e-mail* e contato telefônico. A pedido da pesquisadora, os ex-professores dos diplomados entraram em contato com seus ex-alunos, reforçando a importância da participação na pesquisa. Do total de egressos localizados, 87 responderam ao questionário, ou seja, 79,8%. O recurso da internet, via *Facebook*, ganha destaque como importante ferramenta de acesso às pessoas, haja vista que somente 11 egressos foram contatados por *e-mail* ou telefone. Fragoso, Recuero e Amaral (2011), estudiosas dos métodos de pesquisa para internet, afirmam que a internet pode ser tanto objeto de pesquisa e ambiente no qual a pesquisa é realizada, quanto meio de coleta de dados. Na presente pesquisa, a internet foi instrumento para localização dos sujeitos da pesquisa, meio para enviar o questionário de coleta de dados e também estratégia para realizar a devolutiva e a socialização dos resultados da pesquisa.

Na perspectiva de dar robustez aos dados quantitativos, 16 entrevistas foram realizadas, tendo como critério contatar o mesmo número de entrevistas entre os cursos (ou seja, entrevistaram-se quatro egressos de cada curso pesquisado), sendo 5 homens e 11 mulheres, com prioridade para aqueles que permaneceram residindo na região do litoral do Paraná, com vistas a apreender as condições de inserção profissional na região. Tendo esse objetivo, três egressos que ocuparam uma vaga no mercado de trabalho no litoral após a graduação, mas no momento estão residindo em Curitiba, foram selecionados para a entrevista. As entrevistas foram compostas por questões semiabertas e abertas (roteiro de entrevista no anexo I) para complementação de informações de caráter qualitativo que permitiram análises em profundidade, apreendendo a diversidade de características e de significados atribuídos ao tema pelos sujeitos desse estudo. Os entrevistados foram aqueles que responderam ao questionário e aceitaram conceder a entrevista. A adesão ao questionário foi rápida e numericamente representativa. Já o aceite referente à entrevista foi mais moroso, sendo que se obteve a negativa de alguns egressos e a ausência de resposta de outros. Os 16 entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo III) e receberam a transcrição das entrevistas para correção, complementações e supressões.

A técnica da entrevista possibilita uma interação pesquisadora e entrevistado, de maneira que o entrevistado possa discorrer sobre o tema proposto sem respostas ou mesmo condições preestabelecidas pelo investigador. A entrevista, nesse sentido, é uma “conversa com finalidade” (MINAYO, 2010). De acordo com Triviños (1987, p. 146), esse instrumento, “[...], ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

Tanto o questionário quanto o roteiro de entrevista compuseram a pesquisa-piloto, realizada com oito egressos. Os resultados do piloto foram avaliados na qualificação do doutorado e foram submetidos os ajustes sugeridos pela banca.

Objetivando complementar a discussão e verificação das hipóteses do estudo, foi utilizada a análise multivariada, com o suporte do *software Statistica*.

A análise dos dados ocorreu a partir da correlação entre os dados quantitativos e qualitativos, bem como com o diálogo intermitente com a produção teórica de outros autores. Segundo Minayo (1996), a fase de análise aponta três finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados; responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

Vale ressaltar que a aproximação, a coleta, a análise e a interpretação dos dados teve como fundamento a perspectiva do método crítico-dialético, que convida e desafia ao olhar desvelador, à aproximação sucessiva e crítica ao objeto estudado, à vigilância epistemológica no processo de conhecimento. Isto é, o conhecimento é uma construção, sobre a qual se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida.

Após a apresentação do caminho metodológico trilhado, apresenta-se, no próximo item, uma breve caracterização dos cursos que constituem a amostra da pesquisa: Gestão Ambiental (GA), Fisioterapia (Fisio), Gestão e Empreendedorismo (GE) e Serviço Social (SSO).

4.1 CURSOS AMOSTRADOS

Os quatro cursos pesquisados possuem peculiaridades e especificidades referente à grade curricular, obrigatoriedade ou não de período de estágio, legislação específica que orienta a formação e exercício profissional, entre outras.

Essas características expressam-se no processo de inserção profissional. Nesse sentido, uma breve apresentação de cada curso faz-se necessária.

4.1.1 Gestão Ambiental

O bacharelado em Gestão Ambiental é novo no cenário nacional, presente em algumas universidades privadas e em Institutos Federais no formato de tecnólogo, não possuindo, até o momento, diretrizes curriculares junto ao Ministério da Educação. O bacharelado em Gestão Ambiental foi criado no Setor Litoral em 2005, com carga horária de 3.278 horas, integralizadas em 8 semestres, com aulas presenciais e de campo no período da manhã.

A opção pela criação desse curso no Setor Litoral teve como justificativa as demandas e as características da região, que apresenta remanescentes florestais que constituem os últimos fragmentos contínuos e significativos de Mata Atlântica do país. A flora e a fauna são constituídas de alta importância biológica e alto grau de endemismo. A região mantém vários ecossistemas costeiros considerados berçários de espécies marinhas importantes que servem de sustento e base para diversas comunidades costeiras (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009a).

Diante disso, o curso objetiva formar gestores ambientais capazes de:

Aplicar e gerar conhecimentos sobre as relações entre o ser humano e deste com a natureza, promovendo a utilização racional dos recursos naturais. Assim, é um analista integrador tanto da realidade global quanto local cujo perfil busca estar em contato com profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Pode atuar em todos os espaços em que sejam necessárias ações ambientais, tanto em instituições públicas quanto em empresas privadas e no terceiro setor. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009a, p. 10).

Entre as atividades que o gestor ambiental habilita-se a desenvolver estão: elaboração, gerenciamento, avaliação e execução de projetos socioambientais; implementação de políticas públicas e ambientais; pesquisas para diagnóstico, análise, monitoramento e manejo ambiental.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Gestão Ambiental não prevê em sua matriz curricular a realização de estágio obrigatório. Entretanto, registra que ao longo do curso o estudante é “[...] estimulado a participar de estágios, quer seja em

projetos de pesquisa, extensão, monitoria, empresas e outras modalidades de atuação ligadas à área” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009a, p. 49).

Além disso, o curriculum contém um módulo no último semestre do quarto ano denominado “Vivências Profissionais em Gestão Ambiental”, que possui uma ementa aberta à realização de atividades que visem experienciar a profissão na área de maior interesse do aluno.

4.1.2 Fisioterapia

O bacharelado em fisioterapia possui carga horária de 4000 horas, integralizadas em quatro anos, com aulas no período matutino e vespertino, sendo que seu currículo está em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia (CNE, 2002).

A justificativa para a criação do curso de fisioterapia pautou-se na análise de dados sociodemográficos e epidemiológicos do Estado, em especial, da carência de profissional fisioterapeuta para compor as equipes de saúde e favorecer ações de saúde no litoral. O PPC do curso prevê a ênfase da formação nas práticas de atenção primária à saúde, na tentativa de combater a desigualdade e ineficiências dos problemas de saúde e aprimorar o sistema único de saúde, formando profissionais capacitados para atuar nessa área (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009c, p. 19).

O curso habilita o estudante a realizar avaliação e diagnóstico de alterações cinético-funcionais, bem como a prescrição das condutas fisioterapêuticas para a prevenção e ou recuperação do indivíduo. O fisioterapeuta poderá atuar em todos os níveis de complexidade e em todos os ciclos da vida, trabalhando com gestantes, neonatos, crianças, adultos e idosos; no âmbito da saúde coletiva, dentro do sistema público de saúde; em consultórios e clínicas particulares; hospitais; clubes esportivos; empresas; academias; escolas especiais; asilos; centros de estética, entre outros.

Referente ao estágio, o PPC prevê a realização de 800 horas de estágio supervisionado, dividido em estágio de observação e vivência realizado durante o curso, por meio da interatividade com a comunidade e vivência profissional com realização de atendimentos fisioterapêuticos em duplas ou trios de alunos, de

acordo com o nível de complexidade em saúde e estágio pré-profissionalizante realizado no 7º e 8º períodos, que visa o desenvolvimento de habilidades e competências do profissional fisioterapeuta, atendendo ao perfil do egresso, sendo permitido atendimentos fisioterapêuticos individuais, sempre sob supervisão direta de um fisioterapeuta (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009d).

O curso foi oferecido no Setor Litoral de 2005 a 2011. Por motivos de falta de infraestrutura, o vestibular ficou suspenso por dois anos e voltou a ser oferecido em 2014, porém no Setor de Ciências Biológicas da UFPR, localizado em Curitiba.

A interrupção e a saída do curso de Fisioterapia do Setor Litoral geraram uma série de polêmicas, discussões de cunho político, acadêmico e econômico. As principais demandas dos docentes e discentes do curso eram: laboratórios equipados para aulas de anatomia, fisiologia, acesso a hospitais de média e alta complexidade para a realização de aulas práticas, estágios de observação e pré-profissionalizante, aumento de encargo de docentes para a realização de todas as supervisões e aulas teórico-práticas. Os docentes Fisioterapeutas defendiam a premência de mudança para outro setor, como condição para garantir a formação prevista no projeto pedagógico do curso. Os defensores da manutenção do curso no Setor questionavam os representantes dos governos federal, estadual e do município de Matinhos para que providências fossem tomadas. O Prefeito de Matinhos, Sr. Eduardo Dalmora, em declarações à imprensa, culpabilizou a direção do Setor e da Universidade. A polêmica e o impasse estavam postos, de um lado, à necessidade da região e da população, que fundamentou a criação do curso, e de outro, a ausência de infraestrutura básica para a realização deste, exigindo o deslocamento dos estudantes para Curitiba para a realização de aulas e estágios. Após longo debate e disputa, o Conselho Universitário (COUN) da UFPR deliberou pela interrupção do vestibular e posteriormente pela transferência do curso para o Setor de Ciências Biológicas.

Esse processo foi oficializado na reunião do Conselho Universitário, de 8 de agosto de 2013. A seguir, trecho da ata da referida reunião, com essa deliberação:

O Presidente realizou breve histórico a respeito da criação do curso de fisioterapia no Setor Litoral e as diversas tentativas de mantê-lo junto aquele Setor, com negociações com a Prefeitura do Município de Matinhos e Governo do Estado, principalmente no que diz respeito à estrutura para as aulas práticas que, infelizmente, acabaram não surtindo os efeitos esperados, o que contribuiu para dificultar ainda mais a continuidade da

oferta deste curso naquela localidade. [...] Também destacou a disposição externada pelo Setor de Ciências Biológicas de agregar o curso de Fisioterapia à sua estrutura. Nesse sentido o novo Projeto Político Pedagógico foi aprovado pelo CEPE, culminando na proposta de criação deste curso em Curitiba. O Presidente também esclareceu que a extinção do Curso de Fisioterapia no Setor Litoral, refere-se à oferta de novas vagas deste Curso no Processo Vestibular daquele Setor. Nesse sentido registrou a garantia de que os docentes continuarão ministrando disciplinas no curso de fisioterapia para os alunos do Setor Litoral. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013, linhas 115 a 129).

4.1.3 Gestão e Empreendedorismo

O bacharelado em Gestão e Empreendedorismo, instalado em 2006, no Setor Litoral, contava com carga horária de 3310 horas, integralizadas em oito semestres, no período noturno. Na reformulação ocorrida em outubro de 2014, “[...] a carga horária foi diminuída para 3000 horas em consonância com as diretrizes nacionais relativas à área de administração” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2014, p. 13). A criação do curso foi justificada pela necessidade da região de encontrar novas possibilidades de desenvolvimento. Assim, o curso surge objetivando conhecer a realidade regional, marcada pela desigualdade social, baixo IDH, sazonalidade, desemprego, degradação e risco ambiental, padrões insustentáveis de consumo e pela premência de alternativas de promoção do desenvolvimento da região (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009b).

O gestor empreendedor atua como agente de desenvolvimento, analisando, planejando, executando e avaliando empreendimentos privados, públicos e da sociedade civil. É um profissional que tem como atribuição articular estrategicamente a cooperação entre pessoas e organizações, bem como contribuir para a criação de alternativas voltadas à geração de trabalho e renda (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009b).

A matriz curricular é organizada por meio de três eixos: mundo do trabalho, território e desenvolvimento, produção e mercado, de forma a capacitar o futuro profissional para a criação de novos negócios, assessoria, consultoria e gestão de projeto. Constituem seus espaços de atuação: empresas dos setores público e privado, com ênfase em incubadoras, cooperativas, comunidades urbanas e rurais, arranjos produtivos locais, micro, pequenas e médias empresas, empreendedores individuais, entre outros espaços.

O curso não possui estágio obrigatório, todavia, no quarto ano, são desenvolvidos quatro projetos relacionados à aplicação de ferramentas da gestão: 1) Plano de negócios; 2) Análise de empreendimento; 3) Projeto de investimento e 4) Empresa solidária, mediante metodologia de alternância de ambientes organizacionais e debates no espaço da universidade. “Procura-se com a coordenação dessas atividades a vivência, reflexão e transição para o mundo do trabalho bem como a inserção profissional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2009b, p. 154).

O curso é o primeiro do país, compõe o rol de cursos superiores na área das sociais aplicadas, comparado facilmente ao curso de administração. Contudo, tem como diferencial o estudo do território, a formação para empreender a partir da realidade local, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do litoral do Paraná. Nesse sentido, o curso é criado a partir das especificidades e necessidades da região e para a região.

4.1.4 Serviço Social

O bacharelado em Serviço Social, criado em 2006, é ofertado na modalidade presencial e possui carga horária total de 3.430 horas, sendo que 450 são destinadas ao estágio curricular obrigatório. O curso de Serviço Social possui uma trajetória no país iniciada em 1936. No estado do Paraná, o curso era oferecido em escolas privadas e em universidades estaduais. O curso da UFPR segue as diretrizes curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2002a) e está em consonância com a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão.

A instalação do curso no Setor Litoral teve como justificativa o objetivo institucional da UFPR, de contribuir para o desenvolvimento da região. Assim, o curso de Serviço Social foi pensado de modo a atender científica e tecnicamente ao contexto de desigualdade social próprio da região, considerando que esse profissional tem uma formação eminentemente interventiva na realidade social.

O perfil do egresso do Curso ficou explicitado da seguinte forma:

Profissional com formação generalista, interdisciplinar, crítica, pluralista e em sintonia com as mudanças da sociedade contemporânea. Deve explicitar em sua prática o compromisso com a democratização das relações sociais e com a promoção do exercício pleno da cidadania, atuando no planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e serviços sociais, em diferentes níveis e instituições. O profissional deve pautar seus objetivos para a melhoria das condições de vida e trabalho da população brasileira, construindo estratégias interventivas nas múltiplas manifestações da questão social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2010, p. 23).

O Assistente Social tem como atribuições, entre outras, elaborar, implementar, coordenar, executar e avaliar políticas, planos, programas e projetos sociais, assim como prestar orientação às pessoas, grupos e à população e providenciar encaminhamentos às demandas sociais. A profissão de Serviço Social marca sua expansão no cenário brasileiro com a aprovação da Constituição Federal de 1988, por meio da ampliação de direitos sociais e sua consequente incorporação pelas políticas públicas. A profissão expressa seu compromisso ético-político na construção da democracia e da afirmação da cidadania da população brasileira, atuando para implementação de direitos relativos às crianças e aos adolescentes; aos idosos; às mulheres e às populações tradicionais no âmbito da assistência e previdência social, saúde, moradia, educação, trabalho, gênero, etc.

Atua em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tais como secretarias de governo, prefeituras, conselhos de políticas sociais, ministério público, tribunais e fóruns; empresas e cooperativas; hospitais e organizações de atendimento à saúde, instituições de ensino; fundações, institutos; movimentos sociais, organizações não governamentais e sindicatos.

No próximo item, são apresentados o perfil dos egressos e os percursos da formação.

4.2 O PERFIL DOS EGRESSOS E OS PERCURSOS DA FORMAÇÃO

Um dos objetivos da pesquisa foi de realizar a caracterização dos egressos quanto ao gênero, à pertença étnico-racial, à idade, o estado civil e o número de filhos. A seguir, a distribuição dos respondentes por curso e gênero, iniciando a apresentação do perfil dos inquiridos.

Tabela 9 – Número de questionários respondidos por curso e sexo dos egressos

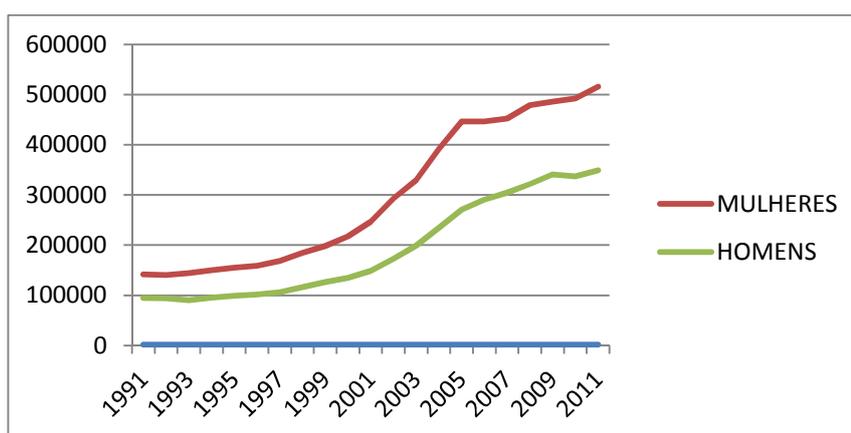
Curso	Quantidade	%	Mulheres	%	Homens	%
Fisioterapia	31	35,63	28	90,3	3	9,7
Gestão Ambiental	30	34,48	17	56,6	13	43,4
Gestão Empreendedorismo	14	16,09	10	71,4	4	28,6
Serviço social	12	13,79	11	91,6	1	8,4
Total	87	100	66	75,9	21	24,1

Fonte: A autora, 2014.

Esses dados apontam para a feminização³² do Ensino Superior, bem como para a permanência de profissões marcadas pelo gênero, como é caso do Serviço Social e Fisioterapia. Graf e Diogo (2009) afirmam que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra. As relações de gênero estão na base da organização da esfera produtiva. A segmentação ocupacional é socialmente construída, sendo que ainda concentra as mulheres em trabalhos relacionados ao fórum doméstico, como serviços educacionais e de saúde. Já os homens estão predominantemente em trabalhos relacionados à produção de bens e serviços. Essas diferenciações são naturalizadas e desvalorizam o trabalho feminino, sem qualquer reflexão histórica e de contexto.

Uma série histórica de concluintes de cursos de graduação no país demonstra esse fenômeno da feminização do Ensino Superior, conforme gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais, por ano e sexo



³²Segundo Mont'Alvão Neto (2014), as mulheres apresentam probabilidade muito maior que homens de fazer a transição para a Educação Superior no Brasil. Afirma também que esta vantagem já existia nos anos de 1980 e vem aumentando progressivamente. Assim, o Brasil segue a tendência mundial de vantagem feminina de acesso a esse nível de ensino.

Fonte: A autora (2014), com base nas sinopses estatísticas da Educação Superior – graduação do Inep.

Segundo Pochmann (2007), fatores como escolaridade, urbanização, modificação da cultura e maior pressão feminina no mercado de trabalho alteram a composição da força de trabalho como um todo e, especialmente, a juvenil.

Os egressos que compuseram a investigação estão na faixa etária de 30 anos. Considerando que dos 87 respondentes, 35 formaram-se no ano de 2009, ou seja, estavam, em média, com 24 anos e 52 no ano de 2010, sendo que estavam, em média, com 25 anos, é possível afirmar que os egressos em análise acessaram o Ensino Superior na faixa etária considerada jovem (até 29 anos), conforme Tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Idade dos egressos

Cálculo	GA	SS	FISIO	GE	Total
Contagem	30	12	31	14	87
Soma	888	427	884	468	2667
Desvio padrão	5,07	10,18	4,19	13	7.94
Média	29,6	35,58	28,52	33,4	30.66
Mínimo	26	26	23	25	23
Primeiro quartil (Q1)	27	26,25	26	25,8	27
Segundo quartil (Mediana)	28	31,5	27	27	27
Terceiro quartil (Q3)	30,3	46,25	29	36	30
Máximo	50	56	44	65	65

Fonte: A autora, 2014.

NOTA: Valores nulos são ignorados nos cálculos Q1 e Q3, calculados usando método Minitab.

Dentre os egressos estudados, 18 acessaram o Ensino Superior por meio de cotas, 12 cota social e 6 racial. Quanto à pertença étnico-racial, há predominância de brancos (65), seguida de pardos (16), Pretos (5) e Amarelos (1).

Os estudos que utilizam as variáveis raça, etnia, classe e gênero evidenciam que esses fatores interferem em uma variada gama de fenômenos sociais, tais como acesso à escolaridade, ao emprego, à renda, ao *status*, entre outras. Por outro lado, há que se rejeitar conclusões mecanicistas sobre a herança social e cultural dos sujeitos e ao mesmo tempo considerar que essas mesmas variáveis interferem nas escolhas e opções dos sujeitos, influenciando suas trajetórias escolares e profissionais.

O grupo sexual a que pertence, a área disciplinar frequentada, a região em que reside, o tipo de instituição de ensino superior que se frequentou são elementos que, para além da conjuntura econômica e das relações entre ensino superior e emprego, condicionam os percursos de inserção profissional dos diplomados e tornam menos ou mais fácil a rentabilização

do diploma de ensino superior em termos de utilização na vida ativa. (ALVES, 2004, p. 123).

Objetivando identificar em que medida o Setor recém-criado conseguiu absorver a população da região, bem como quantos dos egressos mantiveram-se residindo na região com inserção profissional, os egressos foram questionados sobre suas moradias antes de acessarem a UFPR Setor Litoral e no momento da pesquisa (vide tabela 11)

Tabela 11 – Local de residência antes de ingressar no curso e no momento atual

Curso	Onde residia antes de ingressar no curso								Onde reside no momento							
	Litoral	%	Ctba	%	RMC	%	Outros	%	Litoral	%	Ctba	%	RMC	%	Outros	%
Fisio	01	3,2	17	54,9	02	6,4	11	35,4	03	9,6	17	54,8	02	6,4	09	29
GA	08	26,6	14	46,6	01	3,3	07	23,3	09	30	13	43,3	02	6,6	06	20
GE	09	64,2	02	14,2	00	-	03	21,4	08	57,1	00	-	01	7,1	05	35,7
SS	07	58,3	03	25	00	-	02	16,6	10	83,3	01	8,3	00	-	01	8,3

Fonte: A autora, 2014.

NOTA: Quanto aos cursos: Fisio (Fisioterapia), GA (Gestão Ambiental), GE (Gestão e Empreendedorismo) e SS (Serviço Social). Quanto à localidade em que “residia antes de ingressar no curso” ou onde “reside no momento”: RMC (Região Metropolitana de Curitiba), Ctba (Curitiba) e Outros (demais localidades).

A tabela anterior possibilita visualizar algumas tendências na movimentação dos egressos: o curso de Fisioterapia é o que menos absorveu moradores do litoral no ingresso, bem como foi o curso que menos fixou egressos na região; as vagas nos cursos de Gestão e Empreendedorismo e Serviço Social foram, em sua maioria, ocupadas por moradores do litoral, mantendo uma média de permanência na região, pós-conclusão do curso. Já o curso de Gestão Ambiental atraiu residentes de Curitiba, seguidos de moradores do litoral, refletindo a mesma média na continuidade de moradia na região.

A análise da movimentação dos egressos na região é relevante ao passo que o Setor Litoral foi criado com a intencionalidade de contribuir para o desenvolvimento da região. A presente investigação, ao abordar o processo de inserção profissional dos egressos, evidencia o local em que ele tem ocorrido.

Assim, o processo migratório, aludido na hipótese 1, é pouco representativo, considerando que em números absolutos, havia 25 egressos que já residiam no litoral do Paraná antes de ingressarem na UFPR e no momento 30 permanecem na região. Destaque para a passagem pela região dos estudantes de fisioterapia. Dos

respondentes, apenas um residia na região e no momento três egressos mantêm-se nesse território.

As tendências apontadas acima ficam ainda mais evidentes quando se correlaciona a origem dos candidatos ao vestibular, com os aprovados por curso. Essa análise possibilita refletir que os cursos de maior concorrência (Fisioterapia e Gestão Ambiental), apesar de serem procurados pelos moradores da região, são menos acessíveis a eles. No anexo IV, apresenta-se uma série histórica da concorrência candidato/vaga dos cursos em análise, bem como séries históricas dos inscritos e aprovados para esses cursos por ano, com os respectivos locais de moradia no momento da inscrição.

Essas séries históricas confirmam as dificuldades de os moradores do litoral paranaense acessarem os cursos de maior concorrência. Esse dado relaciona-se à trajetória escolar desses sujeitos, sendo que a maioria dos egressos frequentou o Ensino Fundamental e Médio na rede pública, conforme tabela a seguir.

Tabela 12 – Local no qual os egressos cursaram o Ensino Fundamental e Médio

Resposta	O ensino fundamental foi realizado:						O ensino médio foi realizado:					
	GA	SS	FISIO	GE	Total	%	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
Completamente na rede pública	13	10	15	12	50	57,4	12	11	11	8	42	48,2
Completamente na rede privada	10	1	13	1	25	28,7	11	1	16	2	30	34,4
A maior parte na rede pública	6	1	3	0	10	11,4	4	0	2	4	10	11,4
A maior parte na rede privada	1	0	0	1	2	2,2	3	0	2	0	5	5,7
Total	30	12	31	14	87	100	30	12	31	14	87	100

Fonte: A autora, 2014.

A predominância na rede pública pode ter relação com os investimentos na educação pública no país nos últimos anos.

Dos egressos pesquisados, 25 (29,07%) residiam no litoral do Paraná antes de acessarem o curso superior e reafirmam a predominância de conclusão de Ensino Fundamental e Médio na rede pública, conforme tabela a seguir.

Tabela 13 – Egressos que residiam no litoral do Paraná antes de acessarem o Ensino Superior quanto ao Ensino Fundamental e Ensino Médio

Resposta	O ensino fundamental foi realizado:						O ensino médio foi realizado:					
	GA	SS	FISIO	GE	Total	%	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
Completamente na rede pública	4	6	1	8	19	76	4	9	0	6	17	68
Completamente na rede privada	2	0	0	0	2	8	1	0	0	1	2	8
A maior parte na rede pública	2	1	0	0	3	12	3	0	1	2	6	24
A maior parte na rede privada	0	0	0	1	1	4	0	0	0	0	0	-
Total	8	7	1	9	25	100	8	7	1	9	25	100

Fonte: A autora, 2014.

Apesar de os baixos índices de IDEB na região, o acesso à educação pública ainda é grande, podendo ser relacionado também ao padrão socioeconômico da região. Outro elemento que colabora nessa reflexão é a escolaridade dos pais e mães dos egressos pesquisados, sendo que os pais e mães dos egressos dos cursos de Gestão Ambiental e Fisioterapia são os mais escolarizados, podendo ter interferido em um maior preparo dos filhos para acessarem o Ensino Superior. Corseuil, Santos e Foguel (2001) fundamentam essa análise ao demonstrarem, por meio de um modelo paramétrico do tipo *logit* multinomial, um estudo com foco nos fatores determinantes das escolhas dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil, em comparação aos jovens de outros países da América Latina. Os principais resultados foram: o grau de instrução dos pais dos jovens exerce forte influência sobre a alocação do tempo desses entre trabalho e estudo para todos os países analisados. Assim, quanto maior o nível de educação de seus pais, maior será a probabilidade³³ de dedicação aos estudos, independente do sexo do jovem. Outro estudo que analisa a relação entre escolaridade de pais e estudantes é o de Mont'Alvão Neto (2014), que utiliza a discussão de classe social³⁴ como uma variável que permanece interferindo fortemente no acesso ao ensino

³³No que concerne à educação dos pais, coeficientes indicam que estudantes cujos pais completaram apenas o Ensino Fundamental têm duas vezes mais chances de chegar ao Ensino Superior do que aqueles cujos pais não têm nenhum nível formal de escolaridade. Já aqueles cujos pais cursaram Ensino Médio têm quatro vezes mais chances, e aqueles cujos pais tiveram acesso ao Ensino Superior têm 16 vezes mais chances de chegar a esse nível de ensino. É possível interpretar esta enorme diferença a partir da ideia de que o nível educacional dos pais funciona como um piso mínimo de realização educacional para os filhos (MONT'ALVÃO NETO, 2014, p. 430).

³⁴Embora os pais com menor nível educacional tenham passado a incentivar mais os filhos a chegar ao nível superior, a estabilidade do efeito da classe indica a persistência das diferenças na capacidade de as famílias bancarem na prática a educação dos filhos, independentemente do nível educacional dos pais (MONT'ALVÃO NETO, 2014, p. 432).

superior, apesar da diminuição das desigualdades no acesso à escolaridade no Brasil dos últimos anos.

Essa discussão vem ao encontro do presente debate, considerando que principalmente os egressos de Serviço Social e Gestão e Empreendedorismo afirmaram que o acesso à Universidade ocorreu devido à criação do Setor Litoral da UFPR, haja vista que não teriam condições financeiras de deslocarem-se da região para frequentar um curso superior em uma Universidade Federal. Sobre a escolaridade dos pais e mães, ver tabela a seguir:

Tabela 14 – Escolaridade dos pais e mães dos egressos que responderam ao questionário.

Resposta	Qual é/era a escolaridade de seu pai?						Qual é/era a escolaridade de sua mãe?					
	GA	SS	FISIO	GE	Total	%	G A	SS	FISIO	GE	Total	%
não é alfabetizado	0	1	0	0	1	1,1	0	1	0	0	1	1,1
sabe ler e escrever	2	1	1	1	5	5,7	1	0	1	0	2	2,2
fundamental incompleto	3	4	2	6	15	17,2	4	4	2	4	14	16
fundamental completo	3	0	2	3	8	9,1	4	1	2	0	7	8
médio incompleto	2	1	4	1	8	9,1	1	1	3	1	6	6,8
médio completo	10	2	5	2	19	21,8	9	3	5	5	22	25,2
superior incompleto	0	1	1	0	2	2,2	2	0	2	2	6	6,8
superior completo	7	0	8	1	16	18,3	5	1	9	0	15	17,2
Pós-graduado	3	2	8	0	13	14,9	4	1	7	2	14	16
Total	30	12	31	14	87	100	30	12	31	14	87	100

Fonte: A autora, 2014.

O acesso ao Ensino Superior simboliza uma quebra de ciclo familiar, apontando para possibilidades não acessadas pelos genitores. Nesse sentido, a entrada na Universidade vislumbra uma probabilidade de mobilidade social trazida pela escolaridade.

Essa afirmação ganha sustentação diante das respostas dos egressos quanto às principais razões que os levaram a ingressar no Ensino Superior. Em uma questão de múltipla escolha, as respostas relacionadas às saídas profissionais ganharam evidência, seguidas dos fatores relacionados ao desenvolvimento intelectual e expectativas familiares. Segundo Alves (2003, p. 229), “[...] a opção de frequentar o sistema de ensino até a escolaridade superior decorre, em parte, de projetos de futuro idealizados pelas famílias para os membros mais jovens que são interiorizados por estes”.

D’Avila (2014), em pesquisa com egressos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, também constata no relato dos entrevistados o empenho de pais e

avós para garantirem o acesso ao Ensino Fundamental e Médio de qualidade, com vistas ao Ensino Superior e “consequentemente” o aumento das chances de empregabilidade e mobilidade social³⁵.

Outro dado que chama a atenção refere-se às razões que levaram os egressos a optarem pela UFPR Setor Litoral. As respostas reforçam as opções relacionadas a saídas profissionais, bem como a localização da Universidade, pois conforme Tabela 10, 25 dos inquiridos residiam na região e 39 residiam em Curitiba e região metropolitana de Curitiba, sendo que a distância para o litoral gira em torno de 110 km. Os egressos destacaram ainda o fato de o vestibular ter sido de inverno, como alternativa no meio do ano, principalmente para aqueles que não obtiveram sucesso no vestibular de verão.

Ainda com relação ao acesso ao Ensino Superior, 54% dos inquiridos responderam que o curso acessado era sua primeira opção. Referente aos 46% que afirmaram que o curso concluído não fora sua primeira opção, apontaram o curso que almejavam na época, sendo bastante diversificado, com destaque para o curso de Oceanografia para os egressos de Gestão Ambiental e para o curso de Medicina para os egressos de Fisioterapia.

Em contrapartida, ao serem questionados sobre o que fariam se fossem realizar essa escolha hoje, 49,43% afirmaram que escolheriam o mesmo curso e o mesmo estabelecimento de ensino e 24,14% escolheriam outro curso, mas o mesmo estabelecimento de ensino.

Nas entrevistas, os egressos afirmaram a escolha pela “sonhada” UFPR. Esse dado reitera o *status* da UFPR, Universidade centenária, que construiu ao longo da história reconhecimento e prestígio, sendo considerada nacionalmente.

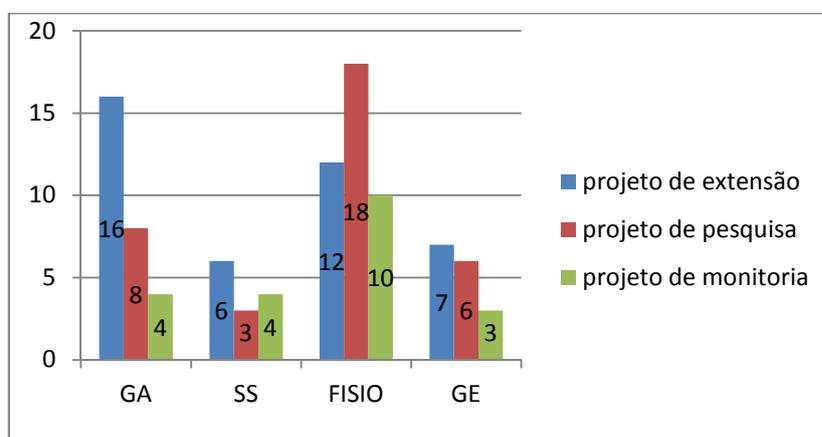
Garcia e Rolim (2012) apontam para a variável reputação da Universidade como um dos componentes que interferem na escolha da instituição de ensino no momento do vestibular, bem como a delimitação da área de influência da Universidade e a origem dos seus estudantes.

Outro objetivo traçado pela pesquisa foi de identificar e analisar os elementos que constituem diferenciais no percurso do Ensino Superior para a inserção profissional. Nesse sentido, ganha destaque a participação de 69% dos

³⁵Ao se inserirem em escolas consideradas qualificadas por seus familiares e assim responderem às expectativas familiares, os jovens revelam o quanto os discursos de “empregabilidade” e “mobilidade social” são internalizados por eles (D’AVILA, 2014, p. 133).

pesquisados em projetos de monitoria, pesquisa, extensão, distribuídos conforme gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Participação dos egressos em projetos de extensão, pesquisa e monitoria.



Fonte: A autora, 2014.

A participação em diferentes projetos aparece como diferencial no percurso desses diplomados, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades comportamentais e instrumentais para o mundo do trabalho. Diante das incertezas do valor do diploma como garantia e passaporte para inserção profissional e frente à provisoriedade que marca o mercado de trabalho na contemporaneidade, muitos sujeitos passam a adotar estratégias para tornar seus currículos mais atrativos, colecionando experiências e outros diplomas. Essas dinâmicas acabam por reforçar as desigualdades sociais entre diplomados (ALVES, 2012).

Michael Tomlinson (2008), Professor da Universidade de Southampton, no Reino Unido, contribui com essa análise, pois tem pesquisado a correlação entre educação e mercado de trabalho. O referido autor analisa a empregabilidade de estudantes egressos do Ensino Superior, afirmando que o grau acadêmico não é suficiente para garantir uma vaga no mercado de trabalho. Tomlinson refere-se à importância de credenciais que agem como diferenciais na competitividade pela empregabilidade. O acesso a diferenciadas propostas de aprendizagem em paralelo às atividades curriculares, por exemplo, a extensão, a pesquisa, a monitoria, a iniciação à docência, possibilita uma aproximação com a dimensão teórico-prática das diferentes disciplinas. “Desenvolver e implantar credenciais fora da sua aprendizagem formal: credenciais pessoais, sociais e comportamentais são vistas

como sendo particularmente importante na fase de recrutamento” (TOMLINSON, 2008)³⁶.

O Setor Litoral da UFPR, devido ao seu Projeto Político-Pedagógico, desde a sua criação, tem tido uma forte atuação extensionista. Professores que estão no setor desde a implantação relatam que as atividades nem sempre foram devidamente registradas junto à Pró-Reitoria, dificultando a mensuração numérica delas. Por outro lado, a realização dos projetos de aprendizagem dos estudantes por si só tem sido fonte de estímulo ao desenvolvimento de pesquisa e de ações junto à realidade regional.

Os entrevistados identificaram as relações entre a experiência nos diferenciados projetos e o processo de inserção profissional. Os depoimentos reafirmam essas vivências como diferenciais no processo de formação e seus reflexos na vida profissional no momento, tanto nas habilidades relacionais, quanto na relação teórico-prática, na capacidade investigativa e de planejamento como elementos que subsidiam a prática profissional no cotidiano. Outro elemento destacado pelos entrevistados foi o contato com diferentes realidades sociais, políticas, econômicas e culturais, que permearam o cotidiano desses diferenciados projetos, possibilitando o exercício de uma abordagem e um olhar a partir dessas mediações, transcendendo a demanda aparente. Os projetos de iniciação científica e de aprendizagem também foram relacionados aos temas de estudo nos programas de pós-graduação em nível de especialização e mestrado, apontando um acúmulo de leitura e discussão proporcionado por essas experiências.

Além da participação em diferenciados projetos, os estágios podem ser considerados também um exemplo emblemático dessas estratégias de incrementar a formação, à medida que possibilitam uma aproximação com o campo de atuação futuro, bem como com as habilidades, competências e especificidades de cada área. Teixeira (2010) denomina de “percursos traçados” a busca de diferentes experiências pelos estudantes durante a formação, objetivando o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais e a familiarização com o mundo do trabalho.

³⁶ *To develop and deploy soft credentials outside their formal learning: personal, social and behavioural credentials are seen as being particularly important in the recruitment stage.*

No Brasil, é importante demarcar que o processo de inserção em uma posição profissional pode começar, para uma parcela dos universitários, com o ritual dos estágios (VARGAS; PAULA, 2013). A Lei n. 11.788 (BRASIL, 2008) dispõe sobre o estágio de estudantes e, em seu primeiro artigo, define essa prática como

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Assim, os jovens entram em contato com os estágios, enquanto prática regulamentada, desde o Ensino Fundamental. Apesar de as vantagens de aprimoramento de um fazer profissional, a prática de estágio também contém desvantagens, entre elas pode-se apontar que muitas vezes os estagiários são vistos como mão de obra barata, o termo de compromisso de estágio pode ser rompido a qualquer momento por uma das partes, sem nenhuma garantia, e os estagiários não acessam direitos trabalhistas e previdenciários. No caso do Ensino Superior, a mão de obra, além de ser barata, é qualificada (D'AVILA, 2014).

Dos cursos pesquisados, apenas Serviço Social e Fisioterapia possuem, em suas matrizes curriculares³⁷, estágio obrigatório. Contudo, observa-se uma significativa adesão desses egressos aos estágios, conforme tabela 15 a seguir.

Tabela 15 – Participação dos egressos nos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios

Resposta	Realizou estágio curricular obrigatório?						Realizou estágio curricular não obrigatório?					
	GA	SS	FISIO	GE	Total	%	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
Sim	20	12	31	2	65	74,7	22	5	23	8	58	66,6
Não	10	0	0	12	22	25,2	8	7	8	6	29	33,3
Total	30	12	31	14	87	100	30	12	31	14	87	100

Fonte: A autora, 2014.

³⁷ Os cursos de GA e GE não possuem, nas suas respectivas matrizes curriculares, estágio obrigatório, contudo, ao preencherem o questionário *on-line*, alguns egressos desses cursos assinalaram sim para estágio obrigatório. Optou-se por trazer os dados de acordo com os preenchimentos, contudo, destaca-se que se referem aos estágios curriculares não obrigatórios ou no caso dos estudantes de GA, ao módulo “Vivências Profissionais em Gestão Ambiental” e no caso dos egressos de GE aos projetos relacionados à aplicação de ferramentas da gestão, realizados no último ano.

Os estágios possibilitam uma aproximação com o mundo do trabalho, que possui uma lógica própria, demanda competências relacionais, técnicas e comportamentais. Essas experiências resultam em um diferencial para a inserção profissional.

As aprendizagens mais significativas e duradouras são as que decorrem de experiências concretas e da experimentação ativa, implicando o envolvimento direto dos formandos em atividades e contextos reais de trabalho [...] o estágio pode ser considerado como uma atividade privilegiada de exploração vocacional na medida em que possibilita o contacto com o mundo profissional, potenciando um maior conhecimento de si próprio e do mundo do trabalho. Adicionalmente, o estágio também poderá atuar como uma fonte de autoeficácia, uma vez que viabiliza experiências de aprendizagem direta, mas também a aprendizagem por observação. Com efeito, o estágio possibilita que o sujeito vivencie experiências diretas de mestria e sucesso em atividades profissionais bem como a aprendizagem vicária através da observação do desempenho de outros profissionais. (VIEIRA; CAIRES; COIMBRA, 2011, p. 30-31).

Os entrevistados, ao serem questionados sobre a realização dos estágios, reforçaram a importância dessa experiência na formação e as expressões desse tempo no processo de inserção profissional. Apontaram para os estágios como uma oportunidade de ampliar o leque de demandas e necessidades nas respectivas áreas de formação, para além das discussões em sala de aula, tendo como referência a vivência cotidiana, uma possibilidade de se fazer conhecer e ampliar a rede de contatos profissionais e ainda como estratégia para conseguir o primeiro trabalho na área de formação.

A análise do perfil dos egressos, da escolaridade dos genitores, da participação em projetos durante a formação e a centralidade dos estágios possibilitam afirmar que esses elementos constituem diferenciais no processo formativo e que interferem na inserção profissional, corroborando para a validação da hipótese 2. No próximo item, o processo de inserção profissional é aprofundado teoricamente e a partir dos dados empíricos.

4.3 SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

A temática da inserção profissional emerge na década de 80 do século XX, associada ao crescimento das dificuldades dos jovens egressos do Ensino Superior

na transição para a vida adulta, expressa no alargamento de tempo entre a saída do sistema educativo e o acesso ao mercado de trabalho. A produção científica em torno das noções de: transição profissional, entrada na vida adulta, aprendizagem ao longo da vida e inserção profissional possibilita a transformação do problema social do acesso ao emprego, por parte dos jovens, numa nova problemática científica (TEIXEIRA, 2010).

As pesquisas de Mariana Gaio Alves, professora coordenadora do Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade Nova de Lisboa (2003, 2004, 2010, 2012), têm apontado para as trajetórias de inserção profissional como processos incertos e complexos, considerando que nas sociedades contemporâneas as transições entre educação, trabalho e emprego estão cada vez mais imprevisíveis. A autora (2012) afirma que tradicionalmente um período de formação era seguido por uma atividade profissional que evoluía progressivamente para a idade adulta. No entanto, na atualidade, as biografias profissionais estão marcadas por sucessivas transições de distintos tipos e pelo envolvimento cada vez maior em situações e oportunidades educativas ao longo da vida.

Marques e Alves (2010) compreendem a inserção profissional como um fenômeno complexo e multidimensional que se remete à

[...] noções fluídas e polissêmicas, temporalmente situadas e socialmente construídas [...] Um corpus de conhecimento teórico e empírico consolidado, proveniente de investigação sociológica recente nacional e internacional confirma que a maioria dos percursos profissionais dos jovens diplomados do ensino superior se caracteriza pela incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego. Paradoxalmente, enfatiza-se a ideia de que a posse de um diploma do ensino superior já não garante, como outrora, um vínculo estável, embora se afigure atualmente como condição necessária para o acesso e/ou manutenção do emprego num mercado laboral incerto e seletivo. (MARQUES; ALVES, 2010, p. 169).

A processualidade da inserção profissional pode ser compreendida não apenas pela obtenção de um emprego e de uma situação profissional e contratual estável, mas constituída e influenciada por uma série de outros elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mercado de trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, bem como as Instituições de Ensino Superior com as finalidades e modos de funcionamento que as distinguem, a trajetória educacional dos jovens, as

experiências laborais, as habilidades desenvolvidas, a acessibilidade de familiares à escolaridade e renda e as oportunidades de formação complementar acessadas pelo estudante universitário, como estágios, projetos de pesquisa, de monitoria, de iniciação à docência, entre outras.

Ao serem questionados sobre a compreensão da inserção profissional, os entrevistados reiteraram essa complexidade, apontando para percepções diferenciadas sobre o processo de inserção profissional e referente a quando se pode afirmar que uma pessoa está inserida profissionalmente. Cinco direções sintetizam as conceituações dos inquiridos, que se complementam mutuamente, quais sejam:

1 – Vinculação com a área de formação. A atuação na área de formação foi o elemento de maior destaque para os entrevistados, considerando inserção profissional não apenas a vinculação com o mercado de trabalho, mas o desempenho da profissão advinda da formação em nível superior.

2 – Inserção profissional com ênfase na realização, nas escolhas e nas opções. Essa dimensão foi apontada por alguns entrevistados que evidenciaram aspectos mais subjetivos no processo de inserção profissional. Afirmaram a importância da atuação na área de formação, mas destacaram a opção por alguma área específica dentre as alternativas da profissão, o que por vezes é alcançado com um tempo de atuação profissional, haja vista que a tendência é aceitar a primeira oportunidade de trabalho para adquirir experiência e na sequência o profissional vai tendo condições de eleger outra oportunidade de acordo com seu perfil, com seus objetivos, planejamentos e com as possibilidades que surgem no mercado de trabalho. Outro aspecto assinalado pelos entrevistados foi a diversidade de vinculações com o mercado de trabalho por meio de diferenciados tipos de contratos. Essa heterogeneidade tem sido uma característica presente no mercado de trabalho brasileiro, marcado pelo processo de flexibilização das relações trabalhistas.

3 – Instabilidade e transitoriedade no processo de inserção profissional e busca por estabilidade. Esse elemento também foi destacado por alguns entrevistados, que ressaltaram o sentimento de insegurança proveniente dos contratos precarizados e da dificuldade de estabilização no mercado de trabalho. Nesse ponto, a busca por concursos públicos ganha destaque, como uma alternativa que traz consigo a garantia da estabilidade.

4 – Inserção profissional condicionada à formação continuada. O prolongamento dos estudos aparece como um fenômeno na trajetória dos jovens na contemporaneidade, tanto como estratégia de enfrentamento do desemprego, quanto como uma condicionalidade para manter-se vinculado ao mercado de trabalho.

5 – Inserção profissional como qualquer vinculação ao mercado de trabalho. A ocupação de um lugar no mercado de trabalho, independente da formação, também foi apontada pelos egressos pesquisados. Nessa direção, o retorno financeiro é enaltecido, considerando as transformações ocorridas no mundo do trabalho, que imputam aos trabalhadores a premência de submeter-se para garantir uma colocação no mercado de trabalho.

Alves (2003) corrobora com o desvelamento da categoria inserção profissional ao sistematizar quatro elementos que constituem esse processo:

1. Acontecimentos contemporâneos na biografia do sujeito (saída da casa dos pais, casamento, independência financeira).

Dos 87 egressos que compõem a pesquisa, 49,4% estão solteiros e 74,71% sem filhos e 56,4 residem sozinhos, com os pais, amigos ou parentes. Esses dados corroboram com os índices atuais, que apontam para a diminuição do tamanho das famílias³⁸, para o prolongamento da permanência dos jovens no lar parental e para o crescimento dos casais sem filhos.

Os estudos de Mariléia Maria da Silva (2004), professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, sobre a trajetória de jovens graduados, também evidenciam a desconexão entre ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família, experiências que ocorriam concomitantemente em década passadas. A referida autora ancora-se nas pesquisas do sociológico francês Olivier Galland. Galland (2001) afirma que incerteza em torno da definição de juventude aumentou com o enfraquecimento dos ritos de passagem, o alongamento de transições e a extensão das experiências de tempo profissionais que tendem a empurrar para mais tarde o pleno estatuto de adulto. Galland (2001) e Pais (1991) denominam esse processo de moratória dos jovens, redefinindo a transição para a vida adulta.

³⁸Duas informações fundamentam esse dado: 1) De acordo com o Banco Mundial (2011), a mulher brasileira tinha em média mais que seis filhos no começo de 1960 e atualmente tem menos de dois. 2) O documento *Juventude levada em conta* (BRASIL, 2013a) afirma que a taxa de fecundidade já está abaixo da reposição.

Na pesquisa de Silva (2004), a autora constata que os jovens esperam conquistar algum nível de estabilidade na inserção profissional, postergando a realização de outros projetos pessoais, que podem ou não incluir a constituição de um novo núcleo familiar. Esse dado também foi constatado na presente pesquisa, já que os entrevistados evidenciaram a busca por independência financeira como uma prioridade no processo de inserção profissional.

O IBGE (2013), ao referir-se ao prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos, denomina esse fenômeno social de “geração canguru” e relaciona a opção de permanência dos jovens na casa dos pais motivada por fatores emocionais e financeiros. O documento aponta ainda que esse fenômeno é influenciado pela condição socioeconômica do jovem³⁹.

Henriques (2004) aponta outros fatores que podem estar envolvidos na permanência dos filhos adultos na casa parental, tais como: o alto grau de investimento na vida profissional; o pouco valor dado à independência individual; a diminuição dos conflitos intergeracionais ou a sua neutralização; a ambivalência dos pais no que concerne à saída dos filhos de casa; as escolhas profissionais cada vez mais difíceis pelas escassas oportunidades do mercado de trabalho; a permissão para o sexo na casa dos pais; o conforto e o padrão de vida usufruídos na convivência familiar; o isolamento do grupo familiar em relação à sociedade reproduzido, em menor escala, no isolamento dos próprios membros dentro de casa, tendo em vista que, em alguns quartos da casa, os jovens possuem apartamentos quase completos; o adiamento do casamento; as baixas expectativas e exigências nos relacionamentos afetivos; e a dificuldade de separação entre pais e filhos.

2. Modalidades de gestão de mão de obra postas em prática pelas instituições empregadoras, bem como as políticas de trabalho, emprego e educação.

A fragilidade dos contratos acessados pelos egressos explicitam diferentes modalidades de gestão de mão de obra, com destaque para os processos seletivos por tempo determinado, a prestação de serviços como autônomo, a atuação na

³⁹A presença de jovens na condição de filhos é diferenciada por classes de rendimento familiar. Do total de arranjos familiares com parentesco, cerca de 11,5% possuíam jovens de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos. Para os arranjos familiares com renda familiar *per capita* até ½ salário-mínimo, esta proporção foi de 6,6%, sendo maior para os arranjos com renda mais elevada, chegando a 15,3% naqueles situados na faixa de 2 a 5 salários mínimos *per capita* (IBGE, 2013, p. 77).

informalidade. O formato dos contratos também explica a transitoriedade e a rotatividade no trabalho.

3. Os significados que os processos de inserção têm para os sujeitos que os vivenciam.

A percepção da inserção profissional está muito relacionada ao sentimento de segurança no trabalho, transmitido pelo tipo de contrato e pelas condições de trabalho. Nesse sentido, os diplomados pesquisados apontam para os concursos públicos como uma perspectiva que os possibilitará estabilidade.

4. A construção e concretização de um projeto de vida, de uma identidade social e profissional.

A construção de uma identidade compreende um conjunto de elementos em permanente construção, que definem a particularidade de uma pessoa. A identidade profissional é tecida a partir das trajetórias percorridas no mundo do trabalho, pelo sentimento de pertencimento a alguma instituição, pela multiplicidade de relações inevitavelmente marcadas pelo confronto e reconhecimento de outra pessoa, grupo, pares, instituição.

Identidade profissional pode ser definida também como o conjunto de predicados, habilidades, competências e responsabilidades que representam determinada área de atuação profissional. A sua legitimidade é construída socialmente na relação tempo e espaço, bem como por meio de normatizações, legislações, manuais.

O trabalho não é apenas uma remuneração para os jovens. Para a maioria deles, ter uma identidade profissional é parte importante da formação da sua identidade global, pois o jovem que possui um trabalho socialmente valorizado e tem sucesso nele, provavelmente terá sua autoestima aumentada, e isso permitirá que ele ingresse na vida adulta de maneira mais segura e estável. (VIEIRA; RAVA, 2012, p. 85).

Essa tessitura da identidade profissional é enaltecida nas entrevistas tanto ao relatarem a apreensão diante das demandas e responsabilidades profissionais requeridas, quanto ao sentirem-se satisfeitos frente ao respeito e reconhecimento pelo trabalho nas instituições nas quais atuam. Pode relacionar-se ainda à transição para a vida adulta, principalmente entre os entrevistados mais jovens, que apontaram para as mudanças relacionadas à aquisição de salário, responsabilidade pelo pagamento de contas, assinatura de documentos de responsabilidade técnica,

elementos que relacionados à dimensão pessoal compõem a autoimagem do sujeito.

As dificuldades de construir essa identidade profissional foram relacionadas aos desafios de conseguir uma colocação no mercado de trabalho na área de formação, ao desestímulo diante de contratos precarizados, salários baixos e a falta de reconhecimento profissional.

A bibliografia sobre inserção profissional, a perspectiva teórica adotada nessa investigação e os dados empíricos atentam para a necessidade de uma análise ampliada e contextualizada, evitando o risco de discussões minimalistas e singularizadas.

Assim, concebe-se a inserção profissional como um processo constituído por dois movimentos: diacrônico e sincrônico. O diacrônico decorre da complexidade da transição do espaço educativo para o espaço profissional alongado no tempo e o sincrônico decorre dos percursos formativos e da vida dos egressos, que envolvem uma série de outros elementos e determinantes sociais, políticos, econômicos e geográficos, que caminham juntos.

Frente a essa complexidade, a efetivação da inserção profissional assume um caráter subjetivo quando um sujeito está inserido profissionalmente pela primeira vez, passando a considerar que tem um emprego que corresponde às suas expectativas e aspirações, mesmo que essas sofram mudanças e que requeiram outros momentos de mobilidade e (re)inserção profissional (ALVES, 2003).

A inserção profissional é um tema de caráter eminentemente interdisciplinar, por fazer fronteiras entre várias disciplinas: educação, sociologia do trabalho, economia do trabalho, economia da educação. Para Alves (2004), este é um campo de investigação, ainda incipiente, não existindo quadros teóricos e conceituais estabilizados.

Desta forma, abrange as relações entre educação e emprego (acesso ao emprego, condições salariais e contratuais, desemprego, etc.), assim como as relações de educação e trabalho (conteúdos de ensino e de trabalho, tarefas e funções profissionais em relação com a formação obtida, etc.) e ainda a vivência da fase de inserção profissional por parte dos seus protagonistas. (ALVES, 2004, p. 119).

Outro pesquisador que tem contribuído para esse debate é Claude Trottier (1999, 2000, 2001), professor da Faculdade de Educação da Universidade Laval, no Canadá, que tem pesquisado sobre as transições escolares no Ensino Superior e os

impactos na carreira dos alunos, atribuindo um peso significativo às condições estruturais em suas análises.

De fato, uma grande proporção deles estão enfrentando problemas, mesmo estando no emprego, têm dificuldades para estabilizar-se no mercado de trabalho e acessarem a um emprego no qual seja possível discutir as competências adquiridas durante a formação [...]. Reconhece-se também que estes problemas não são apenas cíclicos. Eles são estruturais e se relacionam com as mudanças no mercado de trabalho. Portanto, concordamos que eles não são de primeira ou mais importante devido ao inapto sistema de ensino ao ambiente econômico, mas têm raízes nas mudanças no mercado de trabalho, devido à globalização da economia, a reorganização do trabalho e a utilização de novas tecnologias para enfrentar o aumento da concorrência resultante dessas alterações. (TROTIER, 2000, p. 93)⁴⁰.

Os estudos de Trottier (1999) colocam em evidência três aspectos: o primeiro refere-se às dificuldades na passagem para a vida ativa; o segundo abrange a diversidade de percursos de transição entre o processo de formação e a entrada no mercado de trabalho; a terceira constatação remete-se às trajetórias de inserção profissional que se caracterizam por experiências de emprego, desemprego, retomada dos estudos e inatividade. Nessa perspectiva, Trottier (1999) sugere uma dinâmica de investigação que perpassa os percursos de formação, as estratégias de inserção dos sujeitos, os fatores estruturais que interferem nesses percursos, bem como a atuação dos outros atores que intermedeiam o mercado de trabalho e a inserção. Esses elementos são recuperados no final do presente capítulo.

⁴⁰ *En effet, une proportion élevée d'entre eux est confrontée à des problèmes même en étant en emploi, à de la difficulté à se stabiliser sur le marché du travail et à accéder à un emploi dans lequel il est possible de faire valoir les compétences acquises au cours de la formation (...). On admet aussi que ces problèmes ne sont pas uniquement conjoncturels. Ils sont structurels, et renvoient à des modifications du marché du travail. De ce fait, on convient qu'ils ne sont pas d'abord ni avant tout dus à une inadaptatvio du système d'éducation au contexte économique, mais s'enracinent dans les transformations du marché du travail liées à la mondialisation de l'économie, à la réorganisation du travail et au recours aux nouvelles technologies en vue d'affronter la concurrence accrue découlant de ces changements* (TROTIER, 2000, p. 93).

4.4 TRAJETÓRIA NO MERCADO DE TRABALHO: PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Na perspectiva de cotejar e analisar alguns desses elementos a partir da realidade empírica, os egressos foram questionados sobre a situação profissional no último ano de curso (vide tabela 16).

Tabela 16 – Situação dos egressos no último ano do curso em relação ao mercado de trabalho

Resposta	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
Era estudante o tempo inteiro	14	5	24	4	48	55,1
Era estudante com atividade remunerada (informalmente ou esporadicamente)	9	2	5	1	16	18,3
Tinha uma atividade profissional	4	4	1	8	17	19,5
Tinha uma atividade profissional na área de formação	3	1	1	1	6	6,8
Total	30	12	31	14	87	100

Fonte: A autora, 2014.

A tabela anterior expressa as especificidades dos cursos pesquisados, já que o curso de Fisioterapia, no último ano, apresenta uma concentração nas atividades teórico-práticas (estágios em diferentes áreas), exigindo uma dedicação de uma carga horária semanal bastante alta. No caso da Fisioterapia, a resolução 11/10 do CEPE fixa a carga horária de 800 horas para o último ano em diferentes áreas: saúde comunitária, fisioterapia musculoesquelética, fisioterapia neurofuncional, saúde da mulher, fisioterapia hospitalar em alta complexidade e unidade de terapia intensiva e estágio na área de escolha do discente. Além disso, os cursos de Fisioterapia e Gestão Ambiental foram cursados no período da manhã, no Setor Litoral, e os cursos de Serviço Social e Gestão e Empreendedorismo no período noturno.

Os cursos noturnos têm sido uma opção aos trabalhadores-estudantes, sendo essa a realidade de grande parte dos jovens na contemporaneidade. As pesquisadoras Vargas e Paula (2013, p. 462) caracterizam a situação enfrentada por alguns estudantes universitários como aqueles que possuem

[...] rendimento domiciliar mensal inferior a dois salários mínimos. Esse percentual representa 2,1 milhões de potenciais estudantes que, para serem incluídos no sistema de educação superior dependerão – mais do que da gratuidade – de bolsas de estudo, de trabalho, de monitoria, de extensão, de pesquisa, de restaurantes universitários subsidiados, de moradia estudantil, ou de outras formas que, combinadas a essas, tornem viável a sua permanência no *campus*.

Esse dado expressa-se na realidade da região do litoral do Paraná, que no censo do IBGE/2010 contabilizou 2.748 jovens com nível superior completo (tabela 7) e 4.801 jovens cursando o nível superior, dos quais aproximadamente 62% também trabalhavam, possibilitando chamá-los de trabalhadores-estudantes ou estudantes-trabalhadores, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – População jovem que frequentou curso superior na rede pública e particular nos municípios do litoral paranaense em 2010

Rede de ensino		Situação de ocupação na semana de referência	
		Pessoas que frequentavam curso superior de graduação (Pessoas)	Pessoas que frequentavam curso superior de graduação (Percentual)
Pública	Total	2.669	100,00
	Ocupadas	1.446	54,18
	Não ocupadas	1.222	45,78
Particular	Total	2.132	100,00
	Ocupadas	1.528	71,67
	Não ocupadas	605	28,38
Total	Total	4.801	100,00
	Ocupadas	2.974	61,95
	Não ocupadas	1.827	38,05

Fonte: IBGE, 2014.

Outro dado que chama a atenção refere-se ao desempenho de atividades informais ou esporádicas, muito presentes na região, dada à sazonalidade do turismo de verão, que amplia as atividades relacionadas aos serviços (hotéis, restaurantes, atividades relacionadas ao esporte e lazer). As atividades esporádicas permanecem presente no cotidiano dos egressos. Do total de diplomados pesquisados, 27.59% desenvolvem paralelamente ao seu vínculo empregatício outra atividade como autônomo ou informalmente.

Ao ser questionada sobre a principal mudança trazida pela conclusão do curso, a maioria dos egressos apontou para o desempenho de atividades coerentes com a formação adquirida. Aqueles que já possuíam um vínculo empregatício destacaram o aumento salarial e a melhoria de condições de trabalho.

Os egressos informaram sobre o tempo que decorreu entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro emprego na sua área. Os dados demonstram uma transição para o mundo do trabalho da maioria pesquisada até o primeiro ano após a conclusão, conforme tabela a seguir.

Tabela 18 – Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro trabalho

Resposta	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
Nenhum. Consegui o primeiro trabalho na área durante o curso	2	1	6	1	10	11,4
menos de 1 mês	1	1	8	4	14	16
de 1 a 3 meses	3	2	1	1	7	8
de 3 a 6 meses	1	3	4	1	9	10,3
de 6 a 9 meses	2	1	4	1	8	9,1
de 9 a 12 meses	1	1	2	0	4	4,5
mais de um ano	8	0	4	1	13	14,9
até hoje não consegui trabalho na área de formação	10	2	2	2	16	18,3
já trabalhava na área	2	1	0	3	6	6,8
Total	30	12	31	14	87	100

Fonte: A autora, 2014.

Apesar de terem obtido o primeiro emprego na área de formação, o percurso de inserção profissional desses egressos tem sido marcado por transitoriedade no trabalho e dificuldade na estabilização no mercado de trabalho. Observa-se que 33 egressos conseguiram uma colocação rápida no mercado de trabalho (desde nenhum tempo de espera até seis meses). Em contrapartida, 25 tiveram mais dificuldade, compreendendo o tempo de espera de seis meses a mais de um ano e 16 até hoje não conseguiram atuar na área de formação. Evidenciou-se, ainda, que o curso com maior dificuldade de inserção profissional é o de Gestão Ambiental.

Das 87 respostas obtidas junto aos egressos, 68 informaram sobre primeiro emprego na área, considerando que 16 até o momento da pesquisa não haviam atuado na área e 3 não responderam.

Ao serem questionados sobre como obtiveram o primeiro trabalho na área, a maioria (34,4%) dos egressos apontou a influência das relações pessoais e

profissionais, ou seja, da rede de contatos. Esse dado remete à análise aos estudos de Granovetter (1983, 1985 e 1995), que afirma que as relações sociais são constituídas por redes de laços sociais, sendo que tais laços podem ser fortes ou fracos. A identificação de laços fortes e fracos é de fundamental importância para a explicação da dinâmica social.

Granovetter denomina esse processo de “embeddedness”, que pode ser traduzido como imbricação, incrustação e enraizamento. O referido autor faz uma diferenciação de dois tipos de imbricação: o relacional e o estrutural. O primeiro diz respeito aos laços fortes que o indivíduo estabelece. Compreende as pessoas com as quais o indivíduo tem mais contato, um maior vínculo e cumplicidade. Geralmente são os familiares e amigos de longa data. Entre essas pessoas, as informações chegam mais rápido. Já a imbricação estrutural relaciona-se aos laços fracos, que ligam pessoas que não possuem tanto contato, o vínculo é superficial.

Assim, o autor em debate defende uma perspectiva interacionista, demonstrando a importância de laços fracos, pois eles dinamizam as redes sociais. Já os laços fortes dão consistência e garantem que as redes não se acabem.

Seu argumento ganhou materialidade mediante um estudo de como as pessoas acessam o trabalho. Intitulado *Getting a job* (1995), Granovetter demonstra, por meio de uma pesquisa sobre acesso ao mercado de trabalho nos Estados Unidos, que a maioria dos pesquisados encontrara seus trabalhos por meio da influência dos laços fracos. Examinando a relação entre contatos de trabalho e da estrutura social, Granovetter reconhece a rede como o capital social dos sujeitos, que possibilita um trânsito maior ou menor.

Castel (2008) não se refere ao debate do sociólogo americano Granovetter, porém essa correlação é estabelecida na presente tese. Para Castel, dada à fluidez da vida contemporânea, os sujeitos encontram dificuldades de construir referências, sedimentar princípios, construir pontes, fixar posições. A transitoriedade, a ansiedade, a precariedade, o isolamento perpassam as relações. Vive-se um individualismo por falta de referências e não por excesso de investimentos subjetivos. Os laços fortes estão fragmentados, vulneráveis, em descrédito, em desuso, obsoletos. Os laços fracos ainda mais fracos, pífios, instantâneos, indeterminados.

Assim, se a análise limitar-se aos dois tipos de enraizamento propostos por Granovetter (laços fracos e laços fortes), a discussão restringe-se. Zukin e Dimaggio

(1990), partindo da crítica a Granovetter, ampliam seu conceito de enraizamento, acrescentando as dimensões culturais e políticas. Os referidos autores definem quatro tipos de enraizamento: cognitivo, cultural, social e político.

A noção de enraizamento cognitivo refere-se aos limites impostos pelos processos mentais ao exercício do raciocínio econômico, ou seja, a capacidade cognitiva dos agentes para agirem em contextos incertos; o enraizamento cultural faz referência à influência dos valores, normas e crenças coletivas sobre os objetivos e as estratégias econômicas; o enraizamento social diz respeito ao papel das redes sociais e, finalmente, a noção de enraizamento político, que aponta para o processo pelo qual as lutas de poder que envolvem os atores econômicos e as instituições não econômicas moldam as instituições e as decisões econômicas.

Enfatizam-se as contribuições da dimensão cultural e política na compreensão do processo de imbricação e na tessitura das redes. Mesmo em um contexto de fluidez, são os ritos, as normas, as crenças, os costumes, as tradições, as relações de poder que mobilizam uma densidade na constituição de laços.

Silva (2010) contribui com o debate ao relativizar a divisão entre laços fracos e fortes, considerando a relação direta entre a configuração das redes pessoais e o segmento social ao qual o sujeito pertence. Segundo a autora, os segmentos sociais com maior poder aquisitivo tendem a fazer uso de ambas as redes sociais, sendo que à medida que a condição social ao emprego é mais favorável, as relações sociais tendem a se fundir em uma só rede.

Ainda analisando o acesso ao primeiro trabalho na área de formação, os egressos informaram o tipo de contrato que estabeleceram, conforme tabela a seguir.

Tabela 19 – Tipo de vínculo empregatício do primeiro trabalho na área de formação

Tipo de vínculo	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
CLT	8	4	4	8	24	35,2
Contrato de trabalho por tempo determinado	6	4	3	0	13	19,1
Contrato de prestação de serviços	1	0	3	1	5	7,3
Informal	1	0	7	0	8	11,7
Autônomo	1	0	10	1	12	17,6
Estatutário	1	1	2	1	5	7,3
Bolsa de recém-formado	0	0	0	1	1	1,4
Total	18	9	29	12	68	100

Fonte: A autora, 2014.

A tabela anterior apresenta uma predominância de contratos celetistas. Todavia, os contratos de prestação de serviço, por tempo determinado, autônomos e informais, chamam a atenção, pois, se somados, totalizam 55,8% (38 egressos) e apontam para vínculos mais frágeis⁴¹ e provisórios no mercado de trabalho. D'Avila (2014) reitera essa constatação ao afirmar que os jovens profissionais experienciam as contradições engendradas no processo histórico de construção cultural da coletividade e dos processos de trabalho. Os vínculos laborais estão marcados pela precariedade e provisoriedade e a sociedade pela rapidez e efemeridade.

Outro dado que reporta às características e às especificidades dos cursos em estudo, é a predominância da atuação na área de serviços. Dos 68 egressos que obtiveram o primeiro trabalho na área, 82% estavam na área de serviços.

A professora Natália Alves (2014), da Universidade de Lisboa, diferencia inserção profissional de transição para o trabalho. Segundo a autora, a transição compreende o período que decorre entre a conclusão da formação e a obtenção do primeiro emprego. A inserção profissional compreende um processo, cada vez mais longo, até à obtenção de uma posição estabilizada no mercado de trabalho. O que está em causa é o tipo de emprego que se obtém. É por isso que o processo de inserção profissional não se confina ao acesso ao primeiro emprego. Nessa perspectiva, a inserção profissional é o termo que designa as dificuldades dos jovens em acessar a uma posição estável no mercado de trabalho, a pertencerem ao núcleo de relação salarial e a assumirem-se como cidadãos de pleno direito numa sociedade na qual o emprego é a principal fonte de construção das identidades sociais e profissionais.

Essa reflexão fundamenta-se empiricamente, pois após dois anos da formatura, 39% (34 dos egressos) informaram que permaneciam no trabalho na área de formação obtido antes da conclusão do curso ou no primeiro trabalho na área; 27,5% (24 diplomados) estavam atuando na área, porém em outro trabalho, e os demais estavam trabalhando em outra área, desempregados ou dedicando-se a alguma formação, como mestrado ou residência multiprofissional.

⁴¹ A aprovação do Projeto de Lei 4330/04 (BRASIL, 2004), que regulamenta os contratos de terceirização no setor privado e para as empresas públicas, no dia 8 de abril de 2015, sinaliza o agravamento do processo de precarização, fragilização e provisoriedade dos contratos, haja vista que o projeto de lei amplia a possibilidade de terceirização para todos os setores e atividades de uma empresa.

Referente aos diplomados que mudaram de trabalho, evidencia-se a informação de três egressas de Fisioterapia sobre a conciliação de dois vínculos de trabalho, bem como se destaca a busca por concurso público, uma estratégia no país de conquista de estabilidade no trabalho.

As informações acerca das experiências de desemprego ou de atuação em outra área foram abordadas apenas no momento da aplicação do instrumento, sendo que não há dados sobre esses temas referentes ao período progressivo.

O período de preenchimento dos formulários *on-line* foi de 02/07/2014 a 14/08/2014, sendo que as informações referentes ao momento atual correspondem às respostas dos egressos fornecidas neste interstício, conforme tabela 20 a seguir.

Tabela 20 – Situação profissional no momento atual

Resposta	GA	SS	FISIO	GE	Total	%
Estou no trabalho que tinha dois anos após a conclusão do curso	5	3	6	5	19	21,8
Estou em um trabalho na área de formação diferente daquele que tinha dois anos após a conclusão do curso	1	2	3	2	8	9,1
Estou desempregado	9	0	3	1	13	14,9
Estou trabalhando em outra área	9	2	4	4	19	21,8
Estou no primeiro trabalho na minha área de formação	0	1	3	1	5	5,7
Estou em outro trabalho na área de formação	6	4	12	1	23	26,4
Total	30	12	31	14	87	100

Fonte: A autora, 2014.

A Tabela 20 demonstra que 55 egressos (63,2%) estão atuando na área de formação. Considerando que se formaram em 2009 e 2010, estavam em média 4 a 5 anos no mercado de trabalho. O fato de apenas 19 egressos terem permanecido no mesmo trabalho que tinham dois anos após a conclusão do curso demonstra a transitoriedade no processo de inserção profissional. Esse fator também pode ser correlacionado ao fato de 23 egressos estarem em outro trabalho na área de formação. As dificuldades de inserção profissional são expressas pelo desemprego de 13 egressos e pelo trabalho em outra área por 19 egressos.

Outra análise que possibilita identificar o processo de transitoriedade e retardamento do período de estabilização no mercado de trabalho é a diminuição do percentual de egressos inseridos na área de formação, se comparados os três momentos pesquisados. O primeiro trabalho na área compreendeu 78% dos

egressos; dois anos após a formatura, o percentual caiu para 66,6% e no momento da pesquisa estava em 63,2%. Essa análise corrobora para a validação da hipótese 1.

O percentual maior logo após a conclusão da graduação pode relacionar-se ao desejo expresso nas entrevistas por adquirir experiência profissional, mesmo que em um primeiro momento o retorno financeiro e as condições de trabalho não estejam de acordo com as expectativas. Da mesma forma, a diminuição do percentual nos anos subsequentes pode relacionar-se ao acesso à outra área de formação, ao prolongamento dos estudos em nível de mestrado e doutorado, bem como à experiência de desemprego.

As especificidades nos cursos também foram identificadas e compõem o universo de discussão, sendo que os gestores ambientais demonstram maior dificuldade de inserção profissional, considerando o número de desempregados e o número de egressos atuando em outra área. A transitoriedade e rotatividade também podem ser correlacionadas aos fisioterapeutas, já que 12 estão em outro trabalho na área de formação, ou seja, no mínimo no terceiro trabalho após a conclusão do curso, posto que foram questionados sobre o primeiro trabalho na área, dois anos após a conclusão e no momento atual.

Ao serem inquiridos sobre os motivos de se manterem em outra área de atuação, os entrevistados evidenciaram as dificuldades de inserção profissional na área de formação, as poucas opções de inserção profissional no litoral do Pará e as garantias já conquistadas no trabalho atual, como estabilidade e perspectiva de carreira. Os 19 egressos informaram as áreas nas quais estão atuando, conforme quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Áreas de atuação dos egressos que não estão atuando na área de formação

Gestão Ambiental	Serviço Social	Fisioterapia	Gestão e Empreendedorismo
1. Comércio Construção Civil 2. Projeto Social 3. Educação 4. Educação 5. Suporte Técnico Operacional / Confeitaria 6. Educação (Professora de Matemática) 7. Manutenção Industrial 8. Administrativa 9. Gestão da Informação	1. Educação (Professora Municipal) 2. Motorista	1. Comércio 2. Bancária 3. Bancária 4. Administrativa	1. Securitizadora 2. Educação 3. Fotografia 4. Serviços

Fonte: A autora, 2014.

D'Ávila (2014) identificou que os jovens profissionais aplicam seus esforços no sentido de conquistar uma vaga de trabalho na esfera pública ou em grandes empresas, capazes de oferecer-lhes estabilidade, ou seja, uma “saída” para escapar da instabilidade observada no mercado de trabalho e também da experiência das gerações anteriores. Contudo, esses trabalhos geralmente não são nas suas respectivas áreas de formação e constituem-se em atuações provisórias, na perspectiva de inserirem-se profissionalmente nas suas áreas.

As entrevistas esclarecem essas situações ao apontarem para as especificidades dos cursos investigados. No caso do curso de Fisioterapia, a concorrência no mercado de trabalho e a desvalorização profissional são evidenciadas como entraves para o processo de inserção profissional. Já quanto ao curso de Gestão Ambiental, a inserção profissional é tangenciada pela crescente demanda da área ambiental e pela carência de postos efetivos de trabalho na referida área. Além disso, um dos entrevistados esclareceu que ao abrir uma empresa de consultoria na área ambiental, esta só poderá concorrer em licitações públicas mediante comprovação de experiência de no mínimo cinco anos, o que inviabiliza essa opção aos recém-graduados.

Em contrapartida, somente no litoral, há 32 unidades de conservação (entre Estações Ecológicas, Parques Nacionais, Áreas de Preservação Ambiental, Área Especial de Interesse Turístico e Reservas Particulares do Patrimônio Natural), tanto em áreas terrestres como em áreas marinhas (GOÉS, 2014), sendo que existe uma defasagem de profissionais atuando nessas unidades.

Segundo a entrevista realizada pela pesquisadora Liz Meira Goés (2014), com o representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁴² atuante na região, “[...] o próprio órgão apresenta debilidade de funcionários para executar as atividades. Deveriam existir quarenta funcionários, mas existem três funcionários no Parque Saint Hillaire/Lange”. A mesma autora aponta também a defasagem de pessoal no Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que há mais de 22 anos não contrata novos colaboradores.

Conforme a Tabela 21, 13 egressos encontravam-se desempregados no momento da aplicação do questionário.

⁴²O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Tabela 21 – Tempo de desemprego

RESPOSTA	GA	FISIO	GE	TOTAL
MENOS DE 1 MÊS	2	2	0	4
DE 3 A 6 MESES	1	0	0	1
DE 6 A 9 MESES	1	1	1	3
MAIS DE UM ANO	5	0	0	5
TOTAL	9	3	1	13

Fonte: A autora, 2014.

A tabela expressa maior dificuldade dos gestores ambientais de acesso ao trabalho. Ao serem questionados sobre as razões que contribuíram para a situação de desemprego, dois apontaram razões provenientes do empregador, devido à demissão e ao término do contrato. Os outros apontaram razões de origem pessoal relacionadas às expectativas referentes ao trabalho (remuneração, possibilidades de progredir na carreira e demandas do trabalho).

A necessidade de tempo para preparar-se para concurso requer destaque, haja vista ser esta, na atualidade, uma busca recorrente devido à estabilidade trazida.

A incompatibilidade entre a escolaridade acessada e os postos de trabalho disponíveis, apontada por outros estudos, expressa-se também na realidade dos pesquisados. Ao serem questionados sobre as condicionalidades para aceitar um trabalho, os investigados apontaram para a adequação do posto de trabalho e da remuneração à formação acessada. Os distanciamentos nessa relação apontam para situações de sobrequalificação⁴³, desemprego e rotatividade no trabalho, que corroboram para a validação da hipótese 1.

Os egressos em situação de desemprego informaram ainda que a manutenção de vínculos econômicos com a família e outros rendimentos próprios têm sido as medidas adotadas por eles para a subsistência durante o período de ausência de trabalho. Destacaram ainda que o reingresso na Universidade (outra graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado) e a contínua realização de

⁴³Esteves (2009) utiliza o termo *overeducation* para referir-se à incompatibilidade entre a educação acessada e a requerida, em outros termos, quando a oferta de mão de obra qualificada supera a sua demanda.

concursos e processos seletivos são as principais estratégias adotadas para aumentar as possibilidades de uma nova colocação no mercado de trabalho.

Mesmo com todas as mudanças nos arranjos familiares e na concepção de família na contemporaneidade, é da família de vem a principal fonte de apoio nos momentos de dificuldades. Destaca-se também a continuidade dos estudos, como uma estratégia frente ao desemprego.

Outro ponto que interfere no processo de inserção profissional são as especificidades da área. Referente aos cursos pesquisados, pode-se considerar que os fisioterapeutas possuem um reconhecimento profissional, uma trajetória consolidada e a compreensão da sociedade sobre seu fazer profissional. No entanto, vivenciam a concorrência acirrada. Os gestores empreendedores são comparados aos administradores, tendo um amplo espectro de atuação na área administrativa e de gestão, mas também concorrem com economistas, contabilistas e graduados em administração. Os assistentes sociais ganharam mais visibilidade a partir da implementação de políticas públicas, desde a promulgação da Carta Magna, em 1988. No entanto, convivem com baixos salários e com a dependência dos concursos públicos. Já os gestores ambientais, por ser uma profissão recente no Brasil, carecem de um reconhecimento público da sua especificidade, bem como de uma identidade profissional. Por outro lado, por ser uma formação generalista, possuem um amplo espectro de possibilidades de atuação, sem a definição de atribuições privativas e concorrem com engenheiros civis, ambientais, sanitaristas, agrônômicos, florestais; arquitetos e urbanistas; biólogos; oceanógrafos; geólogos; geógrafos; sociólogos; advogados; entre outros.

Segundo os gestores ambientais entrevistados, o desconhecimento das possibilidades de atuação do gestor ambiental faz com que os empregadores busquem profissionais da área ambiental há mais tempo no mercado de trabalho. Outro elemento dificultador é a impossibilidade de os gestores ambientais assinarem como responsáveis técnicos em laudos, pareceres, relatórios e planos de gestão. A assinatura de responsabilidade técnica tem como condicionalidade a vinculação do remetente a um conselho profissional. Diante disso, há um debate intenso no interior do curso de graduação, bem como entre os egressos, sobre a formação de um conselho profissional próprio ou a vinculação a um conselho já existente⁴⁴.

⁴⁴Segundo a professora Dra. Liliani Tiepolo, atualmente os gestores ambientais têm a opção de vincular-se aos Conselhos Regionais de Química.

Em contrapartida, uma das entrevistadas relatou que foi contratada no local no qual realizou estágio e permaneceu durante cinco anos atuando na área ambiental. Seu depoimento esclarece as inúmeras possibilidades de trabalho para essa profissão. A referida egressa afirmou que realizava planejamento, zoneamento e programas para manejo das áreas a serem estudadas, a estruturação gráfica, a definição dos pontos de avaliação ecológica, bem como realizava a versão final dos relatórios produzidos pela equipe.

Os dados reiteram a inserção profissional como um processo multidimensional, que se alongou e se complexificou diante das inseguranças trazidas pelas transformações estruturais, econômicas e políticas da contemporaneidade. Traduz-se na capacidade de o indivíduo manter-se profissionalmente ativo, ainda que com interrupções e paragens no seu percurso, envolvendo uma heterogeneidade de atores e de fatores, quer de natureza econômica, quer de tipo social e cultural. Os depoimentos dos egressos apontam que as trajetórias, demandas e especificidades da profissão também compõem esse processo.

Reafirma-se que a dinâmica do mercado de trabalho expressa-se na trajetória individual do sujeito, recaindo sobre esse a responsabilidade pela sua empregabilidade. Por isso a necessidade de politização do debate, considerando que o processo de inserção profissional está relacionado também a outros fatores, tais como condições sociais, oportunidades e ofertas no mercado de trabalho, conjuntura econômica, bem como as demandas e movimentações da região na qual o trabalhador está inserido, enfim, às especificidades do processo de acumulação capitalista tanto em escala⁴⁵ macroeconômica quanto em escala local.

A análise da situação de trabalho no momento da aplicação do questionário evidencia que 19 egressos mantiveram-se no mesmo trabalho que tinham dois anos após a conclusão do curso. Desses, 12 permanecem no primeiro trabalho na área de formação. A Tabela 22 explicita o tipo de contrato de trabalho dos 55 egressos que atuam na área.

⁴⁵O termo escala remete a uma discussão profícua sobre a relação entre análises macro e micro. Castro (2000) afirma que não há hierarquia entre macro e microfenômenos, pois ambos contêm o real e são projeções mais ou menos aumentadas da realidade. Dessa forma, a escala é uma projeção do real, mas a realidade permanece sendo a sua base de constituição e contestação, já que o real só pode ser apreendido por representação e por fragmentação, dada nossa limitada capacidade de apreendê-lo em sua totalidade.

Tabela 22 – Tipo de contrato de trabalho dos egressos que estão atuando na área de formação

Resposta	GA	%	SS	%	FISIO	%	GE	%	Total	%
CLT	3	30	5	50	6	24	5	50	19	35
Contrato de trabalho por tempo determinado	2	20	2	20	1	4	0	0	5	9
Contrato de prestação de serviços	0	0	0	0	1	4	2	20	3	5
Informal	1	10		0	1	4		0	2	4
Autônomo	1	10		0	8	32	1	10	10	18
Estatutário	1	10	3	30	6	24	1	10	11	20
Microempresário	2	20		0	2	8	1	10	5	9
Total	10	100	10	100	25	100	10	100	55	100

Fonte: A autora, 2014.

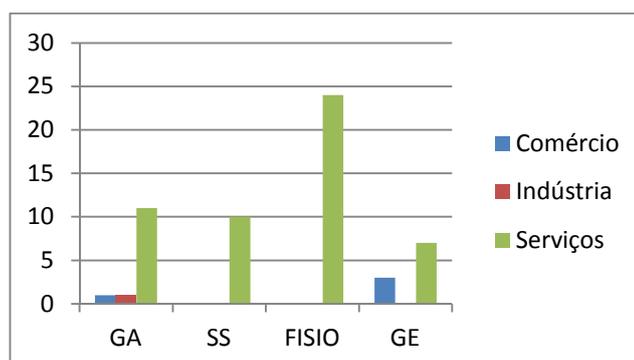
Os dados confirmam a tendência de atuação como profissional liberal dos fisioterapeutas. Ao somarmos contrato por prestação de serviços, autônomos e microempresários, temos 44%. Essa característica também está presente nos gestores ambientais, cuja predominância está na execução de projetos com prazos definidos. Já os assistentes sociais, mesmo sendo considerados como profissionais liberais pela Lei 8662/93 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993), possuem contratos por tempo determinado, celetistas ou estatutários.

Os bacharéis em Gestão e Empreendedorismo estão distribuídos em contratos de prestação de serviços, celetistas e outros. Entre os respondentes, 71,43% estão atuando em instituições de direito privado (micro, pequenas e médias empresas⁴⁶). Pode-se relacionar esse dado ao crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil, bem como a ampliação do limite do enquadramento de Microempreendedor Individual (MEI). Segundo o ministro da secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 84% do saldo de geração líquida de empregos do país nos últimos dez anos. Em 2010, as MPEs cresceram 19,8%. Em 2011, 8,6%. Em 2012, o crescimento chegou aos 14% e, em 2013, 7,5% (CRUZ; LANSKY, 2014).

⁴⁶O Sebrae (2015) utiliza o critério por número de empregados do IBGE como critério de classificação do porte das empresas, para fins bancários, ações de tecnologia, exportação e outros. Na indústria, a classificação é: Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados e Grande: mais de 500 empregados. No Comércio e Serviços, Micro: até 9 empregados; Pequena: de 10 a 49 empregados; Média: de 50 a 99 empregados e Grande: mais de 100 empregados (SEBRAE, 2015).

Esse dado relaciona-se também à concentração dos gestores empreendedores e dos demais pesquisados no setor de serviços⁴⁷, conforme gráfico a seguir.

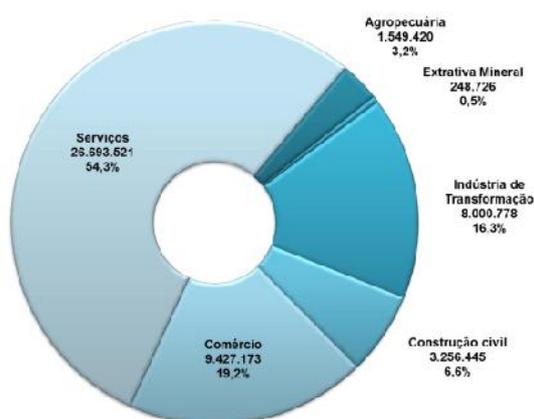
Gráfico 4 – Setor de atividade da instituição/empresa na qual os egressos atuam



Fonte: A autora, 2014.

O Gráfico 4 apresenta coerência com a tendência nacional, que tem registrado uma importante concentração de trabalho no setor de serviços, conforme gráfico 5 elaborado pela Confederação Nacional dos Serviços.

Gráfico 5 – Distribuição do emprego por setor, até junho de 2014

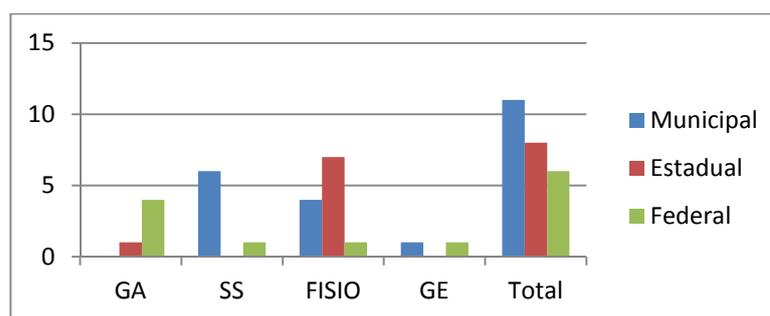


Fonte: Confederação Nacional dos Serviços, 2015.

⁴⁷Pochmann (2014) afirma que o Brasil vive um quadro de esvaziamento do setor industrial. Nos anos de 1980, a indústria respondia por uma média de um terço do PIB e hoje por volta de 20%. Um dos reflexos desse processo é a difusão de empregos vinculados a serviços pessoais, sociais de distribuição, cuja qualidade é menor do que os empregos nas indústrias.

Quanto ao tamanho da instituição/empresa em que atuam, 45,45% dos egressos informaram que estão em instituições de grande porte e de direito público, ocorrendo uma predominância da esfera municipal, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Discriminação das esferas das organizações de direito público



Fonte: A autora, 2014.

Esse dado pode ser relacionado ao processo de descentralização das políticas públicas deflagrado com a Constituição de 1988. Ao introduzir o princípio da descentralização político-administrativa, a Carta Magna apontou para a necessidade de maior distribuição de competências entre união, estados e municípios. A descentralização torna-se uma exigência tendo em vista a dimensão territorial do país e o alto grau de heterogeneidade e desigualdades socioterritoriais existentes entre os municípios e regiões. Assim, o município foi reconhecido como ente federado o que, em tese, significa ser dotado de autonomia, poder de decisão e capacidade administrativa para gerir as políticas (BREVILHERI; NARCISO; PASTOR, 2014).

Esse processo gerou o crescimento ⁴⁸ do número de trabalhadores vinculados às prefeituras dos municípios do país, por meio de concursos públicos,

⁴⁸Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2013, houve um crescimento de 31,7% da quantidade de funcionários públicos municipais em sete anos. A pesquisa agrupa nesse montante funcionários concursados, comissionados e os terceirizados. Um dos motivos apontados pela pesquisa para esse crescimento é que houve um aumento considerável das obrigações da administração municipal por causa da redistribuição de poderes e redefinições de atribuições entre união, estados e municípios. Para exemplificar, é citado o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem os recursos repassados pelos governos federal e estadual para que os municípios administrem (FREITAS, 2013).

contratos de prestação de serviços, comissionados e celetistas. Esse dado relaciona-se, ainda, à legislação vigente de políticas públicas, como assistência social, educação e saúde⁴⁹, por exemplo, que condicionam o repasse de recursos à contratação de equipe técnica responsável para a execução dela.

No caso da política de saúde, o atendimento de alta complexidade ocorre nos hospitais, em cidades estratégicas, que atendem à região. Esses de responsabilidade do Estado. Por isso, há uma concentração de fisioterapeutas com vínculo na esfera estatal. Duas das entrevistadas afirmaram que 2009 foi o “ano dos concursos”, com predominância para vagas na esfera estadual.

Já as assistentes sociais estão concentradas nas prefeituras, nas políticas de saúde e assistência social, com atuação nas áreas de elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas (OLIVEIRA et al., 2013).

Observa-se que os gestores ambientais pesquisados que possuem vínculo com a esfera pública estão concentrados nas instituições estaduais e federais. Pode-se inferir que corrobora para esse dado o fato de haver uma indefinição sobre as competências entre as três esferas, ocorrendo uma concentração na esfera federal.

Na área ambiental, União, Estados e Distrito Federal têm competência legislativa concorrente. Cabem aos municípios suplementar as legislações das demais esferas e legislar sobre temas de interesse local. A política ambiental é de responsabilidade compartilhada; portanto, cabe às diferentes esferas de governo acordarem sobre a divisão de tarefas de forma que todas as áreas sejam cobertas sem sobreposição. (IBGE, 2013, p. 69).

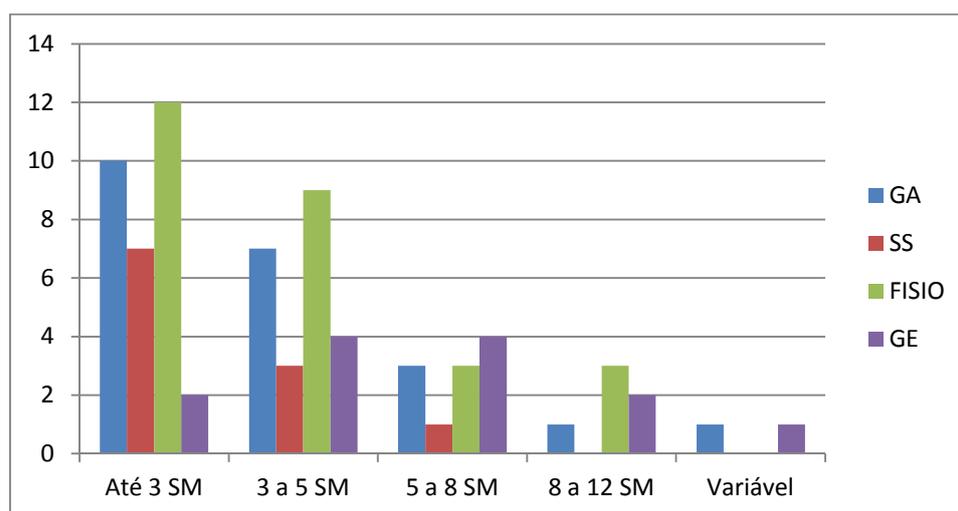
A área ambiental cresce em importância, dadas às inúmeras manifestações da natureza frente à ação antrópica (catástrofes, enchentes, secas, extinção de espécies da flora e fauna, ameaças ambientais). Entretanto, apesar da importância ambiental, o metabolismo do capital, discutido no capítulo 2 dessa tese, mantém sua lógica perversa e predatória, subjugando os interesses e demandas da

⁴⁹ A norma operacional NOB RH/SUAS determina a composição das equipes mínimas para os equipamentos sociais da política pública de assistência social (BRASIL, 2012). Na educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) distribui os recursos de maneira igualitária para os estados, Distrito Federal e municípios de acordo com o número de alunos matriculados, conforme os dados do censo escolar. O Fundeb será, até 2020, constituído de 20% de impostos e transferências constitucionais e de uma parcela de complementação da União para aqueles entes que não conseguirem alcançar o valor mínimo por aluno, fixado nacionalmente (BRASIL, 2012a). Na política de saúde, o *Pacto de Gestão do SUS* visa tornar mais claras as atribuições e dar maior autonomia aos estados e municípios, definindo responsabilidades em cada esfera de governo, com ênfase à descentralização, à regionalização, ao financiamento, à programação pactuada e integrada, à regulação, à participação e ao controle social, ao planejamento, à gestão do trabalho e à educação na saúde (BRASIL, 2006).

natureza. Um dos reflexos desse processo é a contradição entre uma imensurável necessidade de técnicos capazes de atuar no manejo, na preservação, no controle e na minimização dos impactos ambientais e a dificuldade de inserção profissional destes, entre eles os gestores ambientais. O IBGE (2013) exemplifica esse “gap” ao identificar que apenas 25,5% dos municípios brasileiros implantaram o programa “Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”, mesmo sendo a elaboração desse a condição para os municípios acessarem recursos, incentivos e financiamentos do governo federal.

Os egressos que estão atuando na área de formação também informaram a média de suas rendas, conforme gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 – Renda em salários⁵⁰



Fonte: A autora, 2014.

Desse universo de diplomados que estão atuando na área de formação, 68% estão com renda de até cinco salários-mínimos. Destaque para um fisioterapeuta que possui o maior salário, contudo ele é proveniente de uma carga horária de 60 horas semanais divididas entre dois vínculos estatutários (municipal e estadual).

Segundo Mota (2014), a remuneração média dos admitidos com diploma de nível superior no ano de 2013⁵¹ foi de R\$ 2.683,19. Já Neumann (2014), a partir de

⁵⁰O salário-mínimo no Brasil, em julho e agosto de 2014, meses do preenchimento do questionário *on-line*, era de R\$ 724,00.

⁵¹O salário-mínimo no Brasil no ano de 2013 foi de R\$ 678,00. Assim, podemos afirmar que, em média, os admitidos com nível superior recebiam o equivalente a 3,9 salários.

entrevista com o coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), Naércio Aquino Menezes Filho, considera que à medida que as pessoas avançam na escolaridade, há um aumento na renda. Por outro lado, o retorno salarial depende do curso superior feito, haja vista a democratização do Ensino Superior, infelizmente acompanhada pela deteriorização da qualidade dos cursos.

Diante desse cenário, a busca por pós-graduação aparece como diferencial. A pesquisa do Insper mostra que a procura por profissionais com esse nível de qualificação cresce acima da oferta. Em 2003, a diferença era de 46% e passou para 63% em 2013 (NEUMANN, 2014). Assim, o prolongamento dos percursos formativos tem sido um mecanismo de enfrentamento, adotado pelos jovens, frente à incerteza quanto ao valor do diploma, promovendo a permanência do sujeito na universidade e caracterizando-se como uma estratégia para melhor colocação no mercado.

Prandi (1982) relaciona esse processo à Teoria da Escola *Parking*, segunda a qual a universidade desempenha uma função de manter por mais tempo a população jovem afastada do escasso mercado de trabalho, retardando a entrada deles na vida ativa.

A competitividade e a insegurança do mercado de trabalho corroboram para o prolongamento dos estudos, sendo a permanência na Universidade, seja cursando outra graduação ou ascendendo à pós-graduação, uma forma de incrementar o currículo e as alternativas de inserção profissional.

Pochmann (2007) aponta que as economias desenvolvidas têm utilizado cada vez mais o dispositivo de alongamento da inatividade dos jovens como alternativa de elevação do conhecimento e da cultura, bem como estratégia de administrar a crise do emprego.

Ao serem questionados sobre a continuidade dos estudos, 75,8% dos egressos afirmaram que frequentaram ou estão frequentando outra formação de âmbito acadêmico (outra graduação, especialização, mestrado ou doutorado). A especificação das formações acessadas está na Tabela 23 a seguir.

Tabela 23 – Formação de âmbito acadêmico, acessada pelos egressos após conclusão do curso de graduação na UFPR, Setor Litoral.

Resposta	GA	%	SS	%	FISIO	%	GE	%	Total	%
Graduação	5	17	2	17	0	0	3	25	10	12
Especialização	14	48	8	67	19	68	9	75	50	62
Mestrado	7	24	2	17	7	25	0	0	16	20
Doutoramento	3	10	0	0	0	0	0	0	3	4
Residência										
Multiprofissional em Saúde	0	0	0	0	1	4	0	0	1	1
Cursos de aperfeiçoamento	0	0	0	0	1	4	0	0	1	1
Total	29	100	13	100	28	100	12	100	81	100

Fonte: A autora, 2014.

Os egressos informaram as áreas de formação acessadas, conforme Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Áreas de graduação acessadas pelos egressos após a diplomação na UFPR, Setor Litoral.

Área: Graduação		
GA	Serviço Social	GE
1-Ciências Biológicas	1-Licenciatura em história	1-Ciências Contábeis
1-Engenharia de Computação	1-Saúde coletiva	1-Direito
1-Licenciatura em ciências		1-Licenciatura em Linguagem e Comunicação
1-Medicina Veterinária		
1-Teologia		
Total: 5	Total: 2	Total: 3

Fonte: A autora, 2014.

Os egressos apontaram para a segunda graduação como uma alternativa de atuação em outra área, como estratégia para progredir na carreira, bem como de complementação à primeira graduação.

Os diplomados pesquisados também informaram as áreas de pós-graduação acessadas, sendo que se pode afirmar que eles estão dando continuidade ao percurso acadêmico na mesma área disciplinar.

Observa-se que as principais motivações na continuidade dos estudos estão relacionadas ao aperfeiçoamento das atividades profissionais e aos projetos realizados. As demais razões referem-se ao acesso ao trabalho.

Nesse sentido, recorre-se à produção de Valéria Mattos, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem dedicado suas pesquisas sobre o fenômeno do alongamento dos estudos. A referida autora aponta para a

necessidade de se distinguir a aprendizagem como um processo inerente da vida, que possibilita ampliação do conhecimento, interlocução qualificada com a realidade, fortalecimento de argumentos e capacidade analítica; da concepção de educação continuada que “[...] apregoa a pedagogia do capital, que está a serviço de uma lógica mercantil e utilitarista, com intuito de atender aos desígnios do mercado” (MATTOS, 2011, p. 121).

Pochmann (2007) aponta para as inadequações existentes no formato da transição do atual sistema educacional para o complexo mundo do trabalho. Defende uma concepção de educação ao longo da vida, comprometida com a aprendizagem teórica e prática, capazes de potencializar as oportunidades do conhecimento, a identificação dos desafios da contemporaneidade e as competências e habilidades laborais (técnicas, tecnológicas, informacionais, relacionais, cognitivas) demandadas pelo mundo do trabalho.

Os entrevistados, quando questionados sobre seus projetos futuros e o planejamento de suas carreiras, apontaram para a preparação para concursos públicos com vistas a salários melhores, para a continuidade dos estudos em nível de mestrado e doutorado e para a expansão de seus empreendimentos.

D’Avilla (2014) também identificou a busca por concursos públicos como um projeto no horizonte dos egressos de sua pesquisa. Tanto na pesquisa da referida autora quanto nessa, os diplomados que já possuem um vínculo estatutário vislumbram um novo concurso. A estabilidade conferida pelo serviço público permite realizar a gestão da própria trajetória e, assim, preparar-se para novos concursos. Da mesma forma, o prolongamento dos estudos em nível de mestrado e doutorado e a possibilidade de carreira acadêmica. Quanto a essa última alternativa, Mattos (2012), ao pesquisar egressos de cursos de bacharelado e licenciatura, que acessaram programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, afirma que o ingresso na carreira docente mostra-se como uma entre outras opções de prática laboral para os bacharéis, que acrescida à assunção da pós-graduação nos últimos anos, torna-os mais preparados, dado o caráter técnico de suas formações. A carreira acadêmica é concebida pelos egressos como uma possibilidade de melhores salários, mesmo que nos últimos anos essa tenha vivenciado um processo ascendente de precarização e de heteronomia.

Diante do acúmulo de dados gerados e da correlação entre eles, buscou-se a ferramenta da análise multivariada, que possibilita a visualização das conexões e

associações entre as variáveis qualitativas. No próximo item, os resultados obtidos por meio desse recurso são apresentados e contribuem para complementar e confirmar as conclusões enunciadas sobre o processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral.

4.5 DISCUSSÕES A PARTIR DA ANÁLISE MULTIVARIADA – CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

A análise multivariada refere-se a um conjunto de técnicas estatísticas que buscam a análise simultânea de variáveis. Pode ser definida como um conjunto de métodos que permite a análise simultânea dos dados recolhidos para um ou mais conjuntos de indivíduos (populações ou amostras), caracterizados por mais de duas variáveis correlacionadas entre si, sendo que as variáveis podem ser quantitativas ou qualitativas (RODRIGUES; PAULO, 2007, p. 3).

A aplicação da análise multivariada deu-se a partir da construção de uma matriz de dados do tipo “indivíduos” por “variáveis”. As linhas foram formadas pelos 87 egressos que responderam ao questionário *on-line* e as colunas pelas variáveis agrupadas.

Entre as possibilidades de análise multivariada, está a análise de correspondência múltipla⁵², que examina relações geométricas do cruzamento de variáveis categóricas nominais, a partir da associação entre elas, verificadas por meio das proximidades e dos distanciamentos entre os pontos distribuídos em projeção plana (PEREIRA, 2004). A análise de correspondência múltipla consiste

[...] em uma técnica de análise exploratória de dados multivariados que permite a visualização das relações mais importantes de um grande conjunto de variáveis sem uma estrutura definida *a priori*. Os resultados desta análise são apresentados por meio de gráficos onde todas as categorias das variáveis envolvidas são apresentadas em conjunto, permitindo assim visualizar mais facilmente as relações entre elas. Cada categoria é representada por um ponto no gráfico. A distância entre os pontos permite visualizar as relações existentes. (PINTO; ASSIS, 2013, p. 292).

⁵²Outros estudos que utilizaram essa mesma técnica: Pinto e Assis (2013) fizeram uso da análise de correspondência múltipla para verificar a associação entre as situações de violência na família, na escola e na comunidade, vividas e presenciadas por crianças e adolescentes do município de São Gonçalo; Alves, Fernandes e Reis (2009) recorreram à técnica de análise de correspondência múltipla para descrever o perfil do trabalhador da cultura de tomate de mesa em Goiás; e Leme (2012) verificou a correspondência entre as variáveis: curso, classe social e desejo pelo magistério junto aos estudantes ingressantes das licenciaturas em Pedagogia, Física e Matemática, da Universidade de São Paulo.

A decisão de inserir essas análises fundamentou-se na identificação de outra perspectiva de discussão dos mesmos dados, possibilitando a aproximação e o estudo de ferramentas até então desconhecidas pela pesquisadora. Além disso, a análise de correspondência múltipla trouxe maior densidade na confirmação das hipóteses.

Assim, para realizar essas análises, optou-se por fazer alguns agrupamentos, com base no estudo dos percentuais de respostas. No momento da pesquisa, dos 87 respondentes, apenas 55 estavam inseridos profissionalmente nas suas respectivas áreas de formação, 13 estavam desempregados e 19 estavam atuando em outras áreas. Nos desempregados estão contidos os sete egressos que estão cursando outra graduação, mestrado ou doutorado. O vínculo com esses cursos possibilita o acesso à bolsa de estudos e, por consequência, maior dedicação à formação e condições de permanência na Universidade. Todavia, não garante direitos trabalhistas. Por isso, optou-se por classificá-los como desempregados.

Foram definidos sete agrupamentos, na perspectiva de analisar o objeto de estudo sob essas sete dimensões. Assim, sete mapas foram gerados, com as seguintes denominações: mapa 1: características sociodemográficas; mapa 2: ambiente sociofamiliar; mapa 3: trajetória na Universidade; mapa 4: diferentes momentos de inserção profissional; mapa 5: inserção profissional na área no momento da pesquisa; mapa 6: prolongamento dos estudos e mapa 7: mobilidade dos egressos. Na sequência, os referidos mapas são apresentados, com as respectivas variáveis, construídas com base nos agrupamentos realizados.

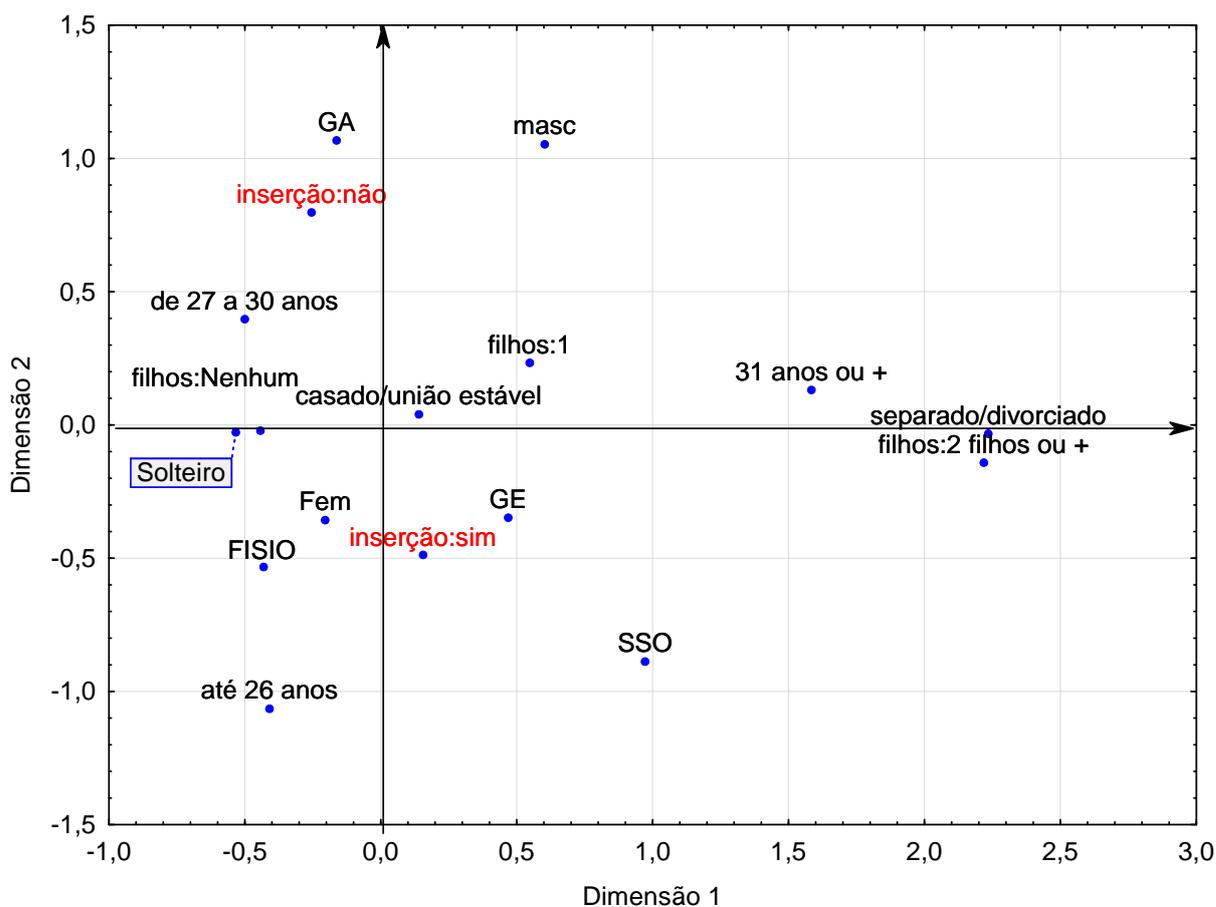
O agrupamento que gerou o mapa 1 teve como fundamento que as características do perfil dos egressos interferem tanto na escolha do curso quanto no processo de inserção profissional. Para tanto, foram agrupadas as seguintes variáveis que compõem as características sociodemográficas:

1. Idade – 3 agrupamentos: até 26 anos; de 27 a 31 anos e 31 anos ou mais.
2. Sexo – masculino e feminino.
3. Estado civil – 3 agrupamentos: solteiros, casados ou união estável e separados ou divorciados.
4. Número de filhos – 3 agrupamentos: nenhum, um filho, dois ou mais filhos.
5. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.
6. Inserção profissional na área no momento da pesquisa – 2 agrupamentos.
Inserção: sim e não, considerando que na opção não estão incluídos os

egressos que afirmaram estar trabalhando em outra área, os desempregados e os que estão na condição de bolsistas de estágio (outra graduação), mestrado ou doutorado.

O mapa 1 demonstra a associação entre os cursos de Serviço Social e Fisioterapia e o sexo feminino, profissões historicamente marcadas pelo gênero feminino. A projeção possibilita relacionar que os egressos dos cursos de Serviço Social, Gestão e Empreendedorismo e Fisioterapia casados, com idade de 27 a 30 anos, sem filhos ou com um filho demonstram maior associação com a inserção profissional. Reafirma-se, dessa forma, a discussão sobre o adiamento da chegada dos filhos e a diminuição do número de filhos na contemporaneidade (vide nota de rodapé 37).

Figura 1 – Mapa de correspondência para as características sociodemográficas



Fonte: A autora, 2015.

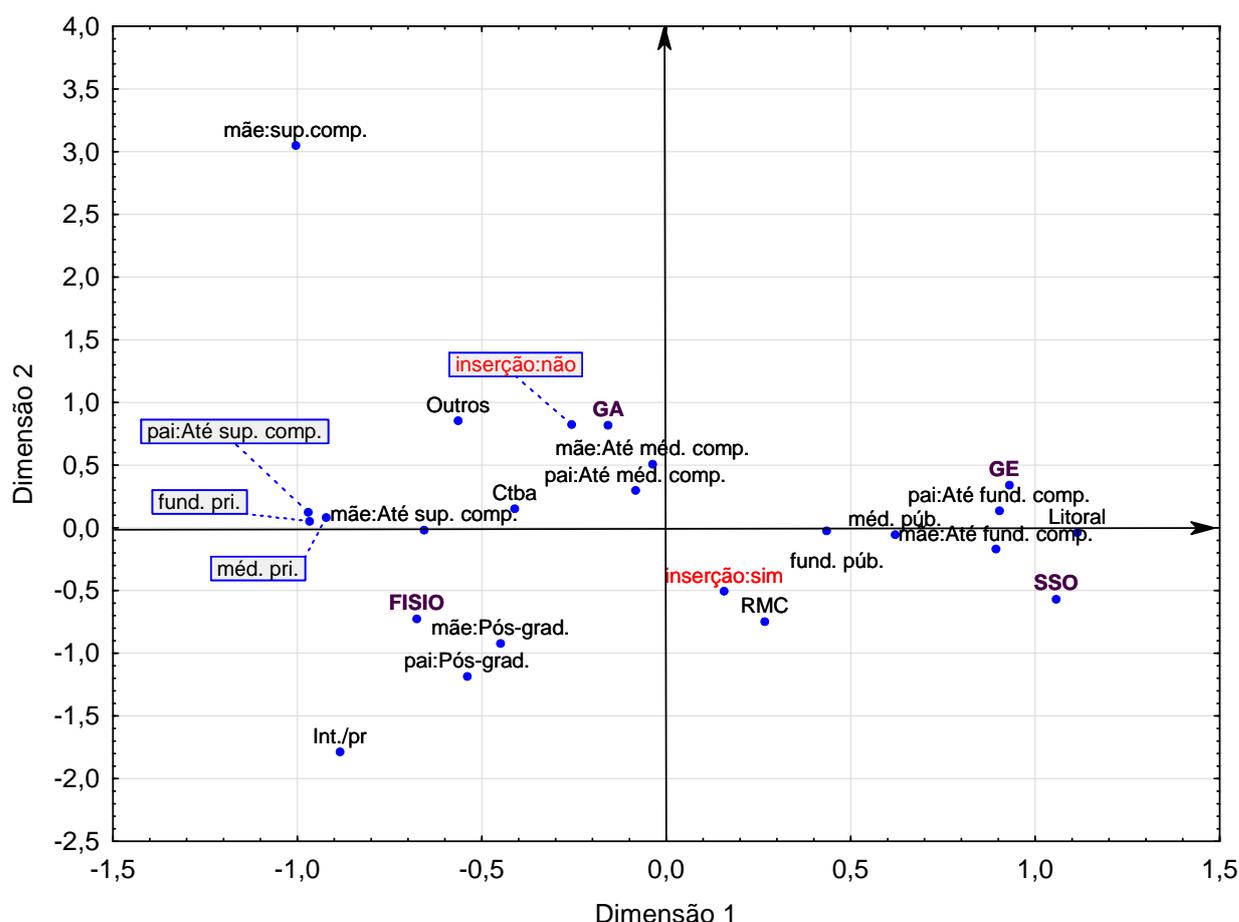
O mapa 2 foi construído com o objetivo de visualizar a correlação entre a trajetória educacional dos diplomados, a escolaridades de seus respectivos pais e mães, a procedência de moradia no momento do ingresso na Universidade, os cursos e a situação quanto à inserção profissional. Assim, foram agrupadas as seguintes variáveis que constituem o ambiente sociofamiliar:

1. Escolaridade do pai – 4 agrupamentos: até Fundamental completo, até Médio completo, até Superior completo e Pós-graduado.
2. Escolaridade da mãe – 4 agrupamentos: até Fundamental completo, até Médio completo, até Superior completo e Pós-graduada.
3. Onde os egressos cursaram o Ensino Fundamental – 2 agrupamentos: Privada (para os que cursaram completamente ou a maior parte do Ensino Fundamental na rede privada) e Pública (para os que cursaram completamente ou a maior parte do Ensino Fundamental na rede pública).
4. Local de moradia antes de ingressar na UFPR – 5 agrupamentos: Litoral (Litoral do Paraná), Curitiba (Ctba), Interior do Paraná (Int/Pr) e Outros estados (Outros).
5. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.
6. Inserção profissional na área no momento da pesquisa – 2 agrupamentos. Inserção: sim e não, considerando que na opção não estão incluídos os egressos que afirmaram estar trabalhando em outra área, os desempregados e os que estão na condição de bolsistas de estágio (outra graduação), mestrado ou doutorado.

A visualização do mapa 2 possibilita afirmar que os egressos de GE e SSO estão associados ao Ensino Fundamental e Médio na rede pública. A escolaridade dos pais desses está relacionada ao até Fundamental completo, provenientes do Litoral do Paraná. Os egressos de Fisio e GA estão associados ao Ensino Fundamental e Médio na rede privada. Os pais e mães dos fisioterapeutas e gestores ambientais estão associados a uma escolaridade maior: até Médio completo, até Superior completo e Pós-graduados. O Ensino Médio na rede privada possibilita maior inserção nos cursos de maior concorrência (GA e Fisio). Os moradores do Litoral acessaram os cursos de menor concorrência (SSO e GE). Os dados confirmam a análise apontada por outros estudos (CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001; MONT'ALVÃO NETO, 2014) sobre a influência do grau de instrução de pais e mães na trajetória educacional dos filhos e proporcionam a projeção plana

das diferenças educacionais tanto dos genitores, quanto dos sujeitos da pesquisa como elementos que interferem na acessibilidade de determinados cursos. Demonstram ainda a distinção entre os egressos provenientes do Litoral do Paraná e os demais quanto ao acesso à escolaridade progressiva, aos cursos superiores e ao processo de inserção profissional.

Figura 2 – Mapa de correspondência para as características sociofamiliares



Fonte: A autora, 2015.

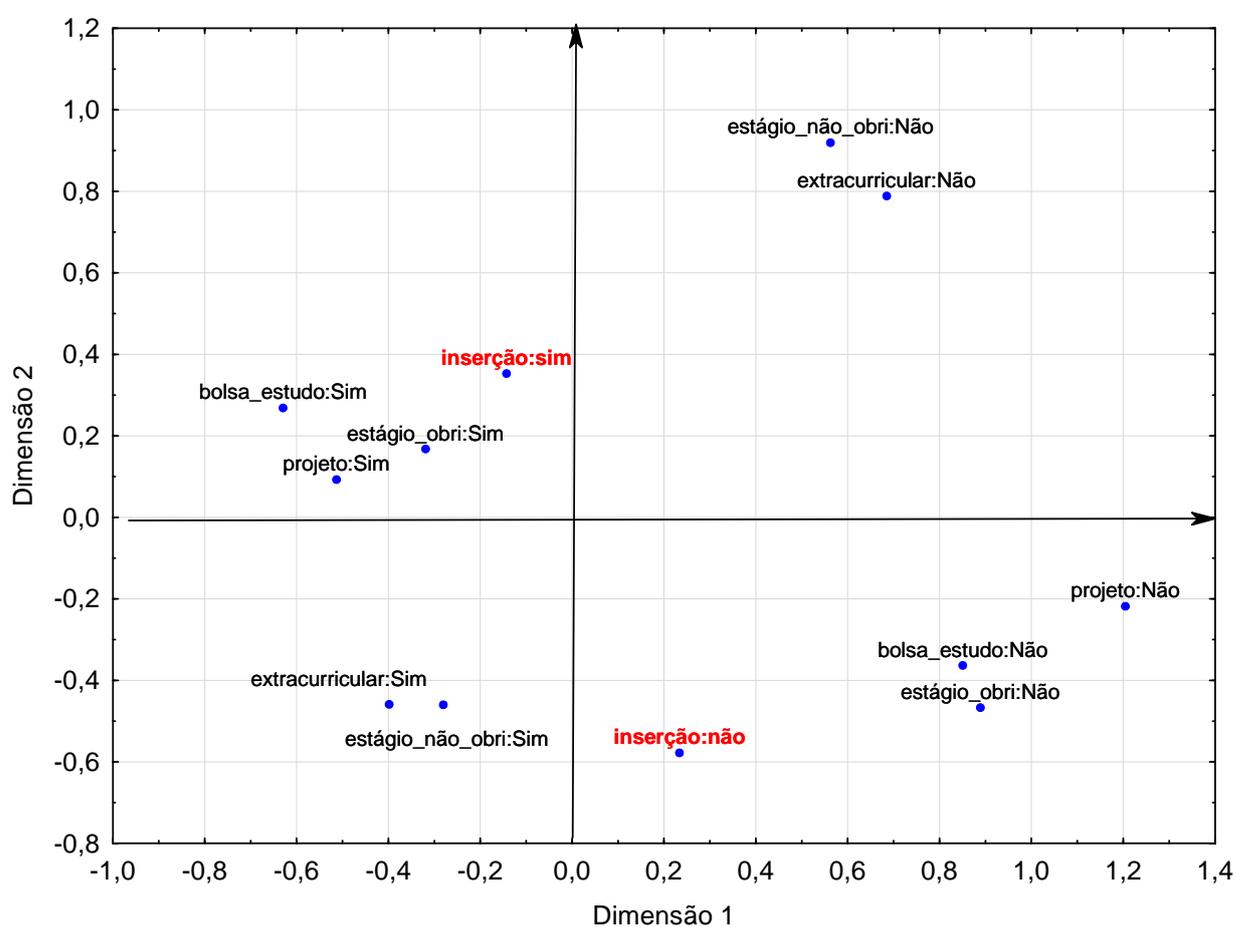
A discussão sobre os percursos na Universidade compuseram o agrupamento que gerou o terceiro mapa, a partir das seguintes variáveis:

1. Participação em projetos de extensão/pesquisa/monitoria (Projeto sim/não).
2. Estágio curricular obrigatório: dois agrupamentos: estágio_obri: sim/não.
3. Estágio curricular não obrigatório: dois agrupamentos: estágio_não_obri: sim/não.
4. Atividades extracurriculares: dois agrupamentos: extracurricular: sim/não.

5. Inserção profissional na área no momento da pesquisa: dois agrupamentos: inserção: sim/não.

O mapa 3 valida a hipótese sobre a influência da trajetória de formação no processo de inserção profissional, haja vista que a participação em projetos e estágios aparece associada à inserção profissional. As experiências de formação extraclasse constituem diferenciais na formação, gerando o desenvolvimento de habilidades, uma aproximação ao mundo e à lógica do trabalho.

Figura 3 – Mapa de correspondência para as características da trajetória acadêmica



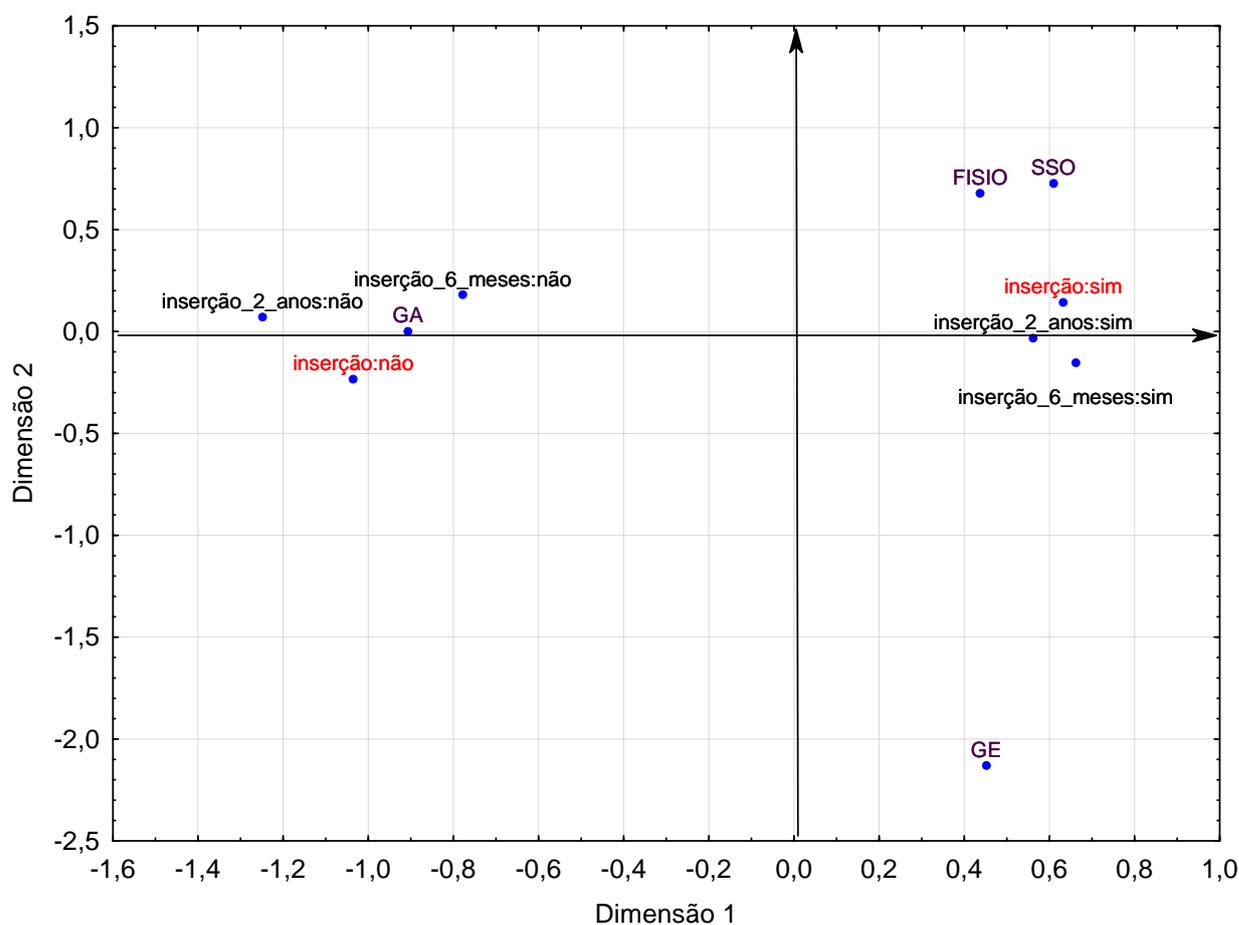
Fonte: A autora, 2015.

Objetivando mapear os diferentes momentos do processo de inserção profissional, foram agrupados os resultados de três delimitações temporais coletadas na pesquisa, que geraram a Figura 4, definidas a partir das seguintes variáveis:

1. Inserção profissional na área do momento da formatura até seis meses: dois agrupamentos: inserção_6_meses: sim/não.
2. Inserção profissional dois anos após a formatura: dois agrupamentos: inserção_2_anos:sim/não.
3. Inserção Profissional no momento da pesquisa: dois agrupamentos: Inserção: sim/não.
4. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.

Os cursos possuem especificidades e essas expressam-se no processo de inserção profissional e no retardamento da estabilização no mercado de trabalho. O mapa 4 aponta que egressos de gestão ambiental estão associados à menor inserção, independentes do momento. Já os egressos de Fisioterapia e Serviço Social estão associados à inserção profissional nos três momentos.

Figura 4 – Mapa de correspondência para análise dos diferentes momentos de inserção profissional

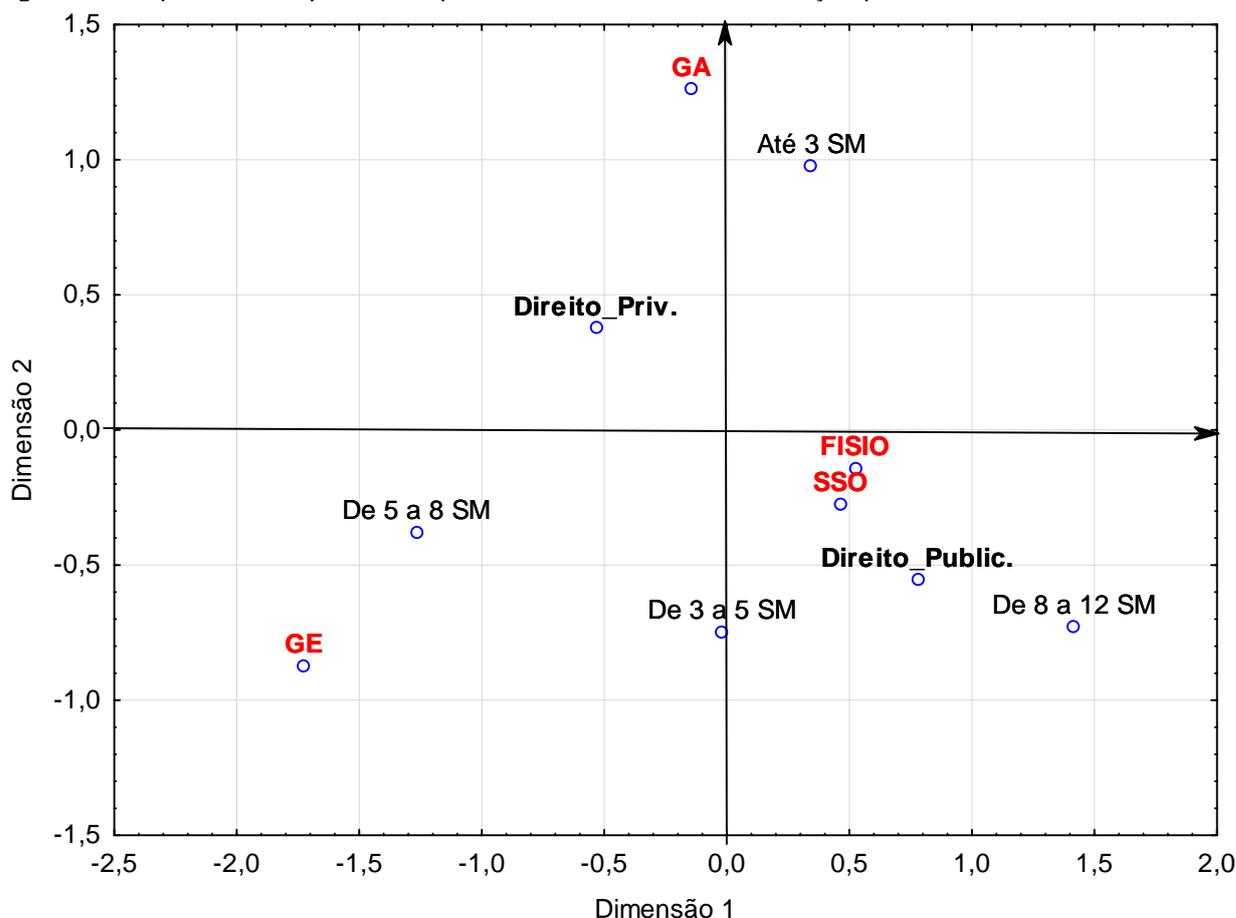


Fonte: A autora, 2015.

Considerando o momento da pesquisa (02/07/2014 a 14/08/2014), foram agrupados os egressos que estão atuando na área por curso, com as variáveis relacionadas à natureza jurídica da organização empregadora – dois agrupamentos: direito público (Direito_Public.) e de direito privado (Direito_Priv.) e a renda em salários – quatro agrupamentos: até três salários-mínimos (até 3 SM), de 3 a 5 salários-mínimos (3 a 5 SM), de 5 a 8 salários-mínimos (5 a 8 SM) e de 8 a 12 salários-mínimos (8 a 12 SM).

O mapa 5 também demonstra as especificidades dos cursos. Os fisioterapeutas e assistentes sociais apresentam maior associação com as instituições de natureza jurídica pública, apesar de serem profissionais liberais. Destaca-se que os fisioterapeutas, em números percentuais, apontam para 44% de inserção em instituições privadas, através de contratos diversos, conforme tabela 22. Já os gestores empreendedores apresentam uma vinculação com as instituições de direito privado, correspondendo à natureza do curso, quanto à formação para o empreendedorismo. Quanto à renda, os fisioterapeutas e assistentes sociais estão associados a uma média salarial de 3 a 5 salários-mínimos, os gestores empreendedores a uma média de 5 a 8 salários-mínimos e os gestores ambientais até 3 salários-mínimos.

Figura 5 – Mapa de correspondência para as características da inserção profissional



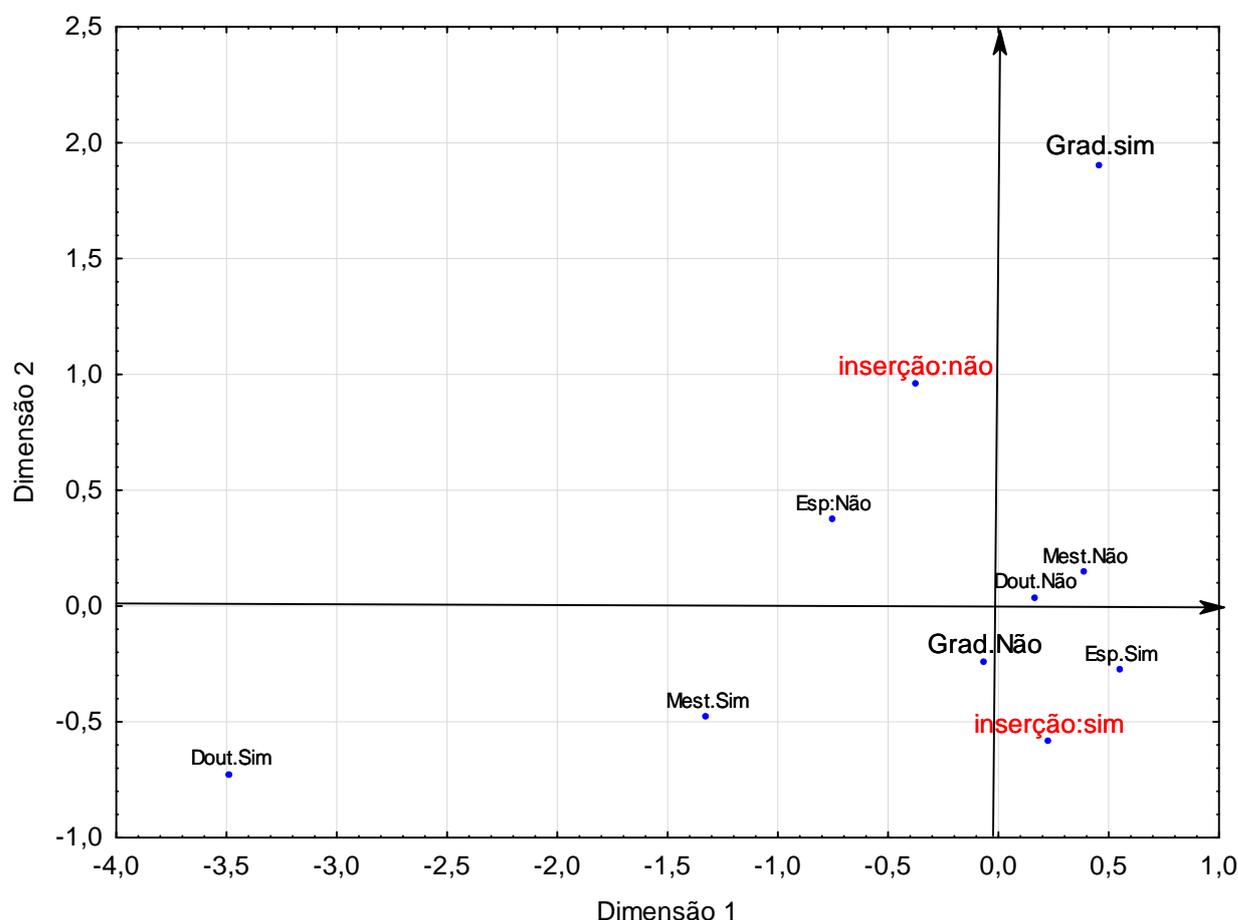
Fonte: A autora, 2015.

O prolongamento dos estudos tem surgido nas pesquisas (MATTOS, 2011; ALVES, 2012) como uma estratégia frente ao desemprego. Para a visualização dessa temática, foram reunidas as seguintes variáveis:

1. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.
2. Se frequentou outra graduação: dois agrupamentos: (grad.: sim/não).
3. Se frequentou pós-graduação em nível de especialização: dois agrupamentos: (Esp.: sim/não).
4. Se frequentou pós-graduação em nível de mestrado: dois agrupamentos: (Mest.: sim/não).
5. Se frequentou pós-graduação em nível de doutorado: dois agrupamentos: (Dout.: sim/não).
6. Inserção Profissional no momento da pesquisa: dois agrupamentos: Inserção: sim/não.

A projeção demonstra que a inserção concorre com o prolongamento dos estudos em nível de mestrado e doutorado, estando associada ao acesso à especialização. As entrevistas realizadas reiteram que o prolongamento dos estudos pode estar relacionado como uma estratégia ao desemprego, como também como um mecanismo adotado pelos diplomados de intensificar e aprofundar a formação com vistas à melhor inserção profissional, com um leque ampliado de opções no mercado de trabalho. Essa análise fundamenta a hipótese da relação entre sobrequalificação (*overeducation*) e retardamento do período de estabilização no mercado de trabalho.

Figura 6 – Mapa de correspondência para análise do prolongamento dos estudos



Fonte: A autora, 2015.

A pesquisa teve como objetivo também identificar a origem dos estudantes do Setor Litoral da UFPR e a permanência ou não na região, considerando a intencionalidade da Universidade em contribuir com o desenvolvimento do litoral

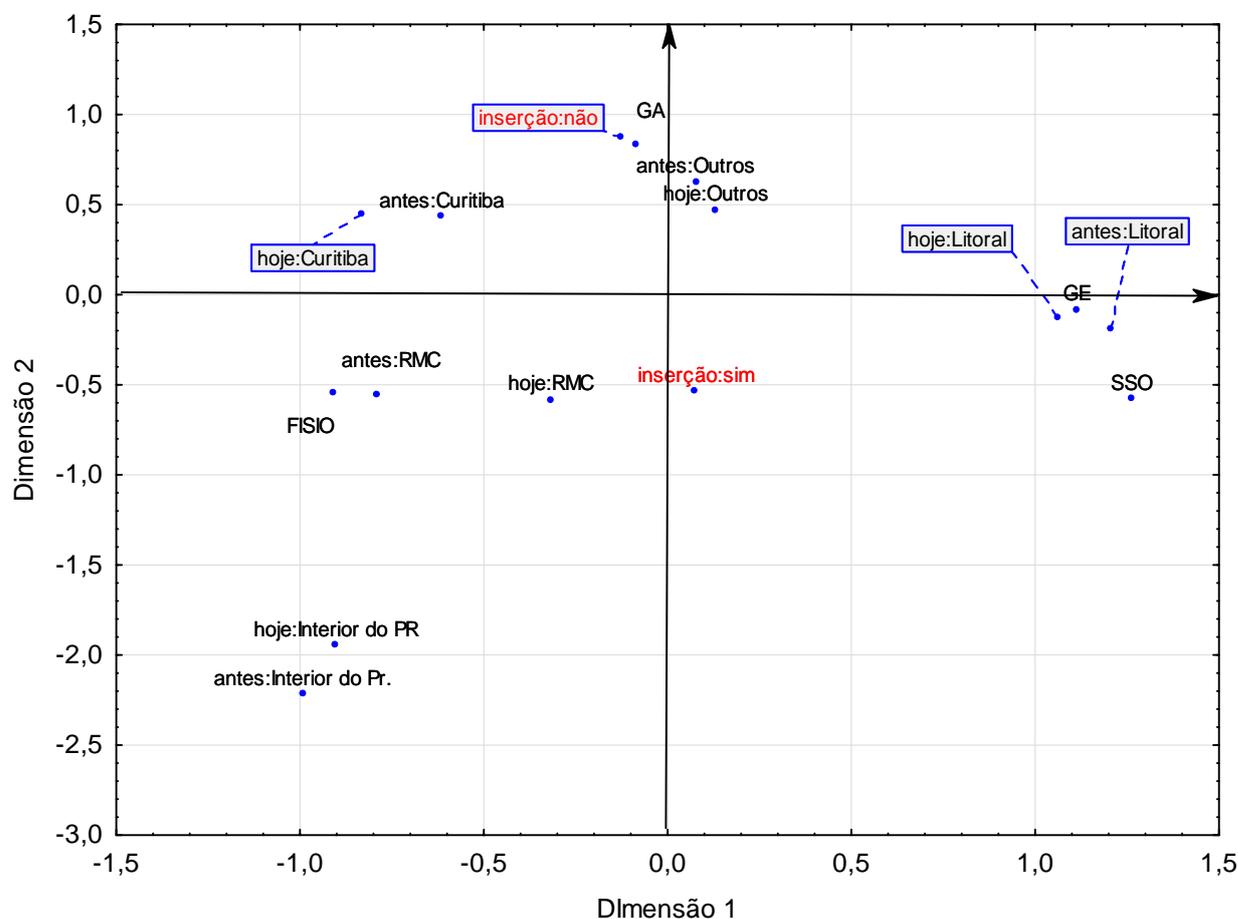
paranaense. Acredita-se que a fixação dos diplomados no território possa ser uma estratégia de otimizar e intensificar esse processo. A fim de visualizar-se a mobilidade dos egressos, foram agrupadas as seguintes variáveis:

1. Inserção Profissional no momento da pesquisa: dois agrupamentos: Inserção: sim/não.
2. Local de moradia antes de ingressar na UFPR⁵³ – cinco agrupamentos: Litoral do Paraná (antes/hoje: Litoral), Curitiba (antes/hoje: Curitiba), Região Metropolitana de Curitiba (antes/hoje: RMC), Interior do Paraná (antes/hoje: Interior do PR) e Outros estados da federação (antes/hoje: Outros).

O mapa demonstra as trajetórias diferenciadas no processo de inserção profissional, mediadas pelas áreas de formação, sendo que a absorção desses sujeitos no mercado de trabalho no litoral paranaense também ocorreu de forma díspare entre as áreas, com predominância para os assistentes sociais e gestores empreendedores. Os diplomados em Fisioterapia e Gestão Ambiental estão associados a uma passagem pela região, posto que provêm de Curitiba, região metropolitana de Curitiba, interior do Paraná e de outras regiões e no momento estão associados a essas mesmas localidades. As tabelas do anexo IV apresentam uma série histórica da relação candidato/vaga por curso na concorrência dos vestibulares e a relação da origem dos candidatos por curso e os aprovados. Os dados demonstram as dificuldades de ingresso nos cursos mais concorridos (Gestão Ambiental e Fisioterapia) pelos moradores do litoral do Paraná.

⁵³Garcia e Rolim (2012) analisam a área de influência territorial da UFPR a partir da procedência dos candidatos e dos aprovados no vestibular entre 2001 e 2009. A pesquisa constata que a UFPR tem uma área de influência fundamentalmente local, ainda que receba alunos de partes remotas do Brasil. A maioria absoluta dos candidatos ao seu vestibular e dos aprovados é oriunda da Região Metropolitana de Curitiba e 90% deles são oriundos do estado do Paraná.

Figura 7 – Mapa de correspondência para análise da mobilidade dos egressos



Fonte: A autora, 2015.

Reiteram-se as conclusões de Trottier (1999) sobre a dinâmica de investigação das trajetórias de inserção profissional que deve apreender: os *percursos de formação*, as *estratégias de inserção* adotadas pelos sujeitos e os *fatores estruturais* e os *outros atores* que constituem o contexto do mundo do trabalho que interferem nas trilhas percorridas pelos sujeitos após a diplomação.

Quanto aos *percursos de formação*, a presente tese apontou para a vivência dos eixos curriculares (ICH e PA), para a participação em projetos de pesquisa, extensão, monitoria e a participação em estágios como diferenciais na trajetória dos egressos, explicitando a relação dessas experiências com as posteriores oportunidades e relatos de inserção profissional.

Já as *estratégias de inserção* dos sujeitos apontaram para a ênfase nas redes de contatos como meio de obter uma oportunidade de trabalho ou ainda informações a respeito de possibilidades de inserção profissional. A busca por

concursos públicos e o prolongamento dos estudos, principalmente por meio de cursos de pós-graduação em nível de especialização têm composto as estratégias e os projetos dos egressos pesquisados.

Referente aos fatores estruturais que interferem e a atuação dos outros atores que intermedeiam o mercado de trabalho e a inserção profissional, reafirma-se que a dinâmica do mercado de trabalho na contemporaneidade é marcada pela transitoriedade, precariedade de contratos e heterogeneidade de postos de trabalho. No caso da região do litoral do Paraná, o processo de acumulação capitalista caracteriza-se pelas particularidades da região, expressas na sazonalidade, na dependência econômica da movimentação portuária, pela concentração de riqueza ambiental conservada e pelos interesses do grande capital na região devido a sua localização geográfica, bem como pelas reservas ecológicas.

O Setor Litoral da UFPR é criado com a intencionalidade de ser um dos atores que não apenas intermedeia o mercado de trabalho e a inserção profissional, mas que interfere efetivamente nesse processo, contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis para a região, para a interrupção de uma relação predatória e utilitária com o território e os recursos naturais, bem como para desempenhar o papel de mediador, articulador de um processo de organização virtuosa das potencialidades regionais.

As abordagens teóricas adotadas revelam a tentativa de analisar de forma articulada o percurso formativo e a inserção profissional, considerando que os fatores econômicos, sociais, regionais, da trajetória familiar e as experiências durante a graduação tecem um mosaico de trajetórias percorridas pelos jovens, coincidindo com a entrada na vida adulta. Essas vicissitudes medeiam as trajetórias de inserção profissional, estabelecendo trânsitos entre emprego, desemprego, migração, retorno aos estudos ou prolongamento desses, ou seja, as trajetórias dos egressos têm sido marcadas por reversões, começos, retornos e recomeços.

Na sequência as considerações finais são apresentadas, tendo como referência as hipóteses analisadas ao longo de toda a investigação. São abordadas ainda uma série de frentes de intervenção, bem como a visualização de vários atores sociais que dão vida ao litoral paranaense, caracterizando uma agenda de investigação e trabalho que o término da tese aponta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a região em relação com a Universidade, tendo como ponto de partida o processo de inserção profissional dos egressos, foi a opção de investigação para a elaboração da presente tese. Dar voz a esses sujeitos foi a estratégia adotada para contribuir para o debate e apontar lacunas e sugestões na “tenra” trajetória de 10 anos da UFPR Setor Litoral nessa região.

O Setor Litoral da UFPR foi criado para ser uma potencialidade da região, um estímulo, uma estratégia para contribuir na construção de alternativas mais sustentáveis para esse território. De acordo com o capítulo 2, falar em desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e econômica nos marcos do atual estágio de acumulação capitalista são “coisas” incompatíveis. Da mesma forma, o debate até aqui evidenciou a Universidade como uma instituição contraditória, historicamente elitizada, meritocrática, a serviço do capital e do Estado burguês, bem como locus de luta, de resistência, de produção de conhecimento, de desenvolvimento de práticas emancipatórias, espaço da crítica, da proposição, do compromisso com os interesses populares, colocando a produção de conhecimento, de ciência e tecnologia a serviço da população.

Nesse processo, defende-se que do interior da Universidade possa surgir, contraditoriamente, ações e sujeitos que desenvolvam a mediação, a articulação e a mobilização virtuosa das potencialidades regionais por meio da organização da cadeia produtiva, aporte tecnológico, desenvolvimento de pesquisa em parceria com as outras IES, fortalecimento da articulação da Educação Superior com a Educação Básica e Tecnológica, proposição de políticas de geração de trabalho e renda, suporte na qualificação e principalmente articulação com os movimentos sociais.

Diante desse escopo, reforça-se a necessidade de pensar e conceber a complexidade das dimensões da vida, de nutrir a irreverência, de acreditar no poder e no saber de cada homem e mulher. Construir processos emancipatórios, transformadores e libertários caracteriza-se no caminho a trilhar, almejando um mundo mais humano, equânime e democrático. Requer clareza do projeto de educação, de sociedade, de universidade defendido para que se possa trilhar cada passo com persistência, clareza política e paciência histórica.

A pesquisa teve como uma de suas justificativas a ausência de processos sistemáticos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Setor Litoral

da UFPR. Optou-se pela análise e pelo mapeamento do processo de inserção profissional dos egressos. Contudo, essa discussão trouxe à tona uma série de correlações, conquistas e demandas que a região tem vivenciado. Nessa perspectiva, o caminho trilhado apontou os seguintes desafios: a) a necessidade de discussão constante, construção e defesa de ações que efetivem o papel social da Universidade; b) sistematização, otimização e articulação das ações relacionadas às diferenciadas políticas públicas já em andamento no Setor Litoral e identificação de novas demandas e potencialidades; c) definição de estratégias para a fixação dos egressos na região; d) criação de um processo contínuo de monitoramento da trajetória dos estudantes; e) implantação de um sistema de registro, acompanhamento e avaliação das ações da UFPR Setor Litoral.

A defesa da efetivação do papel social da Universidade caracteriza-se na análise constante dos projetos, ações e opções dos sujeitos (gestores, docentes, técnicos e discentes) que constroem a instituição cotidianamente. A pesquisa apontou um distanciamento entre o projeto político-pedagógico proposto e o vivido. A materialização de uma proposta com intencionalidade emancipatória requer construção e desconstrução constantes. Desconstrução da cultura alienante, excludente, elitista e construção de práticas educativas emancipatórias que possibilitem a análise e o desvelamento das determinações históricas, econômicas e políticas da realidade social. Um dos caminhos para a concretização desse desafio é o conhecimento e a articulação com os movimentos sociais, que representam as reivindicações históricas da maioria da população. Para tanto, é mister uma formação ancorada na leitura crítica da realidade social, no compromisso e no envolvimento da Universidade com as bandeiras dos trabalhadores e trabalhadoras e a clareza do projeto de educação e de Universidade defendido. Esse processo tem um potencial revolucionário, de mudança, de comprometimento com a construção de novas relações, com a crença de que outra forma de sociabilidade é possível de ser tecida.

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) é uma referência importante nesse sentido, pois tem conseguido, apesar das dificuldades, avançar nos debates e na articulação com os diferentes movimentos sociais, organizações não governamentais, lideranças populares e algumas Universidades Públicas.

A UPMS surge da mobilização no Fórum Social Mundial em 2003, por uma democracia cognitiva global e caracteriza-se como um espaço de formação

intercultural, que surge nas discussões entre algumas organizações dos movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e intelectuais que concluíram que não será possível alcançar a justiça social global sem uma justiça cognitiva global. Tem como objetivo promover diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos populares, de modo a diminuir a distância entre uns e outros e tornar os conhecimentos acadêmicos mais relevantes para as lutas sociais concretas. Tem como base dois procedimentos metodológicos básicos: a tradução intercultural e interpolítica e a ecologia de saberes. A tradução intercultural busca aumentar a inteligibilidade recíproca e necessária entre movimentos, organizações e pesquisadores sem destruir a autonomia dos movimentos, suas linguagens próprias e seus conceitos, na perspectiva de organizar ações coletivas. A ecologia de saberes, por sua vez, refere-se à combinação e ao enriquecimento mútuo de conhecimentos acadêmicos solidários e conhecimentos nascidos na luta social (UPMS, 2015).

Não se trata de uma universidade formal, mas sim de uma universidade ressignificada, de base popular, de difusão e respeito aos diferentes saberes, de pedagogias reconhecidas no cotidiano dos movimentos sociais. Enfim, uma universidade que horizontaliza os diferentes saberes, contrapondo-se à lógica dominante e a toda e qualquer forma de opressão. Está em sintonia e tem como parceira outras experiências que compartilham desses objetivos, tais como a Escola Nacional Florestan Fernandes, Universidade Popular de Montreal, Universidade Popular de Bruxelas, Universidade das Mães da Praça de Maio – Argentina, Instituto Universidade Popular – Pará, Universidade da Terra – México, Rede Universidade Nômade, entre outros.

Essas experiências, guardadas suas especificidades, têm em comum uma dinâmica pedagógica contra-hegemônica e reiteram a relevância da interlocução com os movimentos sociais, com vistas à tessitura de um projeto de educação e de sociedade para além do capital.

Entre essas experiências, destaca-se a Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada em 2005, em Guararema – SP. Encabeçada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, tem sido uma referência de formação anticapitalista, por meio da oferta de diversos cursos e de convênios com Universidades Públicas (USP e UFRJ, por exemplo), com vistas à construção de uma educação voltada às demandas populares, na perspectiva de garantia de direitos.

Para que essa proposição se fortaleça no interior do Setor Litoral da UFPR, sugere-se a aproximação do Setor com essas experiências que já possuem um acúmulo teórico e metodológico na materialização desse caminho pedagógico.

A presente pesquisa evidenciou também a necessidade de sistematização, otimização e articulação das ações relacionadas às diferenciadas políticas públicas já em andamento no Setor Litoral da UFPR e a identificação de novas demandas e potencialidades. O campo das políticas públicas é compreendido como espaço de discussão e de disputa a partir da concretude e das especificidades de cada território. Nesse sentido, carece de interlocutores capacitados para o controle social, gestão, participação dos usuários, monitoramento e avaliação.

A importância do território em suas multidimensões reside em considerá-lo, em sua essência, como o chão concreto das políticas, raiz dos números e a realidade da vida coletiva, que representa de forma proativa a base do exercício da cidadania, que fundamenta as relações sociais de vizinhança, de poder, visto que esse território também é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, em que as desigualdades sociais se evidenciam (KOGA, 2011).

Nesse sentido, evidenciaram-se, ao longo dessa tese, as especificidades do litoral paranaense, lócus dessa investigação, território de desafios e potencialidades. As populações que compõem esse território apresentam-se como uma de suas riquezas e peculiaridades, dada sua diversidade. São quilombolas, ribeirinhos, pescadores, caiçaras, indígenas, pequenos agricultores, artesãos, pequenos e médios empreendedores que convivem com a mistura entre a vida pacata das cidades e os interesses do grande capital, expressa nos investimentos internacionais, que prometem uma melhoria de vida à população, a geração de novos postos de trabalho e o crescimento econômico. Exemplo disso é o município de Pontal do Paraná, no qual está instalada a multinacional italiana Techint, que atua no ramo de construção de plataforma de petróleo. Três outras empresas estão na fase de análise de Licenciamento Ambiental para instalação: Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná (TCPP), Subsea 7 e Odebrecht.

Esses grandes empreendimentos expressam a voracidade do processo de acumulação capitalista, em uma região caracterizada por ainda conter uma reserva expressiva de mata atlântica. Vale esclarecer que mesmo com esse interesse especial para a conservação da biodiversidade, com aproximadamente 80% de seu território dentro de áreas protegidas legalmente, mais de 60% destes são áreas de

uso sustentável, que não impedem a instalação de empreendimentos de infraestrutura (GOÉS, 2014).

Goés (2014) realizou recentemente um levantamento desses empreendimentos de infraestrutura na região, que se executados, irão, em curto prazo, redefinir a realidade desse território demográfica, econômica, política e, principalmente, ambientalmente. Abaixo a sistematização produzida pela referida autora, relacionando os empreendimentos, a descrição da obra, o órgão licenciador e o estágio do licenciamento⁵⁴.

Quadro 5 – Levantamento e descrição dos empreendimentos no litoral do Paraná

Empreendimento	Descrição do Empreendimento	Órgão Licenciador	Estágio do Licenciamento
Paranaguá			
Dragagem de manutenção	Dragagem de manutenção 12,5 metros – Baía de Paranaguá	IBAMA	Licença de Operação
Dragagem de aprofundamento	Dragagem de aprofundamento 16 metros – Baía de Paranaguá	IBAMA	Licença de Operação
Porto de Paranaguá - ampliação	Pier T (corredor de exportação) e F (graneis sólidos) ambos para quatro navios	IBAMA	Licença Prévia
Terminal de Contêineres do Paraná- TCP	Um berço e quatro dolphis. Ampliação em 315 metros a leste.	IBAMA	Licença de Instalação
TCP – retroárea (Leilão de Paranaguá)	Pátio para terminal de contêineres	IAP	Solicitação de Termo de Referência
Novo Porto/ Porto Embocuí	Pier em L com aproximadamente 2 km, retroárea de 2 km quadrados	IAP	Termo de Referência. Estudo de Impacto Ambiental já está pronto. Já houve uma audiência pública. EIA/RIMA foi enviado para o ICMBIO para análise e manifestação quanto ao impacto nas Unidades de conservação.
CPA Armazéns Gerais Ltda	Terminal de Armazenamento e Movimentação de Álcool	IAP	Termo de Referência – Estudo de Impacto Ambiental em elaboração
Novo Parque de Tancagem Catallini	44 tanques de ácido carbônico. Aproximadamente 175 mil metros quadrados. Avenida Bento	IAP	Estudo de Impacto Ambiental concluído e audiência Pública realizada

⁵⁴O licenciamento é composto por várias etapas. A primeira etapa é o Termo de Referência (TR), que tem como objetivo determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios gerais para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Após a elaboração do TR para o empreendimento, o Licenciamento Ambiental compreende três fases distintas, caracterizadas, de modo geral, pela emissão sucessiva ou isolada de Licenças, (1) Licença Prévia (LP) – licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade a qual aprova sua localização e concepção e atesta sua viabilidade ambiental; (2) Licença de Instalação (LI) – licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade; (3) Licença de Operação (LO) – licença que autoriza a operação do empreendimento ou atividade, cumpridas as restrições e os condicionantes das licenças anteriores e resguardadas as medidas de controle ambiental do projeto (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

	Munhoz Rocha		
Pontal do Paraná			
Porto de Pontal	Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná. Infraestrutura e Superestrutura. Localização Ponta do Poço. Área de atracação 1000 m de comprimento, com três berços de acostagem (36 metros de largura). Dragagem ao longo do cais em 16 metros	IBAMA	Licença prévia
Odebrecht	Readequação do Cais da antiga TENENGE, permitindo a atracação de navios tipo FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência). 700 metros do cais, com largura de 56 metros. Dragagem aprofundamento de 15 metros	IAP	Licença prévia
Melport/Catallini	Ainda em construção o projeto: Píer, Tancagem para granéis líquidos e dragagem.	IAP	Licença prévia
Subsea7	Um píer de atracação e instalações de caldeiraria e montagens mecânicas em aço, para uso em plataformas e equipamentos navais.	IAP	Termo de referência
Techint - ampliação	Ampliação da área de trabalho	IAP	Fase inicial licenciamento
Duplicação PR 407	Duplicação da rodovia PR407, que dá acesso aos balneários da cidade de Pontal do Paraná.	IAP	Licença de instalação
Nova Estrada de Pontal	Novo acesso rodoviário entre BR277 e Pontal do Paraná. Estrada paralela a PR407, com cinco vias coletoras.	IAP	Fase inicial licenciamento
Empreendimentos Lineares			
BR101- EVTEA	Em Antonina apresenta extensão de 10km em Morretes, 27 km em Paranaguá, 5 km em Matinhos e 35 km em Guaratuba	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA)	-
Ferrovial VALEC – EVTEA – apresentação do traçado	Apresenta quatro alternativas locais em análise, sendo que a primeira delas, corta o município de Morretes em 49 km, à medida que Paranaguá é interceptado em aproximadamente 13 km.	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA)	-
Poliduto Sarandi-Araucária-Paranaguá	O empreendimento tem por objetivo dar vazão à produção de álcool desde a região produtora (Norte do Paraná) até a refinaria em Araucária e ao Porto de Paranaguá, atendendo as demandas dos pontos de	IAP	Estudo de Impacto Ambiental concluído e quatro audiências realizadas, porém IAP não emitiu licença prévia e municípios pediram novas audiências, bem como elaboração de EIV - Estudo

entrega. Sua extensão soma
550km

de Impacto de Vizinhança
para readequação do
traçado.

Fonte: Informações fornecidas pelo Ibama e IAP. Organização de Góes, 2014, p. 56-58.

Os empreendimentos acima listados evidenciam o interesse do grande capital, representado por multinacionais, na região, bem como a ameaça da continuidade da preservação ambiental garantida até então.

O debate sobre a política ambiental é uma demanda efetiva para a UFPR Setor Litoral, que diante desses empreendimentos tem mostrado suas contradições e disputas internas, coexistindo grupos que identificam nesses empreendimentos um risco ambiental e poucas melhorias para a qualidade de vida para a população e outros que visualizam, nesses empreendimentos, a chegada do desenvolvimento econômico para a região e a geração de muitos postos de trabalho.

Essa contradição é apontada principalmente pelos gestores ambientais que convivem com a identificação de uma série de demandas e necessidades de atuação profissional e em contrapartida com a dificuldade de inserir-se profissionalmente, dada a indefinição de responsabilidades pelos órgãos públicos, bem como pelos interesses do grande capital que disputam lado a lado com os ambientalistas.

Zhour e Laschefski (2010), ao analisarem as obras advindas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), afirmam que grandes projetos de infraestrutura foram retomados, como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento, dessa vez com a perspectiva da “inclusão internacional” da nação ao mercado global. Denominam esse processo de paradigma da adequação ambiental ou esverdeamento do empresariado, haja vista o empenho em garantir ações de mitigação e compensação ambiental. Apesar disso e dos avanços sociais, os resultados desse modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na chamada modernização ecológica, não são animadores no seu conjunto. Os índices que apontam para as mudanças climáticas estão cada vez mais evidentes, o desmatamento continuou às mesmas taxas anuais, a extinção de espécies acelerou-se, o quadro de poluição do solo, da água e do ar agravou-se e a desigualdade social, apesar dos avanços nas políticas de inclusão social, não

diminuiu. Na última década, vimos ressurgir no Brasil velhos conflitos em torno à temática socioambiental.

Diante desse cenário, a pesquisa, a reflexão crítica, o olhar investigativo em diferentes escalas fazem-se premente, bem como o compromisso com a construção de um projeto de sociedade e de Universidade que tenha como prioridade a qualidade de vida da maioria da população e a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, cabe aos grupos do interior da universidade, alinhados com a defesa dos recursos naturais, monitorar as ações realizadas, contribuir com os movimentos sociais para a garantia de voz das populações tradicionais, bem como da garantia de ações efetivas de compensação e mitigação⁵⁵ da implantação de empreendimentos de infraestrutura.

Referente às populações tradicionais, destacam-se os ribeirinhos, que têm sofrido cerceamento da sua atividade de subsistência devido à legislação direcionada aos barcos pesqueiros de grande porte. São pescadores, catadores de crustáceos e moluscos, que têm nessa atividade sua fonte de renda de modo precário e desprotegido, principalmente pela sazonalidade e pelos impactos ambientais sofridos pela degradação do ecossistema.

Historicamente, as diretrizes políticas e econômicas para o setor pesqueiro brasileiro fomentaram e privilegiaram o agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura, provocando sobre-exploração dos estoques e danos ambientais. Essas políticas não têm contemplado as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como não reconhecem as atividades provenientes da cadeia produtiva da pesca, que compreende não somente a pesca em si, mas o beneficiamento do pescado, a confecção de artesanato e o manejo na aquicultura e piscicultura (SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014).

O Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná desenvolve, desde 2005, o projeto Cultimar no município de Guaratuba. O projeto surgiu da necessidade de criação de novas fontes de renda para comunidades tradicionais da região litorânea, de forma sustentável e que não descaracterizasse o ambiente natural ou as atividades tradicionais dessas áreas.

⁵⁵A compensação ambiental é um instrumento de política pública que, intervindo junto aos agentes econômicos, proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada por determinados empreendimentos, em seus custos globais. Já as ações de mitigação compreender estratégia de diminuição da degradação/ impacto ambiental.

Assim, o projeto desenvolve apoio e assessoria a comunidades para a geração de renda a partir da maricultura, bem como ações de educação ambiental, valorização da cultura local, capacitação técnica para a otimização da atividade quanto ao cultivo, ao manejo, ao beneficiamento e à comercialização da produção. Atualmente, o projeto tem como foco o apoio no desenvolvimento da cadeia produtiva da ostra nativa (CULTIMAR, 2015).

Ao conhecer o Projeto Cultimar, identifica-se a potencialidade de um trabalho mais integrado entre o Setor Litoral e o Grupo de Estudos, que é proveniente do Setor de Ciências Agrárias, no sentido de otimizar e ampliar a atuação com essas comunidades para os demais municípios do litoral.

Nessa perspectiva, os projetos de aprendizagem dos estudantes do setor litoral caracterizam-se também em potência para o debate, haja vista que muitos estudantes compõem essas populações tradicionais e têm vivenciado suas dificuldades e saberes.

Intrinsecamente articulada com a política ambiental, a política urbana também sofre impactos e requer discussão diante das conquistas do direito à cidade, tão pouco difundido entre a população. Perpassam por essa política as demandas relacionadas às necessidades habitacionais, saneamento básico, instalação e distribuição de equipamentos sociais no território, bem como análise de acessibilidade, mobilidade, trânsito e planejamento urbano.

Tendo como marco a catástrofe ambiental de março de 2011, um grupo de professores, técnicos e discentes iniciou um trabalho de intervenção social, com vistas à mobilização e à organização da população atingida pelas águas de março. Desse trabalho, enredou-se uma série de projetos e ações voltada a políticas públicas, com ênfase às demandas e às necessidades sociais das populações (rural e urbana), afetadas nas enchentes de 2011. Essas ações contam com a coordenação da professora Dra. Édina Vergara e do professor M.Sc. Ricardo Monteiro, que forneceram as informações e materiais para consulta. Os referidos docentes, em parceria com outros colegas da UFPR e técnicos de outras instituições, formataram os seguintes programas e projetos: Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional, Observatório de Geotecnologias Sociais Regional, Intervenção em Áreas de Habitações Precárias para Inclusão Social.

A ação extensionista compreende três eixos estruturantes: Direito à inclusão, Política pública e Planejamento territorial local, tendo como elementos centrais a

produção habitacional sustentável e o projeto técnico social para a inclusão produtiva por meio dos programas do governo federal em torno da discussão da Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

A utilização de geotecnologias e do estudo socioambiental tem sido a principal estratégia utilizada para construir, com a população, um processo de levantamento de demandas habitacionais de interesse social, objetivando a formulação de plano e programas de políticas públicas locais mais específicas na área do desenvolvimento territorial e regional.

Esse processo tem gerado a discussão da nova cartografia social do litoral paranaense como instrumento de planejamento urbano e regional, por meio da produção cartográfica, treinamento, capacitação, coleta e preparação de dados geográficos e impressão de mapas.

Por meio da publicização da ferramenta do georreferenciamento, o grupo de trabalho tem buscado envolver e capacitar agentes públicos, sociais e lideranças dos movimentos sociais para formulação de planejamento territorial, desenvolvimento social e uso e ocupação do solo de forma sustentável. Assim, a visualização cartográfica tem sido um recurso fundamental, pois sistematiza e explicita os equipamentos sociais existentes, os direitos básicos não acessados, as demandas e as potencialidades de cada território.

Esse trabalho gerou, entre outros frutos, o termo de cooperação técnica entre UFPR Setor Litoral e a Prefeitura Municipal de Matinhos para a execução do projeto SIG Matinhos – Sistema de Informações Geográficas para a gestão municipal. No momento, o Observatório de Geotecnologias Sociais Regional reúne todas essas ações e representa uma ação orgânica de produção de tecnologia social a serviço da população.

Outro programa que tem desenvolvido um trabalho sistematizado é o Laboratório Móvel de Educação Científica do Setor Litoral, que desde 2006 vem integrando pesquisa, extensão e educação científica na região por meio de um trabalho orgânico com as escolas municipais e estaduais da região. Tem atuado na produção de conhecimento sobre ambientes e culturas regionais, metodologias de trabalho e recursos didáticos que buscam o desenvolvimento de atitudes, habilidades e conhecimentos científicos, desmistificando o fazer científico. O objetivo maior do programa é a popularização e a aplicação prática da ciência, numa perspectiva de ciência e tecnologia a serviço da comunidade. Para tanto, tem

formado, em parceria com as escolas, clubes de ciências que têm como objetivo central desenvolver nos estudantes um espírito investigativo, estimulando a utilização do método científico a partir de situações reais (LABMÓVEL, 2014). Já realizou também quatro Feiras de Ciências, objetivando a divulgação e a difusão do conhecimento e da iniciação à pesquisa de crianças e adolescentes, que por meio de experimentos fora do ambiente da sala de aula, vão exercitando o olhar investigativo, a curiosidade científica, a capacidade de análise, de resolução de problemas práticos e, principalmente, experimentando a aplicação dos saberes cientificamente construídos, dando-os significado e materialidade. Com esses mesmos objetivos, o LabMóvel tem realizado, desde 2011, as Feiras Regionais de Ciências. As feiras têm sido anuais e são o momento de divulgação de maior espectro da produção das escolas. Contudo, fundamentam esse trabalho as atividades de pesquisa em educação e divulgação científica, agrotóxicos no litoral paranaense, biodiversidade da mata atlântica, qualidade do ar e da saúde no município de Paranaguá. Compõem ainda as atividades do LabMóvel as mostras científicas itinerantes, que têm como objetivo o acesso aos saberes locais numa perspectiva de educação para a sustentabilidade, o meliponário didático-científico, a produção de mídias interativas e a produção de materiais pedagógicos, didáticos e científicos. O programa LabMóvel tem procurado ampliar as ações por meio das parcerias com as escolas e núcleo regional de educação e tem buscado financiamento nos editais relacionados à política pública para a popularização da ciência. Essas estratégias têm possibilitado a oferta de bolsas para recém-formados como uma alternativa para fortalecimento da proposta de trabalho e inserção profissional dos egressos.

A existência de outras Instituições de Ensino Superior públicas pode também significar uma potencialidade, à medida que projetos em conjunto podem ser elaborados. A região conta com o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Paranaguá, Universidade Estadual do Paraná – Câmpus Paranaguá e com a UFPR com o Setor Litoral e o Centro de Estudos do Mar. A construção de um grupo de pesquisa interinstitucional tem a potencialidade de agregar e otimizar os recursos disponíveis nas instituições, bem como propor ações em parceria com os demais atores sociais. Dessa possível articulação podem surgir núcleos de inovação tecnológica, com vistas a atender às demandas dos empreendedores da região.

O Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável é uma potencialidade nesse sentido, pois por meio de suas três linhas de pesquisa: Socioeconomia e Saberes Locais, Redes Sociais e Políticas Públicas, e Ecologia e Biodiversidade, tem buscado discutir a indissociabilidade entre natureza, cultura e sociedade, numa perspectiva interdisciplinar, bem como tem assumido o desafio de pensar o ecodesenvolvimento, por meio da realidade local e ou regional. Entre as iniciativas em andamento do programa, destaca-se o grupo de pesquisa em biodiversidade e educação do litoral do Paraná (GEPEBELP), que possui uma cooperação com a Embrapa Alimentos do Rio de Janeiro – RJ, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia de Brasília – DF, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – PR, Universidade Regional de Blumenau – FURB, Instituto Federal do Paraná – Câmpus Paranaguá e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O GEPEBELP, por meio dessa cooperação, tem atuado no resgate dos saberes etnobotânicos, na construção de protocolos de propagação das espécies nativas da Floresta Atlântica do litoral paranaense e no manejo e ou cultivo, por produtores e comunidades tradicionais, de recursos genéticos da floresta, que possam ser utilizados como fonte medicinal e ou tecnológica e, conseqüentemente, agregadores de valor econômico ao ecossistema da região. A utilização de substâncias extraídas de plantas tem sido divulgada por vários pesquisadores como uma ferramenta viável na busca de novas entidades terapêuticas. As espécies vegetais nativas do litoral do Paraná podem, por exemplo, ser fonte de óleos essenciais, modelos de controle de vetores e pragas, aditivos alimentares, enfim, novos produtos capazes de estabelecer novos marcos conceituais e estratégias operacionais na perspectiva de uma abordagem que viabilize a melhoria da qualidade de vida da população local. Nesse sentido, a bioprospecção molecular apresenta-se como alternativa dada à pouca interferência ambiental e à baixa toxicidade para geração de produtos com alto valor agregado e que possam ser utilizados como material de partida em diferentes ramos da química fina, na geração de produtos para melhoria da saúde humana e do meio ambiente. Além disso, sabe-se que o uso tradicional de plantas medicinais é um caminho para a descoberta de compostos bioativos.

Também partindo das características já elencadas da região e dos relatos dos egressos, esforços têm sido feitos no sentido de otimizar políticas de apoio às micro

e pequenas empresas e aos empreendedores individuais no Litoral do Paraná.

No mês de abril de 2015, o programa de extensão Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais de base solidária realizou o Primeiro *Workshop* de Implantação da Lei Geral dos Municípios do Paraná.

A Incubadora têm atuado como mobilizadora de agentes de desenvolvimento, micro e pequenos empresários, associações, instituições de fomento, órgãos públicos com vistas a otimizar e articular os empreendedores na região, no sentido de contribuir para o mapeamento e a organização da cadeia produtiva.

Nos últimos anos, houve um crescimento significativo das MPEs na região, com destaque para os microempreendedores individuais (MEIs), conforme Tabelas 24 e 25 a seguir.

Tabela 24 – Série histórica das micro e pequenas empresas no litoral do Paraná

Litoral	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Empresas ativas	13.665	14.675	16.046	18.447	20.944	23.449	26.155	29.388
MPEs ativas	12.414	13.415	14.756	17.108	19.550	22.012	24.659	27.786
Mortalidade das MPEs	198	588	260	251	212	205	191	176
Taxa de mortalidade de MPEs	1,6%	4,4%	1,8%	1,5%	1,1%	0,9%	0,8%	0,6%
Regime de tributação	12.414	13.415	14.756	17.108	19.550	22.012	24.659	27.786
Normal	7.072	7.438	7.780	8.090	8.332	8.517	8.704	8.897
Simplex nacional	5.191	5.808	6.660	7.483	8.272	8.956	9.659	10.242
SIMEI	151	169	316	1.535	2.946	4.539	6.296	8.647
SIMEI/MPEs	1,2%	1,3%	2,1%	9,0%	15,1%	20,6%	25,5%	31,1%

Fonte: Empresômetro, a autora, 2015.

Tabela 25 – Micro e pequenas empresas no litoral do Paraná 2007-2014 – Evolução base 100

	Evolução, base 2007 = 100							
Litoral	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Empresas ativas	100	107	117	135	153	172	191	215
MPEs ativas	100	108	119	138	157	177	199	224
Mortalidade das MPEs	100	297	131	127	107	104	96	89
Taxa de mortalidade de MPEs	100	275	110	92	68	58	49	40
Regime de tributação	100	108	119	138	157	177	199	224
Normal	100	105	110	114	118	120	123	126
Simplex nacional	100	112	128	144	159	173	186	197
SIMEI	100	112	209	1.017	1.951	3.006	4.170	5.726
SIMEI/MPEs	100	104	176	738	1.239	1.695	2.099	2.558

Fonte: Empresômetro, a autora, 2015.

A tabela demonstra o crescimento exponencial do Microempreendedor Individual (MEIs), caracterizando um avanço no processo de formalização das atividades, com garantias de alguns direitos trabalhistas a esses empreendedores. O Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria.

O crescimento dos MEIs na região é uma conquista, contudo fica o desafio de manter-se na atividade e ter condições de subir para outro nível, no caso o Simples. Para tanto, um dos critérios é da arrecadação.

A manutenção no mercado de trabalho e o possível crescimento na arrecadação demanda capacidade empreendedora, inovação, estudo de viabilidade econômica, formação, orientação. O Sebrae tem atuado nesse sentido e a UFPR Setor Litoral, ao mediar a articulação dos MPEs, tem como colaborar para a otimização dessa política pública, tanto no sentido da capacitação dos empreendedores, quanto na assessoria para a construção de redes, parcerias e fluidez na cadeia produtiva.

Apesar dos avanços trazidos pela legislação que institui o MEI (Lei Complementar n.º 128, de 19/12/2008), a lei da terceirização recentemente aprovada pode significar perda para os trabalhadores em geral, deixando de contratá-los como celetistas e “obrigando-os” a oferecerem seus serviços como MEIs. Isso reduzirá o montante recolhido para a seguridade social e os trabalhadores se verão submetidos a regimes de trabalho mais instáveis e precários (CALEIRO, 2015).

Outra demanda posta ao Setor Litoral refere-se ao espaço dos conselhos de políticas públicas, haja vista o desenho das políticas e a obrigatoriedade da existência dos conselhos, com vistas a garantir o controle social da sociedade civil. Muitos estudos têm abordado essa temática e apontado para os desafios e potencialidades desse espaço de interlocução entre Estado e sociedade civil. Nessa relação, muitas questões emergem desde a premente necessidade de capacitação de conselheiros, instrumentalizando-os para a compreensão dos orçamentos públicos e legislação, bem como sobre o exercício da representatividade e a efetividade desse espaço da democracia participativa.

A pedido dessa pesquisa, a servidora Silvana Swiech Bach, secretária executiva do conselho setorial do Setor Litoral da UFPR, realizou um levantamento nas atas⁵⁶ de 2010 até o momento, sobre as representações do Setor Litoral nos conselhos e fóruns de políticas públicas. Segundo esse levantamento, a UFPR Setor Litoral tem representação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), no Conselho Consultivo do Parque Nacional de Saint-Hilaire Lange, no grupo de trabalho responsável pelo Termo de Ajustamento de Conduta e Plano de Regularização Fundiária do Bairro Vila Nova, em Matinhos, no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), no Conselho Municipal de Saúde de Matinhos, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Matinhos (CMDMS) e no Fórum Municipal de Educação de Matinhos.

Essas instâncias coletivas de discussão das políticas públicas permanecem como espaço de construção de consenso, de luta por direitos, de disputa, de correlação de forças, de exercício da democracia. Enquanto espaços contraditórios e em disputa, “[...] cada vez torna-se mais evidente que não é suficiente analisar os conselhos olhando apenas para as suas dinâmicas internas. É preciso recuperar o ambiente mais amplo no qual eles se situam e sobre o qual buscam incidir” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 22). Nesse sentido, a temática da intersetorialidade ganha destaque, bem como os estudos que abordam as especificidades desse território. Diante das peculiaridades tanto da região como do projeto político-pedagógico do Setor Litoral da UFPR, já abordadas, o debate da intersetorialidade e da interdisciplinaridade permanecem na agenda de formação independente da área, bem como nas ações que demandam envolvimento, articulação e comprometimento a partir dos estudos realizados nesse território.

Profundamente articulado com todas essas ações, projetos em andamento e potencialidades acima elencadas, a pesquisa apontou a necessidade de definição de estratégias para a permanência dos egressos na região. Nesse sentido, visualiza-se que uma das possibilidades seja a construção de um plano de fixação de mão de obra, que compreenda um desenho articulado entre as políticas de educação e

⁵⁶As representações do Setor Litoral da UFPR nos conselhos e em outros espaços públicos nem sempre foram devidamente registradas, por esse motivo, o levantamento dessa informação teve início no ano 2010, data do ingresso da referida secretária executiva, que gentilmente realizou a sistematização desse dado nos arquivos das atas por ela lavradas.

trabalho/emprego, no sentido de atender às demandas e às potencialidades da população local, pesquisa e monitoramento das necessidades de formação da população, bem como uma ampla divulgação das potencialidades e especificidades dos egressos do Setor Litoral, haja vista que alguns cursos, dado seu ineditismo, não possuem ainda uma identidade profissional estabelecida e, por conseguinte, não são demandados pelo mercado de trabalho. Pode-se exemplificar isso no caso dos gestores ambientais e dos gestores empreendedores, mas também nos outros cursos que não foram objeto dessa tese, como Gestão Desportiva e do Lazer, Tecnologia em Agroecologia, Gestão Imobiliária, Gestão Pública, Gestão de Turismo e Informática e Cidadania. Uma estratégia para concretização desse plano pode ser um projeto de parceria entre os entes federativos e representantes dos trabalhadores. As experiências de propostas submetidas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) podem ser exemplos de projetos que envolveram bolsas de recém-formados e recursos para infraestrutura de laboratórios. Além disso, a ampla divulgação junto aos órgãos públicos na perspectiva de incluir essas formações como possibilidade nos concursos públicos. A reivindicação e a defesa da realização de concursos públicos permanecem também como estratégia, tendo como fundamento a legislação de várias políticas públicas que determinam a obrigatoriedade de técnicos para a elaboração, gestão, execução e avaliação dos programas, projetos e ações para a efetivação dos diferenciados direitos sociais.

Nesse sentido, acredita-se que a criação de um processo contínuo de monitoramento da trajetória dos estudantes e o estabelecimento de uma vinculação orgânica do Setor Litoral da UFPR com os seus egressos⁵⁷ seja uma possibilidade concreta de avanços e de conquistas na operacionalização das intencionalidades do Setor Litoral da UFPR na região. Nesse sentido, sugere-se a implantação de um observatório de inserção profissional, com uma sistemática de investigação contínua, que apreenda a trajetória dos estudantes na Universidade, monitorando o perfil dos ingressantes, os índices de permanência, reperiodização e evasão, as possibilidades de participação nos diferenciados projetos e estágios, a possibilidade

⁵⁷O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Os processos avaliativos do Sinaes são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Entre os itens a serem avaliados está a existência de pesquisa sobre a inserção profissional dos egressos e a participação dos egressos na vida da Instituição.

de orientação para o planejamento da carreira e prolongamento dos estudos e o acompanhamento pós-diplomação, com as estratégias utilizadas para o processo de inserção profissional.

Carreteiro (2006) corrobora com essa reflexão ao apontar a necessidade de um acompanhamento após conclusão de uma formação, no período de transição para o mundo do trabalho, no sentido de subsidiar o processo de inserção profissional, de manter estratégias de aprendizado ao longo da vida e de alimentar uma perspectiva emancipatória de sociedade. A retroalimentação do vínculo e da comunicação com os egressos é uma importante estratégia para alimentar a participação desses nas atividades desenvolvidas na, com e pela Universidade, mantendo com esses uma articulação orgânica e estabelecendo com eles a parceira na ampliação e no desenvolvimento das ações emancipatórias.

Ressalta-se que muitas dessas ações já vêm sendo desenvolvidas pelos docentes, técnicos e discentes da Universidade, contudo nem sempre são articuladas, sistematizadas e visibilizadas. Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta como proposição a implantação de um sistema de registro, acompanhamento e avaliação⁵⁸ das ações da UFPR Setor Litoral, com a construção de indicadores de desempenho (qualitativos e quantitativos) das ações universitárias.

Por fim, há que se evidenciar que as condições objetivas de trabalho dos docentes e técnicos do Setor Litoral têm sido pautadas nas negociações com a Reitoria da UFPR, bem como compuseram a pauta local da última greve. As condições precarizadas de trabalho dos docentes e técnicos impactam negativamente quanto a uma intervenção mais intensa extramuros da Universidade. A efetividade e amplitude do projeto político-pedagógico e a concretização das proposições acima elencadas dependem também das condições objetivas dos trabalhadores e das trabalhadoras da instituição.

Nesse sentido, faz-se necessário também um processo intermitente de avaliação interna, que foi deflagrado de forma mais sistemática há dois anos, por meio da aprovação do regimento interno do Setor Litoral, composição do conselho, formação de uma comissão de análise e reestruturação dos cursos, análise do montante de estudantes que entram e permanecem até a conclusão do curso, quantificação dos custos, interrupção de alguns cursos, análise dos índices de

⁵⁸Em conversa com o diretor pedagógico do Setor Litoral, Douglas Hammermüller, este apontou para a criação de uma comissão permanente de avaliação (CPA) no Setor Litoral.

evasão, relação números de discentes por professor. Esse processo tem sido utilizado nas negociações com a Reitoria com vistas a adequar o número de docentes por curso e a carga horária destinada à extensão e à pesquisa. Essas informações têm servido ainda para o debate da utilização do recurso público com ética, seriedade e transparência.

As proposições e desafios apresentados objetivaram contribuir para o fortalecimento do projeto político-pedagógico do Setor Litoral, bem como expuseram uma agenda de trabalho a ser desenvolvida pela pesquisadora em conjunto com seus pares no dia a dia da docência universitária.

A análise do atual estágio de acumulação capitalista no capítulo 2, a partir da perspectiva marxista, possibilitou uma aproximação dos diferenciados determinantes sociais, políticos, ideológicos, econômicos que interferem no desenho das políticas de juventude, trabalho/emprego e Educação Superior e no processo de inserção profissional. O trabalho permanece central na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, fonte de subsistência e de identidade. No entanto, a cada dia, o acesso ao mercado de trabalho tem sido mais complexo e as relações marcadas pela transitoriedade, flexibilidade e provisoriedade. O sociometabolismo do capital, cunhado por Mézaros, elucida o emaranhado e a perversidade da lógica do atual estágio de acumulação. Nessa a educação está a serviço do capital, sendo que o trabalhador é responsabilizado pela sua empregabilidade, pelo seu processo formativo, pelo seu “sucesso” e ou pelo seu “fracasso”. A dimensão coletiva tanto do trabalho, quanto da educação são desqualificadas, desacreditadas, subestimadas. O diploma de nível superior já não é mais garantia de inserção profissional, sendo exigidas outras competências e habilidades para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho.

Na contramão e na resistência dos efeitos nefastos e dos desdobramentos dessa lógica na contemporaneidade estão os debates, as experiências e os defensores de um projeto de sociedade e de educação para além do capital. Essa contraposição é, por natureza, também repleta de avanços e recuos, de acertos e frustrações, pois tecer outra lógica requer crítica, ruptura, construção orgânica e paciência histórica.

A concretude de uma análise a partir de um território auxiliou no processo de aproximações sucessivas da realidade, dada à limitada capacidade humana de apreender a totalidade na sua dinamicidade. Assim, a investigação teve como aporte

empírico a região do litoral do Paraná e o processo de inserção profissional dos egressos do câmpus da UFPR, denominado Setor Litoral, que compuseram o capítulo 3. A referida região recebeu há 10 anos um câmpus da UFPR, tendo como justificativa as especificidades de seus territórios expressas na concentração de mata atlântica preservada, na beleza natural, economia dependente da atividade portuária e do turismo de sol e mar, pelas desigualdades sociais, pela sazonalidade da economia, pelos baixos índices de desenvolvimento social, econômico, por uma cultura política clientelista e pelos possíveis novos investimentos e empreendimentos a serem instalados na região, comprometidos com o grande capital, com o agronegócio, à custa de impactos ambientais, sociais e culturais.

A UFPR propôs um projeto político-pedagógico diferenciado dos demais setores, objetivando contribuir para o desenvolvimento da região, com intencionalidade emancipatória, com forte atuação extensionista, todavia com a ausência de um processo sistematizado de monitoramento e avaliação quanto aos objetivos traçados.

Nessa perspectiva, a presente tese teve como objeto de estudo o processo de inserção profissional dos egressos do Setor Litoral da UFPR, na expectativa de contribuir com o processo de avaliação, dando voz aos egressos do setor. A pesquisa teve como estratégia metodológica a aplicação de um questionário *on-line* com os egressos dos quatro primeiros cursos superiores do Setor Litoral da UFPR, bem como a realização de 16 entrevistas. O capítulo 4 concentra a maior parte dos dados empíricos coletados.

Compreendeu-se inserção profissional como um processo multifacetário que envolve a obtenção de um emprego e de uma situação profissional e contratual, constituída e influenciada por uma série de outros elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mercado de trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, o acesso às instituições de Ensino Superior com as finalidades e modos de funcionamento que as distinguem, a trajetória educacional dos jovens, as experiências laborais, as habilidades desenvolvidas, a acessibilidade de familiares à escolaridade e à renda e as oportunidades de formação complementar acessadas pelo estudante universitário, como estágios, projetos de pesquisa, de monitoria, de iniciação à docência, entre outras.

O mapeamento desse mosaico possibilitou a validação das hipóteses elaboradas no início da pesquisa. A hipótese 1 afirmou que o processo de Inserção Profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral é determinado pelas especificidades do processo de acumulação capitalista do litoral paranaense, que se expressa contraditoriamente pela migração, sobrequalificação (*overeducation*), desemprego, permanência no emprego, podendo significar um retardamento do período de estabilização no mercado de trabalho. Referente a essa hipótese, o processo migratório não foi confirmado, pois do universo de diplomados estudados, manteve-se uma média de permanência na região. Em contrapartida, não se verificou a fixação daqueles que vieram para o litoral do Paraná para estudar, principalmente os egressos dos cursos de Fisioterapia e Gestão Ambiental. A sobrequalificação e o prolongamento dos estudos confirmaram-se como estratégias diante do desemprego, maior preparação para cargos que requerem titulação, bem como a busca e espera por concursos públicos, como possibilidade de conquistar melhores salários e contratos estáveis. O retardamento no período de estabilização no mercado de trabalho também se confirmou, tanto pelas características do mercado de trabalho brasileiro, como rotatividade, flexibilidade, provisoriedade, instabilidade, segmentação e desemprego, quanto pelos projetos e percursos pessoais dos egressos, como casamento, chegada dos filhos e aprovação em processos seletivos de mestrado e doutorado.

Já a hipótese 2 afirmou que o processo de inserção profissional é influenciado pelas características do sujeito (gênero, trajetória escolar até o Ensino Superior, escolaridade dos genitores) e pelo percurso de formação (participação em projetos extraclasse, frequência em estágios, acesso a atividades extracurriculares). Obteve-se a validação dessa hipótese mediante a associação entre os egressos inseridos profissionalmente e suas experiências progressas extraclasse, reafirmadas por eles como diferenciais no processo formativo.

Diante do mapeamento e da análise do processo de inserção profissional dos egressos e da discussão a partir da região do litoral do Paraná, foi apresentada uma sistematização de demandas, potencialidades e projetos já em desenvolvimento pelos docentes, discentes e técnicos do Setor Litoral da UFPR, reafirmando a concepção de Universidade como um espaço contraditório, de disputas por projetos, historicamente elitizada, meritocrática e classista. Defendeu-se a tessitura de um processo de materialização do papel social da Universidade, da articulação das

ações relacionadas às diferenciadas políticas públicas já em andamento no Setor Litoral, a definição de estratégias para a fixação dos egressos na região, a criação de um processo contínuo de monitoramento da trajetória dos estudantes e a implantação de um sistema de registro, acompanhamento e avaliação das ações da UFPR Setor Litoral.

A construção dessa tese foi mobilizada pelo olhar investigativo, vigilância epistemológica, pelo debate com os egressos, as conversas com os colegas do setor, bem como alimentadas pelo compromisso, militância e uma dose de utopia mobilizadora e inquietante.

O desejo de desenvolver atividades educativas emancipatórias, de aproximar a Universidade dos movimentos sociais e de tecer uma educação para além do capital também foi reafirmado, bem como a convicção de que esse processo não ocorre sem organização política, orgânica, sem práxis libertária. O caminho é longo, mas como diz o poeta, se faz caminhando, ao longo de encontros, desencontros, contradições, sonhos, disputas e lutas, que movem e dão sentido e significado à vida.

REFERÊNCIAS

ABRAHAO, Cinthia Maria de Sena. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. 2011. 295f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2011.

ALENCASTRO, Lucia Helena. **Concepções de estudantes sobre os projetos de aprendizagem no ensino superior**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2009.

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2015.

ALVES, Mariana Gaio. **A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da faculdade de ciências e tecnologia**. Tese de doutorado, Lisboa, 2003.

ALVES, Mariana Gaio. **A inserção profissional de diplomados de ensino superior: uma abordagem sociológica**. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Universidade do Minho, 2004.

ALVES, Mariana Gaio. **Aprendizagem ao longo da vida e transições educativas e profissionais: os diplomados de ensino superior em tempos de incerteza**. VII congresso português de sociologia, 19 a 22 de junho, 2012.

ALVES, Mariana Gaio. Aprendizagem ao longo da vida: entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. **Revista Portuguesa de Educação**, 2010, n. 23, p. 7-28.

ALVES, Natália. **Inserção profissional dos jovens: do problema social ao objecto sociológico**. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

ALVES, Sueli Martins Freitas; FERNANDES, Paulo Marçal; REIS, Elton Fialho dos. Análise de correspondência como instrumento para descrição do perfil do trabalhador da cultura de tomate de mesa em Goiás. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 39, n. 7, p. 2042-2049, out. 2009.

ANTUNES, Ricardo. Projeto de terceirização gera “escravos modernos”. Entrevista concedida a Pamela Mascarenhas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1-3. 17 maio 2015. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/05/17/projeto-de-terceirizacao-gera-escravos-modernos-analisa-antunes/>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 jun. 2015.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de Andrade (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

ARAGÃO, Elizabeth Fiuza. Os sentidos do trabalho para os jovens universitários. **O público e o privado**, n. 11, janeiro/junho, 2008. Disponível em: <http://www.politicasuece.com/mapps/arquivos/materias/mapps_7_160.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010.

ARRACHE, Rabah. **Quelques élément sur l'analyse du processus d'insertion professionnelle**. Centre d'étude sur l'emploi et la technologie. Quebec, 2002.

ARROW, Kenneth. Higher Education as a Filter. **Journal of Public Economics**, v. 2, n. 3, p. 193-216, 1973.

BANCO MUNDIAL. Envelhecendo em um Brasil mais velho. Banco Mundial/LAC, Brasil, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Ensino superior, ciência, desenvolvimento social, extensão universitária**: vínculos importantes e rupturas desnecessárias. Chapecó: Argos, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro, Saraiva, 1982.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. Schooling in Capitalist America Revisited. **Sociology of Education**, v. 75, n. 1, jan, 2002, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3090251>>. Acesso em: 1 set. 2013.

BRASIL. Controladoria Geral da união. Portal da Transparência. Servidores Civis e Militares do Poder Executivo Federal – por nome do servidor. 2015. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/Servidor-DetalhaRemuneracao.asp?Op=1&IdServidor=1791628&bInformacaoFinanceira=Tru e>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriana/Downloads/Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicasSNJ.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. MASCARENHAS, Adriana; GROSNER, Diana (Org.). **Juventude levada em conta**. 2013a. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB RH**. Brasília, 2012.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Cartilha Olho vivo no dinheiro público – Fundeb**. Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/Fundeb2012.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2014.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Lei 11.788**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 26 fev. 2015.

BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes; NARCISO, Argéria Maria Serráglio; PASTOR, Márcia. A lógica territorial na política de saúde brasileira. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 2, p. 36-61, 2014.

CALEIRO, João Pedro. **6 professores e a Lei de terceirização – contra e a favor**. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/6-professores-e-a-lei-da-terceirizacao-contra-e-a-favor>>. Acesso em: 25 maio 2015.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (Colab.). **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 143 p.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A divisão internacional do trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini. In: NEVES, Lafaiete Santos (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba, CRV, 2012. p. 7-13.

CARRETEIRO, Teresa. **O trabalho na vida do jovem**: perspectivas diferentes. Entrevista concedida ao Observatório Jovem em 31/10/2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/o-trabalho-na-vida-do-jovem-perspectivas-diferentes>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CARVALHO, Paulla Helena Silva de. **A formação continuada de professores da educação básica pública e a função da universidade:** limites e possibilidades da ação da UFPR Setor Litoral. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social- liberalismo, novo desenvolvimentismo e nova supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, n. 31, v. 11, Rio de Janeiro, 2013, p. 119-138.

_____. As encruzilhadas da América latina e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009, p. 71-91.

CASTIONI, Remi. **Educação no mundo do trabalho:** qualificação e competência. São Paulo: Francis, 2010. 352p.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia, conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social de América Latina**. Santiago de Chile, 2011.

CHAUI, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

CNE. **Resolução CNE/CES 15/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002a. Seção 1, p. 33.

CNE. **Resolução CNE/CES 4/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 11.

COGO, Paulo Sérgio Fernandes. Trajetórias profissionais. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 465-470.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS (Brasil). **Pesquisa mensal de atividades em serviços**. 2015. Disponível em: <http://www.cnservicos.org.br/documentos/economia/001/Atividades_Janeiro_2015.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993. _____. Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

CORBETT, Bob. **An overview and comments on the text of Bowles and Gintis.** Disponível em: <<http://www2.webster.edu/~corbetre/philosophy/education/bg/bg-overview.html>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. **Decisões críticas em idades críticas:** a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Texto para discussão 797. p. 1-46, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029>. Acesso em: 31 out. 2013.

COSTA, Kaio; ARAÚJO, Eduardo; CURADO, Marcelo. **Heterogeneidade estrutural, precarização das condições de trabalho e pleno emprego no ciclo do desenvolvimento da economia brasileira entre 2002 e 2011.** II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo horizonte, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **A hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

COUTO, Lígia Paula. **A pedagogia universitária nas propostas inovadoras de universidades brasileiras:** Por uma cultura da docência e construção da identidade docente. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CRUZ, Luciene; LANSKY, Daniel. **Ministro apresenta estudos das tabelas do Simples para Frente Parlamentar das MPES.** 2014. Disponível em: <<http://www.smpe.gov.br/noticias/ministro-apresenta-estudos-das-tabelas-do-simples-para-frente-parlamentar-das-mpes>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

CULTIMAR. Apresentação. Disponível em: <<http://cultimar.org.br/site/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição.** 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. 134p.

D'AVILA, Geruza Tavares. **Movimentos laborais e sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **A redução da desigualdade e seus desafios.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

DIEESE. **Metodologia:** Principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego (PED). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

EMPRESÔMETRO. Estatísticas, 2015. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ESTEVEES, Claudio Jesus de Oliveira. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ESTEVEES, Luiz Alberto. Incompatibilidade Escolaridade-Ocupação e Salários: Evidências de uma Empresa Industrial Brasileira. **Rev. Bras. Econ.** v. 63, n. 2, Rio de Janeiro, Apr./June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402009000200001>. Acesso em: 10 jun. 2011.

FAGUNDES, Mauricio Cesar Vitoria. **Universidade e projeto político-pedagógico**: diálogos possíveis fomentando formações emancipatórias. 2009. 235f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2009.

FELISBINO, Janelize Nascimento; ALVES, Nágila Cristina; SULZBACH, Mayra Taiza. O trabalho informal nos municípios do litoral paranaense. **63º Reunião anual da SBPC, 2011**, Goiânia, 2011.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCO, Elize Keller. **Currículo por projetos**: inovação do ensinar e aprender na educação superior. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANCO, Elize Keller. **Movimentos de mudança**: um estudo de caso sobre inovação curricular em cursos de Licenciatura da UFPR Litoral. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FREITAS, Paulo. **Pesquisa aponta crescimento de servidores municipais**. 2013. Disponível em: <<http://jcconcursos.bol.uol.com.br/portal/noticia/concursos/artigo-concursos-paulo-de-freitas-50386.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: DE ANDRADE, Joarez; DE PAIVA, Lauriana Gonçalves (Org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais: a educação pública como arena na luta de classe. In: ORSO, Paulino José et al. **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 57-75.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital humano. **Dicionário da educação profissional em saúde, 2009.** Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html>>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

_____. **Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio.** Texto apresentado pelo autor na aula inaugural da rede de ensino de Rio das Ostras, 6 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=3117:a-pseudo-teoria-do-capital-humano&Itemid=125>. Acesso em: 5 jan. 2015.

GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse.** Paris: Armand Colin, 2001.

GARCIA, Junior Ruiz; ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Área de influência territorial da UFPR. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 4), p. 33-44, out/dez, 2012.

GÓES, Liz Meira. **Conservação e grandes empreendimentos de infraestrutura no litoral do Paraná:** a ferrovia Lapa-Paranaguá. 108p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de Andrade (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. p. 111 -128.

GRAF, Laila Priscila; DIOGO, Maria Fernanda. Projeções juvenis: visões ocupacionais e marcas de gênero. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 1, p. 71-82, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203014934009>>. Acesso em: 20 out. 2014.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. **Getting a Job:** a study of contacts and careers. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, v. 1, p. 201-233, 1983.

HAMERMÜLLER, Douglas Ortiz. **Possibilidades e limites do exercício da autonomia dos estudantes na UFPR litoral:** os projetos de aprendizagem em foco. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HENRIQUES, Célia Regina. **Geração canguru:** o prolongamento da convivência familiar. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

HENRIQUES, Célia Regina; JABLONSKI, Bernardo; FERÉS-CARNEIRO, Terezinha. A “geração canguru”: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. **Revista Psico**, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Faculdade de Psicologia, v. 35, n. 2, p. 195-205, jan./dez. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Rio de Janeiro: ABEPSS, n. 3, 2001, p. 9-32.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros-2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2013/>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior** – Graduação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 20 abr. 2015.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais, Dez. 2013**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30>. Acesso em 10 out. 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise. (2012)**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt50_completo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2009.

KELIAN, Lilian Abbate. O significado da autonomia para a educação. **O independente**, p. 5 Jornal do CMI Floripa, n. 3, fev. 2005.

KOGA, Dirce. **Medida de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

KRAUSKOPF, Dina. **Políticas de juventud en Centroamerica**. San José (Costa Rica): Primeira Década, 2003, p. 8-25.

LABMÓVEL. Laboratório Móvel de Educação Científica da UFPR Litoral, 2014 (mimeo).

LEHER, Roberto. Uma penetrante perspectiva teórica para compreender como os dominantes dominam. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã, 2010. p. 11-18.

LEHER, Roberto. **Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estratégia-Política-e-Plano-Nacional-Educação.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

LEME, Luciana França. Atratividade do magistério para a educação básica: estudo com ingressantes de cursos superiores da Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Pulo, São Paulo, 2012.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 284-313, abr./jun. 2011.

LUNDVALL, Bengt-Ake. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. **Parcerias Estratégicas**, n. 10, 2001, p. 200-218.

MAIA, Rosane; GARCIA, Lucia. Informalidade atualizada: análise das regiões metropolitanas e Distrito Federal no período de 1999 a 2009. In: OLIVEIRA, Darcilene Gomes; TARGINO, Ivan. **Marchas e contramarchas do trabalho**: das origens às abordagens. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.

MARQUES, Ana Paula; ALVES, Mariana Gaio (Org.). **Inserção profissional de graduados em Portugal**. (Re)configurações teóricas e empíricas, V.N. Famalicão, Edições Húmus, 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 15-48.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 22. ed., Livro I, v. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Prefácio da 1ª e Posfácio da 2ª Edição. In: MARX, Karl. **O Capital**. v. 1, São Paulo, 1987.

_____. Prefácio. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O Dezoito Brumário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** 4. ed. Livro I, v. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MASETTO, M. T. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula. In: CASTANHO, S.; CASTANHO M. E. (Org.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior.** Campinas/SP: Papyrus, 2001. p. 83-102.

MATINHOS (Município). Lei n.º 1670, de 23 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o orçamento anual do município de Matinhos, para o exercício financeiro de 2014, estimando a receita e fixando as despesas, e dá outras providências (R\$ 113.495.309,89). **Lei 1670/2013.** Matinhos, PR, 23 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2013/167/1670/lei-ordinaria-n-1670-2013-dispoe-sobre-o-orcamento-anual-do-municipio-de-matinhos-para-o-exercicio-financeiro-de-2014-estimando-a-receita-e-fixando-as-despesas-e-da-outras-providencias-r-113495-309-89.html>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

MATTOS, Valéria de Bettio. **Trajetórias profissionais de mestres e doutores egressos da Universidade Federal de Santa Catarina:** inserção no mundo do trabalho. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MATTOS, Valéria de Bettio; BIANCHETTI, Lucídio. Educação continuada: solução para o desemprego?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1167-1184, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2015.

MATTOS, Valéria. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho:** alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego. São Paulo: Xamã, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126p.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da Unicamp, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Abordagem qualitativa da saúde.** nov. 1996. (mimeo).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria:** particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 400p.

MONT'ALVAO NETO, Arnaldo Lopo. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, june 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MORA-RUIZ, José Ginés et al. A região Norte do Paraná: análise e recomendações da OCDE. In: ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Curitiba: Juruá, 2009.

MOTA, ANA Elizabete et al. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-178.

MOTA, Camila Veras. Salário de ingresso para quem tem curso superior diminui 2,1%. **Valor Econômico**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3422594/salario-de-ingresso-para-quem-tem-curso-superior-diminui-21>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

MÜLLER, Rafael Rodrigo; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Crescimento econômico, progresso técnico e desigualdade social sob a perspectiva de Marini e Oliveira. In: NEVES, Lafaiete Santos (Org.). **Desenvolvimento e dependência: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba: CRV, 2012. p. 87-110.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-131, abr. 1996.

NEUMANN, Denise. Aumento da escolaridade puxa alta da renda. **Valor Econômico**. São Paulo, p. 1-3. 24 out. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3749796/aumento-da-escolaridade-puxa-alta-da-renda>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; ANHAIA, Bruna Cruz de. Políticas de inclusão social no ensino superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. In: BARBOSA, Maria Lucia de Oliveira (Org.). **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 371-402.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda et al. Projeto Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná: problematizações da formação continuada via extensão. In: SULZBACH, Mayra; DENARDIN, Valdir (Org.). **A inclusão, a inserção, a interação e a investigação...: os (in)s da extensão no Litoral do Paraná**. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 276-283, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão do Estado. Vulnerabilidade social e carência de direitos**. Cadernos ABONG, 1995, p. 9-19.

OLIVEIRA, João Ferreira da. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 237-252.

PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. **Análise Social**, v. XXVI, n. 114, 1991, 945-987.

PARANHOS, Michelle Pinto. A política educacional para a formação dos trabalhadores e a especificidade do projeto capitalista brasileiro: o ideário educacional em função da (dês) qualificação do trabalho. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago, 2010.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. n. 10, (abr./jun.) – Brasília: Ipea: MTE, 2012.

PEREIRA, Julio César R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. São Paulo: Editora da USP, 2004.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Educação superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 96, 2008, p. 151-173.

PIERRI, Naína et al. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

PINTO, Liana Wernersbach; ASSIS, Simone Gonçalves de. Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 16, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000200288&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 mar. 2015.

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm?utm_medium=twitter&utm_source=twitterfeed>. Acesso em: 9 mar. 2015.

POCHMANN, Márcio. Não estamos caminhando para uma sociedade homogênea, medianizada, mas para uma sociedade mais polarizada. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogeneamedianizada-mas-para-uma-sociedade-mais-polarizada-entrevista-especial-com-marcio-pochmann/532719-naoestamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medi#>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

POCHMANN, Márcio, **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Publisher, São Paulo, 2007.

_____. **Políticas do trabalho e garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTR, 1995.

PRANDI, José Reginaldo. **Os favoritos degradados**. São Paulo, Loyola, 1982.

PRATES, Antônio Augusto Pereira; SILVA, Matheus Faleiros. Os efeitos diferenciais do tipo de instituição de ensino superior sobre o prestígio dos seus egressos no mercado de trabalho. In: BARBOSA, Maria Lucia de Oliveira (Org.). **Ensino superior**: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 129-154.

RIBEIRO, Maria Edilene; CHAVES, Vera Jacob. A gestão gerencialista na universidade pública brasileira: o mercado como centralidade do processo educacional. In: NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES, Vera Jacob (Org.). **Política de expansão da educação superior no Brasil**: democratização às avessas. São Paulo: Xamã, 2011. p. 121-133.

RODRIGUES, Adriano; PAULO, Edilson. Introdução à análise multivariada. In: CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org.). **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-26.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e Desenvolvimento**: ser da região x estar na região. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Origem e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 1-2, jan./jun. 1999.

SANSON, Cesar. **Desenvolvimento e Mudanças Sociais em Contexto de Crise**. V Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHAFASCHEK, Margarida Berns. **O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional/SC – PROESDE – Análise sobre sua contribuição para o Desenvolvimento Regional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – FURB, Blumenau, 2008.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**. Investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEBRAE. **Critérios de classificação de empresas**: EI – ME – EPP. Disponível em: <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial/>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SILVA, Emanuel Luiz P. da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; CONSERVA, Marinalva de Sousa. Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2014, n. 117, p. 169-188.

SILVA, Mariléia Maria da. Inserção Profissional de jovens: o circuito fechado da precarização. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p.177-194, set. 2014. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1767/1525>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

SILVA, Mariléia Maria da. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p.243-260, 2010. Trimestral. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

SILVA, Mariléia Maria da. **Inserção social e condição social**: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Sandra T. S. **A qualificação para o trabalho em Marx**. Tese (Doutorado em Economia) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SOUZA, Antonio Lisboa de. A reforma decretada: tendências e perspectivas para a educação superior pública brasileira. In: NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES, Vera Jacob (Org.). **Política de expansão da educação superior no Brasil**: democratização às avessas. São Paulo: Xamã, 2011. p. 103-120.

TEIXEIRA, Leonor. **A inserção profissional de diplomados do Ensino Superior**: a adequação entre formação e emprego nos subsistemas universitário e politécnico. Projeto de Tese. Disponível em: <http://moodle.fct.unl.pt/.../Projecto_Tese_Leonor_Teixeira 30 março 2010>. Acesso em: 4 set. 2013.

TOMLINSON, Michael. The degree is not enough: students' perceptions of the role of higher education credentials for graduate work and employability. **British Journal of Sociology of Education**, 2008, 29, p. 49-61.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipatórias. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriana/Downloads/5298-20394-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TROTTIER, Claude. La sociologie de l'éducation et l'insertion professionnelle des jeunes. **Éducation et Sociétés**, 2001, 7, p. 93-101.

TROTTIER, Claude. Questionnement sur l'insertion professionnelle des jeunes. In: **Lien Social et Politiques-RIAC**, 43, Printemps, 2000.

TROTTIER, Claude. **Tendances actuelles des recherches sur l'insertion professionnelle**. Université Catholique du Chili, Programme de Doctorat en Sciences de L'Éducation, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ Cursos. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Secretaria dos Órgãos Colegiados. Conselho Universitário. Ata da Reunião do conselho Universitário de 08 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/soc/pesquisa.php?conselho=%20&item=Resultado%20da%20Pesquisa&searchword=fisioterapia>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Regulamento de estágio do curso de fisioterapia da UFPR Setor Litoral**. 2009d (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico da UFPR Setor Litoral – setembro/2008**. [Matinhos, PR]: UFPR Litoral, 2008. 55p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto pedagógico do curso de Gestão Ambiental**. 2009a. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/litoral/ga>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto pedagógico do curso de gestão e empreendedorismo**. 2009b. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Gest%C3%A3o-e-Empreendedorismo.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto pedagógico do curso de gestão e empreendedorismo**. 2014 (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto pedagógico do curso de Fisioterapia**. 2009c 9 (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social**. 2010. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPC-SERVI%C3%87O-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

UPMS. Universidade Popular dos Movimentos Sociais. O que é a UPMS? Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms/o-que-e-a-upms.php>>. Acesso em: 14 maio 2015.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 2, July 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Qualificação profissional como construção social. In: IVO, Anete B. L. et al. (Org.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013. p. 381-389.

_____. **Qualificar para quê? Qualificar para quem?**: do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006.

VIEIRA, Ana Caroline Sari; RAVA, Paula Grazziotin Silveira. Ninho cheio: perspectivas de pais e filhos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 14, n. 1, abr. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 mar. 2015.

VIEIRA, Diana Aguiar; CAIRES, Susana; COIMBRA, Joaquim Luís. Do ensino superior para o trabalho: contributo dos estágios para inserção profissional. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 12, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2014.

WANZINACK, CLÓVIS. **Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional**: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2011.

WENDHAUSEN, Enimar Jerônimo. Políticas de trabalho, emprego e renda: uma análise das propostas dos governos FHC e Lula. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 99, jul/set, 2009, p. 498-517.

WITTE, Aline. **Contribuições do curso de graduação em administração para o desenvolvimento pessoal e profissional dos egressos de 2003 e 2004 da Universidade Regional de Blumenau** – Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2010. 484p.

ZUKIN, Sharon; DiMAGGIO, Paul. **Structures of capital. The social organization of the economy**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-36, 1990.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS EGRESSOS

Prezadas/os!

Retomo o contato para solicitar seu apoio e contribuição na pesquisa sobre o processo de inserção profissional dos egressos das turmas 2005 e 2006 da UFPR Setor Litoral. São objetivos da pesquisa: Apreender as características dos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem os egressos da UFPR Setor Litoral e analisar os elementos que constituem diferenciais no percurso do Ensino Superior para a inserção profissional. Informo que essa pesquisa subsidiará o processo de avaliação dos cursos na Universidade e que o resultado geral da pesquisa será disponibilizado ao final da defesa da tese. Tratando-se de um trabalho científico, asseguro que os nomes dos informantes não serão revelados. O preenchimento do questionário leva em média de 7 a 10 minutos. Caso você precise parar no meio, acione a tecla “continuar mais tarde”. Caso ocorra algum problema na conexão da internet, você precisará iniciar novamente. O questionário *on-line* encontra-se no link⁵⁹: <<http://www.neilorcamargo.com/cfa/index.php?sid=78649&lang=pt-BR>>.

Estarei à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Agradeço imensamente sua colaboração.

Atenciosamente
Adriana

QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS EGRESSOS

Pesquisa: “O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral”.

CARACTERIZAÇÃO

- 1 Nome: _____
- 2 Curso que completou na UFPR
- Gestão Ambiental
 - Serviço Social
 - Fisioterapia
 - Gestão e Empreendedorismo
- 3 Ano de ingresso
- 2005
 - 2006
 - 2007
 - outros
- 4 Ano de Formatura
- 2008
 - 2009
 - 2010
 - 2011

⁵⁹ Para aplicação desse roteiro, foi utilizado o *software* livre *Lime Survey*, facilitando o encadeamento das questões.

2012
Outros

- 5 Idade _____
- 6 Cidade onde reside no momento _____
7. Qual a sua cor (pertença étnico-racial)?
 branca parda amarela preta indígena outros _____
8. Qual a sua situação conjugal?
 Solteira(o) Casada(o) Separada(o)
 Divorciada(o) Viúva(o) união estável
9. Quantos filhos você tem?
 Nenhum 1 2 3 4 5 ou mais
10. Você mora com:
 sozinho pais e/ou irmãos esposo(a)/companheiro(a)
 esposo(a)/companheiro(a) e filho/os amigos parentes
11. Em qual cidade morou durante o curso superior?
 Antonina Guaraqueçaba Guaratuba Matinhos Morretes
 Paranaguá Pontal do Paraná Outra _____
12. Onde morava antes de iniciar o curso superior na UFPR Setor Litoral?

13. O Ensino Fundamental foi realizado
 completamente na rede pública completamente na rede privada
 a maior parte na rede pública a maior parte na rede privada
14. O Ensino Médio foi realizado
 completamente na rede pública completamente na rede privada
 a maior parte na rede pública a maior parte na rede privada
15. Qual é/era a escolaridade de seu pai?
 não é alfabetizado sabe ler e escrever Fundamental incompleto
 Fundamental completo Médio incompleto Médio completo Superior
 incompleto
 Superior completo Pós-graduado: Nível _____
16. Qual é/era a profissão de seu pai? _____
17. Qual é/era a escolaridade de sua mãe?
 não é alfabetizada sabe ler e escrever Fundamental incompleto
 Fundamental completo Médio incompleto Médio completo Superior
 incompleto
 Superior completo Pós-graduado: Nível _____
18. Qual é/era a profissão de sua mãe? _____
- ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**
19. O acesso à universidade ocorreu por meio do direito a cotas?
 Não Sim, qual _____
20. O seu curso foi a sua primeira opção na candidatura ao Ensino Superior?
 Sim Não, em caso negativo, qual foi sua primeira opção? _____
21. Quais foram as principais razões que o levaram a ingressar no Ensino Superior?
 (assinale no máximo 3 razões)
- Mais possibilidades de encontrar trabalho
 Mais possibilidades de encontrar trabalho bem remunerado
 Poder desempenhar a profissão desejada
 Progredir na carreira profissional
 Contribuir para o seu desenvolvimento intelectual

Gostar de estudar e adquirir mais conhecimentos
 Ascender socialmente
 Sempre teve boas notas
 A família sempre esperou que fizesse um curso superior
 Os amigos também se candidataram ao Ensino Superior
 Outras razões. Quais? _____
 Ns/Nr

22. Quais foram as principais razões que o levaram a ingressar neste curso específico? (assinale no máximo 3 razões)
- Por ser um curso com saídas profissionais diversificadas
 - Por ser um curso com boas saídas profissionais
 - Por ser um curso noturno
 - Por ser um curso matutino
 - Por ser um curso que permitia a aquisição de conhecimentos na sua área de interesse
 - Por já ter trabalhado em áreas afins
 - Por ser um curso que permitia desempenhar uma profissão que o realizasse pessoalmente
 - Por ser um curso que permitia desempenhar uma profissão útil
 - Por ser um curso que permitia desempenhar uma profissão bem remunerada
 - Por ser um curso que permitia desempenhar uma profissão que lhe deixasse tempo livre
 - Por ser um curso que permitia desempenhar uma profissão com prestígio social
 - Por ser um curso que grande parte dos amigos também escolheu
 - Por ser o curso com baixa concorrência no vestibular
 - Por ser um curso que permitia participar no desenvolvimento na minha região.
 - Outras razões. Quais? _____
 Ns/Nr

23. Quais foram as principais razões, num máximo de 3, que o levaram a ingressar na UFPR Setor Litoral? (assinale no máximo três razões)
- Por ser o único estabelecimento que tinha o curso que pretendia
 - Por ser um estabelecimento de fácil acesso em relação a minha residência
 - Por conselho de amigos
 - Por conselho de familiares
 - Por conselho de professores
 - Por tradição familiar
 - Por fazer parte dos meus projetos pessoais e profissionais
 - Alguns dos amigos candidataram-se ao mesmo estabelecimento
 - Outras razões. Quais? _____
 Ns/Nr

24. Se fosse hoje, o que faria? (assinale uma única resposta)
- Escolheria o mesmo curso, mas outro estabelecimento de ensino
 - Escolheria outro curso, mas o mesmo estabelecimento de ensino
 - Escolheria outro curso e outro estabelecimento de ensino
 - Escolhia o mesmo curso e o mesmo estabelecimento de ensino
 - Não se inscreveria em nenhum curso superior
 - Ns/Nr

Se fosse escolher outro curso ou outro estabelecimento de ensino, indique qual seria:

Curso _____ Ns/Nr
 Estabelecimento _____ Ns/Nr

PERCURSO ESCOLAR NA UFPR Setor Litoral

25. Participou de algum projeto durante o período que esteve na Universidade.

sim

não

Se sim, assinale:

projeto de extensão

projeto de pesquisa

projeto de monitoria

projeto de iniciação a docência (PIBID)

projeto licenciar

projeto de educação tutorial (PET)

outro _____

26. Acessou alguma bolsa de estudos:

sim

não

Se sim, assinale:

bolsa de extensão

bolsa de pesquisa

bolsa de monitoria

bolsa de iniciação à docência (PIBID)

bolsa licenciar

bolsa de educação tutorial (PET)

bolsa permanência

bolsa/auxílio moradia

bolsa alimentação

outro _____

27. Realizou estágio curricular obrigatório?

sim não

28. Realizou estágio curricular não obrigatório?

sim não

29. Desenvolveu alguma atividade de caráter extracurricular (ex.: informática, línguas, participação política...) durante a frequência do curso universitário?

Sim Não Ns/Nr

Se sim, assinale:

Informática

Línguas

Artísticas e culturais (dança, música, pintura, teatro...)

Participação em associações (de estudantes, de bairro, recreativas, religiosas...)

Trabalho voluntário (apoio a idosos, crianças,...)

Participação político-partidária

Outra. Qual? _____

Ns/Nr

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL NO ÚLTIMO ANO DO CURSO

30. No último ano do curso qual era a sua situação?(assinale a resposta que corresponde à sua situação)
 Era estudante o tempo inteiro (passe para a pergunta 36)
 Era estudante com atividade remunerada (informalmente ou esporadicamente)
 Tinha uma atividade profissional
31. Desde quando desempenhava essa atividade profissional? (assinale a resposta que corresponde à sua situação naquele momento)
 Só no último ano do curso
 Já anteriormente durante o curso. Desde quando? _____
32. Como obteve esse trabalho? (assinale a resposta que melhor se adequa)
 Através de anúncio
 Através de concurso público
 Através de relações pessoais (amigos, familiares, professores,...)
 Através de relações profissionais
 Através de processo seletivo
 Na sequência de um estágio. Foi contratado(a) no local onde realizou estágio.
 Através de contatos estabelecidos durante o período de estágio.
 Através de candidatura espontânea (envio de currículo)
 Através de inscrição no SINE
 Através da criação do próprio trabalho
 Outra. Qual? _____
 Ns/Nr
33. Qual era o seu tipo de contrato de trabalho?
 CLT
 Contrato de trabalho por tempo determinado
 Contrato de prestação de serviços
 Informal
 Autônomo
 PSS (processo seletivo sumário)
 Estatutário
 Outra situação. Qual? _____
 Ns/Nr
34. Qual era a carga horária semanal?
 20 horas 40 horas outro _____
 30 horas 44 horas
35. Qual foi a principal mudança que resultou do fato de ter concluído o curso?
 Aumento salarial
 Melhoria das condições de trabalho
 Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso
 Consegui o primeiro trabalho na área que me formei - se for essa opção, responde a 36 e depois pula para responder as questões 39 a 42)
 Nenhuma mudança
 Outra. Qual? _____
 Ns/Nr
36. Quanto tempo decorreu entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro trabalho na sua área?
 conclui o curso com o primeiro trabalho na área
 menos de 1 mês
 de 1 a 3 meses
 de 3 a 6 meses

- de 6 a 9 meses
 de 9 a 12 meses
 mais de um ano
 até hoje não conseguiu trabalho na área de formação (se for essa resposta pula para caracterização do momento atual - 38)
 já trabalhava na área (incluir)
 outro
37. Qual era a sua situação profissional dois anos após a conclusão do curso? (assinale a resposta que corresponde à sua situação).
 Mantinha-se no trabalho que já tinha antes da conclusão do curso
 Mantinha-se no primeiro trabalho na área de formação obtido após a conclusão do curso
 Tinha mudado de trabalho e já não estava no primeiro trabalho obtido após o curso ou no trabalho que tinha antes da conclusão do curso (caso seja essa resposta para responder ao mesmo conteúdo da 39 a 42)
 Estava desempregado
 Outro _____
38. E qual é a sua situação profissional no momento atual?
 Mantêm-se no trabalho que tinha dois anos após a conclusão do curso (pula para 52)
 Tem um trabalho na área de formação diferente daquele que tinha dois anos após o curso (caso seja essa resposta retorna para responder o mesmo conteúdo da 39 a 42) depois continua na 43
 Está desempregado (neste caso, passe para a pergunta 42).
 Estou trabalhando em outra área (caso responda essa opção perguntar tudo do trabalho atual e acrescentar: 1. em qual área está atuando? Responder também 49, 52 em diante.
 Conquistei o primeiro trabalho na minha área de formação
 Outro _____

CARACTERIZAÇÃO DO PERCURSO PROFISSIONAL

39. Como obteve esse trabalho?

	Através de anúncio
	Através de concurso público
	Através de relações pessoais (amigos, familiares, professores,...)
	Através de relações profissionais
	Através de processo seletivo
	Na sequência de um estágio. Foi contratado(a) no local onde realizou estágio.
	Através de candidatura espontânea (envio de curriculum)
	Através de inscrição no SINE
	Através da criação do próprio trabalho (empresa própria)
	Outra. Qual? _____

40. Qual é/era o seu tipo de contrato de trabalho?

	CLT
	Contrato de trabalho por tempo determinado
	Contrato de prestação de serviços
	Informal

<input type="checkbox"/>	Autônomo
<input type="checkbox"/>	PSS (processo seletivo sumário)
<input type="checkbox"/>	Estatutário
<input type="checkbox"/>	Microempresário
<input type="checkbox"/>	Outra situação, qual?

41. Qual é/era o ramo de atividade da instituição/empresa onde exerce/exercia a sua atividade?

<input type="checkbox"/>	Agropecuária
<input type="checkbox"/>	Comércio
<input type="checkbox"/>	Indústria
<input type="checkbox"/>	Serviços
<input type="checkbox"/>	Outro

42. Qual é/era o tamanho da instituição/empresa onde trabalha/trabalhava e o número de funcionários?

<input type="checkbox"/>	Pequena
<input type="checkbox"/>	Média
<input type="checkbox"/>	Grande

Natureza Jurídica da Instituição Empregadora Atual:

43. Qual a sua carga horária de trabalho semanal?
 20 horas 40 horas outro _____
 30 horas 44 horas
44. Organização de Direito Privado ()
 Tipo: () Entidade Filantrópica () Entidade Religiosa () Entidade de Classe
 () Instituição de Ensino Superior () Organização Não Governamental () Organização reconhecida como Terceiro Setor () Empresa () Outro
45. Organização de Direito Público ()
 Tipo: () Administração Direta () Administração Indireta.
 Esfera: () Municipal () Estadual () Federal.
46. Qual a sua renda em salários no momento?

<input type="checkbox"/>	Até 3 SM	<input type="checkbox"/>	8 até 10 SM
<input type="checkbox"/>	3 até 5 SM	<input type="checkbox"/>	10 até 12 SM
<input type="checkbox"/>	5 até 8 SM	<input type="checkbox"/>	Mais de 12 SM

CARACTERIZAÇÃO DE PERÍODO DE DESEMPREGO – será questionado apenas referente ao momento atual

47. Há quanto tempo está desempregado/a?
 menos de 1 mês
 de 1 a 3 meses
 de 3 a 6 meses
 de 6 a 9 meses
 de 9 a 12 meses
 mais de um ano
48. Diga-nos quais as principais razões que contribuíram para essa situação de desemprego. (assinale no máximo 3 razões)
 Razões pessoais:
 Casamento
 Necessidade de cuidar de familiares (crianças, idosos, incapacitados)

Doença ou incapacidade pessoal
 Não encontra trabalho adequado à sua formação
 O salário oferecido não corresponde às expectativas
 Não encontrou nenhum trabalho
 As condições de ascensão profissional não eram satisfatórias
 Estava insatisfeito com os conteúdos do trabalho
 A localização geográfica não lhe interessava
 Pediu rescisão de contrato
 Outra razão. Qual? _____
 Ns/Nr

Razões do lado do empregador:

Demissão (coletivo ou individual)
 Falência da empresa
 Término do contrato
 Rescisão de contrato
 Outra razão. Qual? _____
 Ns/Nr

49. Que tipo de apoios/meios de subsistência teve (tem) durante esse(s) período(s) de desemprego? (pode assinalar mais de uma resposta)

Seguro desemprego
 Apoio familiar
 Rendimentos próprios
 Assistência social
 Nenhum
 Outro. Qual? _____
 Ns/Nr

50. Que medidas tomou para aumentar as possibilidades de arranjar trabalho? (pode assinalar mais de uma resposta)

Nenhuma medida
 Frequentou cursos de formação (ex.: línguas, informática)
 Reingressou na Universidade (outra graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado)
 Inscreveu-se em agências de emprego
 Inscreveu-se no SINE
 Realizou vários concursos e processos seletivos neste período
 Outra Qual? _____
 Ns/Nr

51. Que condições são necessárias para se escolher/aceitar um trabalho? (*assinale no máximo 2 condições principais*)

Ter uma remuneração que lhe pareça adequada à sua formação
 Relacionar-se com a sua área de formação
 Ter boas condições de trabalho (horário, etc.)
 Ser compatível com as suas necessidades
 Não é necessário nenhuma condições específica
 Outra. Qual? _____
 Ns/Nr

PERCURSO DE FORMAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO

52. Desde a conclusão do curso frequentou e/ou está frequentando formação de âmbito académico (outra graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado)?

Sim Não (*passa para p. 50*) Ns/Nr

53. Indique que formação frequentou/frequenta e em que área de especialização:

Tipo de formação

Graduação

pós-graduação

mestrado

doutoramento

Área (turismo, educação, serviço social, sociologia, desenvolvimento territorial sustentável, geografia, saúde coletiva, administração, fisioterapia, ciência política...)

54. Qual/quais das seguintes razões mais influenciou/influenciaram a sua decisão para continuar a estudar? (assinale no máximo 3 razões)

Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para melhor desempenhar a profissão

Como uma alternativa ao desemprego

Era uma condição para progredir na carreira

Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos

Era uma condição para encontrar trabalho bem remunerado

Outra razão. Qual? _____

Ns/Nr

55. Se considera que a atividade profissional que exerce atualmente não é adequada à formação que obteve, porque razões a mantém? (assinale no máximo 3 razões) – Essa questão é para aqueles que estão atuando em outra área.

Ainda não encontrou outro trabalho

Este trabalho permite melhores perspectivas de carreira

Este trabalho é bem remunerado

Pensa que já não tem idade para procurar outro trabalho

Tem estabilidade nesse trabalho.

Este trabalho oferece-lhe mais segurança

Este trabalho permite flexibilidade de horários

Este trabalho é perto da minha residência

Este trabalho permite ter mais tempo para a família

Este trabalho permite ter mais tempo livre

Não consegue identificar alternativas de trabalho na região.

Se quiser fazer algum comentário ou observação utilize o espaço seguinte:

ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA⁶⁰

1. O que entende por inserção profissional? Em seu entender, quando se pode dizer que uma pessoa está inserida profissionalmente?
2. Você participou de projetos de extensão, pesquisa e monitoria durante a graduação. Quais as contribuições trazidas pela participação nesse(s) projetos(s) para sua inserção profissional pós-formatura?
3. Você fez estágio curricular não obrigatório? Quais as contribuições trazidas pelo estágio curricular para sua inserção profissional pós-formatura?
4. Quais elementos do seu percurso na UFPR Setor Litoral contribuíram mais significativamente para a sua inserção profissional?
5. Quais as contribuições trazidas pelo projeto de aprendizagem e pelas Interações culturais humanísticas para a sua inserção profissional?
6. Como você avalia a formação na UFPR Setor Litoral?
7. Quais as contribuições da proposta pedagógica da UFPR Setor Litoral para a formação cidadã, política, cultural e profissional?
8. Na sua trajetória de vida qual o significado do diploma da UFPR?
9. Fale-me um pouco da forma como se desenrolou o seu percurso profissional desde que obteve o diploma universitário?
 - número de empregos e razões da(s) mudança(s)
 - tipo de tarefas e funções desempenhadas
 - o diploma universitário era necessário ou simplesmente desejável para o desempenho dessas tarefas e funções?
 - as tarefas e funções que têm desempenhado já existiam anteriormente?
 - já eram desempenhadas por pessoas com curso superior anteriormente?
 - como acessou a esse trabalho?
10. Qual a configuração do espaço organizacional/institucional em que atua?
11. Em sua opinião qual seu nível de preparação para a inserção profissional?
12. Este percurso profissional tem correspondido às suas expectativas desde a colação de grau? (obtenção de emprego, de condições contratuais, de nível salarial, relação entre formação e emprego, condições de trabalho)
13. Você se sente realizado no seu trabalho? sim/não e por quê???
14. Quais as mudanças trazidas pelo curso superior para a sua vida?
15. Quais os motivos da sua permanência no litoral do Paraná após a formatura?
16. Chegou a procurar trabalho fora do litoral? sim/não e por quê?
17. Quais são as necessidades de capacitação que identificadas por você no momento?
18. Como planeja sua carreira? Quais são as expectativas futuras? O que imagina estar fazendo daqui a 5, 10 anos?
19. Em sua opinião, quais as contribuições trazidas pela UFPR para o litoral do Paraná?
20. Tem alguma participação política/movimentos sociais no momento???

60 As entrevistas tiveram como ponto de partida as informações advindas do questionário respondido *on-line*.

ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
 Setor de Ciências Sociais Aplicadas



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa denominada **O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral**, de responsabilidade da pesquisadora M.Sc. Adriana Lucinda de Oliveira, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Alberto Esteves.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra da pesquisadora/doutoranda.

Justificativa, objetivos e procedimentos: a presente pesquisa objetiva analisar o processo de inserção profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral, nos anos de 2009 e 2010, no contexto da acumulação capitalista na relação com as políticas de trabalho/emprego e Educação Superior. A ausência de pesquisa com os egressos desse setor da UFPR evidencia a relevância da investigação, que pretende também identificar e analisar os elementos que constituem diferenciais no percurso do Ensino Superior para a inserção profissional e apreender as características dos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem os jovens egressos e como se expressam as demandas profissionais a esses dirigidas.

O procedimento de coleta de dados se dará através de entrevista semiestruturada com o(a) participante. A sua contribuição à pesquisa consiste em participar de uma entrevista, sem qualquer prejuízo ou constrangimento, resguardando sempre sua identidade.

As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto e para a composição da tese de doutorado, que será disponibilizada aos participantes da pesquisa após a defesa.

Forma de acompanhamento e assistência: A pesquisadora/doutoranda fará contato e agendará data, horário e local da entrevista, que seja de comum acordo com o(a) participante. O local deverá assegurar privacidade dos diálogos. Em havendo concordância do(a) participante, a entrevista será gravada, com posterior transcrição. As transcrições serão encaminhadas aos participantes para conferência, permitindo que sejam feitas supressões, acréscimos ou ajustes que julguem pertinentes.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a em qualquer fase da pesquisa, mediante comunicação à responsável pelos seguintes meios: a) via telefone (41) 98915073; b) e-mail: adrilucinda@gmail.com. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira.

DECLARAÇÃO DO/A PARTICIPANTE E CONSENTIMENTO:

Eu, _____, fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento. A pesquisadora Adriana Lucinda de Oliveira assegurou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local: _____ Data ___/___/_____.

Nome do(a) Participante _____

Fone contato () _____ Ass: _____

Ass. _____
M.Sc. Adriana Lucinda de Oliveira

ANEXO IV – SÉRIE HISTÓRICA

Série histórica da concorrência candidato/vaga para os cursos de Fisioterapia, Gestão Ambiental, Gestão e Empreendedorismo e Serviço Social na UFPR Setor Litoral.

Ano	FISIO	GA	GE	SSO
2005	23,4	13,9		
2006	8,5	4,1	2,8	2,33
2007	11,6	6,7	6,37	3,87
2008	11,2	5,27	4,7	3,87
2009	10,6	4,97	5,4	4,1
2010	7,4	4,2	3,86	3,14
2011	11,9	5,29	4,8	4,86
2012		6,03	5,85	4,35
2013		5,71	5,68	3,58

Fonte: A autora (2014), com base nos dados fornecidos pelo núcleo de concurso da UFPR.

Série histórica de inscritos e aprovados no vestibular para Fisioterapia por local de moradia e ano.

ANO	FISIOTERAPIA (n.º Absolutos)									
	LITORAL		RM-CTBA		PARANÁ		OUTROS ESTADOS		TOTAL	
	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO
2005	310	4	302	20	65	3	26	3	703	30
2006	99	0	129	25	15	1	20	4	263	30
2007	211	7	114	18	37	3	13	2	375	30
2008	195	1	143	25	19	1	13	3	370	30
2009	224	9	88	17	18	1	15	3	345	30
2010	202	14	66	20	14	1	5	0	287	35
2011	314	13	118	18	22	3	11	1	465	35
Total	1555	48	960	143	190	13	103	16	2808	220

Fonte: A autora (2014), com base nos dados fornecidos pelo núcleo de concurso da UFPR.

Nota: Quanto ao local de moradia: RM-CTBA (Região Metropolitana de Curitiba e Curitiba). Quanto aos candidatos: INSC (inscritos) e APRO (aprovados).

Série histórica de inscritos e aprovados no vestibular para Gestão Ambiental por local de moradia e ano.

ANO	GESTÃO AMBIENTAL(n.º Absolutos)									
	LITORAL		RM-CURITIBA		PARANÁ		OUTROS ESTADOS		TOTAL	
	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO
2005	206	9	175	19	22	0	14	2	417	30
2006	57	10	55	14	10	1	9	5	131	30
2007	115	9	72	18	14	2	13	1	214	30
2008	87	8	64	17	7	2	14	3	172	30
2009	104	16	35	8	9	2	14	4	162	30
2010	110	25	38	8	3	1	7	1	158	35
2011	127	15	60	19	3	0	5	1	195	35
2012	152	14	63	19	4	0	9	2	228	35
2013	139	8	67	18	4	0	5	0	215	26
Total	1097	114	629	140	76	8	90	19	1892	281

Fonte: A autora (2014), com base nos dados fornecidos pelo núcleo de concurso da UFPR.

Nota: Quanto ao local de moradia: RM-CTBA (Região Metropolitana de Curitiba e Curitiba). Quanto aos candidatos: INSC (inscritos) e APRO (aprovados).

Série histórica de inscritos e aprovados no vestibular para Gestão e Empreendedorismo por local de moradia e ano.

ANO	GESTÃO EMPREENDEDORISMO (n.º Absolutos)									
	LITORAL		RM-CURITIBA		PARANÁ		OUTROS ESTADOS		TOTAL	
	INS	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO
2006	70	24	13	4	1	0	3	2	87	30
2007	173	22	23	7	1	0	4	1	201	30
2008	125	15	24	11	2	2	0	0	151	28
2009	146	23	18	7	1	0	2	0	167	30
2010	124	28	15	7	3	0	0	0	142	35
2011	157	31	10	3	3	0	2	1	172	35
2012	211	30	34	8	3	0	3	2	251	40
2013	197	12	41	17	0	0	1	1	239	30
Total	1203	185	178	64	14	2	15	7	1410	258

Fonte: A autora (2014), com base nos dados fornecidos pelo núcleo de concurso da UFPR.

NOTA: Quanto ao local de moradia: RM-CTBA (Região Metropolitana de Curitiba e Curitiba). Quanto aos candidatos: INSC (inscritos) e APRO (aprovados).

Série histórica de inscritos e aprovados no vestibular para serviço social por local de moradia e ano.

ANO	SERVIÇO SOCIAL (n.º Absolutos)									
	LITORAL		RM-CURITIBA		PARANÁ		OUTROS ESTADOS		TOTAL	
	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO	INSC	APRO
2006	53	19	16	9	2	1	1	1	72	30
2007	104	22	7	5	3	1	5	2	119	30
2008	110	24	8	5	0	0	1	1	119	30
2009	101	18	15	9	2	0	6	3	124	30
2010	101	30	7	2	3	1	2	2	113	35
2011	162	32	11	3	3	0	2	0	178	35
2012	162	35	15	5	1	1	2	0	180	41
2013	131	26	10	3	3	0	3	1	147	30
TOTAL	924	206	89	41	17	4	22	10	1052	261

Fonte: A autora (2014), com base nos dados fornecidos pelo núcleo de concurso da UFPR.

NOTA: Quanto ao local de moradia: RM-CTBA (Região Metropolitana de Curitiba e Curitiba). Quanto aos candidatos: INSC (inscritos) e APRO (aprovados).